

ARY PINHEIRO LEITE

**A EVOLUÇÃO URBANA DE RIO BRANCO (AC): DE
SERINGAL A CAPITAL -**

FLORIANÓPOLIS – SC, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

ARY PINHEIRO LEITE

**A EVOLUÇÃO URBANA DE RIO BRANCO (AC): DE
SERINGAL A CAPITAL -**

Dissertação apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal Santa Catarina – UFSC, como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Raquel Maria
Fontes do Amaral Pereira

FLORIANÓPOLIS – SC

2010

ARY PINHEIRO LEITE

**A EVOLUÇÃO URBANA DE RIO BRANCO (AC): DE
SERINGAL A CAPITAL –**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Banca examinadora:

Orientadora:

Prof. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral
Pereira – UFSC/UNIVALI

Membros:

Prof. Dr Fabio Napoleão - UDESC

Prof. Dr. José Messias Bastos - UFSC

Florianópolis – SC, 30/09/2010

Ao meu pai, José Chalub Leite,
(*in memoriam*) e familiares que
me acompanharam nesse
caminhar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível devido à ajuda e colaboração de algumas pessoas às quais quero deixar registrado aqui os meus agradecimentos.

Minha gratidão à professora Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, professora, orientadora e grande intelectual sem a qual este trabalho não teria se realizado;

Agradeço igualmente à Profa. Msc. Maria Graciana Espelett de Deus Vieira pela ajuda, carinho, paciência e dedicação ao me acompanhar desde os meus primeiros passos nesta pesquisa, ainda na graduação, bem como ao amigo e Prof. Dr. Fabio Napoleão, que muito contribuiu também para o meu crescimento intelectual;

Meus agradecimentos ao professor José Messias Bastos e toda a equipe do Labeur, com os quais pude conviver nesse período de realização do curso de Mestrado. Agradeço também ao professor Marcos Vinícius das Neves e Ana Jasmína Gondim Hiluey, pela atenção nos momentos iniciais da pesquisa;

Não posso deixar de agradecer aos meus familiares que durante todo este período estiveram ao meu lado, especialmente minha mãe Francisca Pinheiro Leite e irmãos Tereza Cristina Pinheiro Leite e Arthur César Pinheiro Leite que acreditaram no meu sonho e contribuíram para que meu projeto de pesquisa se materializasse nesse trabalho aqui apresentado.

Agradeço por fim aos amigos: Tássia Castelli, Elisa Bezerra Cabral, Maycon Nekiell Bastos, Graziela Maziero Pinheiro Bini, Solangem Wilvert, Lucas dos Santos Ferreira, Joana Barreto Pontes, Isabel Barreto, Heloísa Lalane, Júlia Fernandes Lacerda e a tantos outros.

“A maioria das idéias fundamentais da ciência são essencialmente sensíveis e, regra geral pode ser expressa em linguagem compreensível a todos.”
Albert Einstein

RESUMO

A porção territorial que hoje corresponde ao Município de Rio Branco, capital do estado do Acre, inicialmente sede do departamento do Alto Acre, foi formada como entreposto comercial da economia mercantil da borracha. Em 1882, este entreposto foi organizado e explorado por Neutel Maia, que se instalou na região e fundou o seringal “Empreza”, situado na margem direita do Rio Acre, onde havia grande concentração de seringais e onde era extraído o melhor látex e produzida a maior quantidade de borracha do Alto Purus. O trabalho em pauta é parte de um estudo que vem sendo desenvolvido sobre a evolução urbana da cidade de Rio Branco/AC, apoiado em uma análise histórico-geográfica e sócio-econômica, que considera a articulação desta realidade local com a conjuntura regional, nacional e mundial em diferentes períodos da história. As relações entre sociedade e natureza, ou seja, a comunhão dialética entre os elementos físicos, biológicos e humanos, como propõe Cholley (1964), estão presentes na apreensão das combinações geográficas, abrangendo assim aspectos referentes à geografia física e à geografia humana como estudos inter-relacionados, embora distintos (MAMIGONIAN, 1996). Aliado a este entendimento, acrescenta-se a perspectiva teórica de filiação marxista proposta por Milton Santos (1977) que, rejeitando explicações reducionistas, sugere a utilização do conceito de formação social como base para se pensar a sociedade, introduzindo a noção espacial, daí porque formação sócio-espacial. A utilização do paradigma de formação sócio-espacial como método geográfico demonstra a impossibilidade de pensar a realidade sem referência ao espaço, visto que toda formação é determinada espacial e temporalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Evolução Urbana. Formação Sócio-Espacial.

Rio Branco-AC.

ABSTRACT

The portion territorial what is now the municipality of Rio Branco, capital of Acre state, originally established the department of Alto Acre, was formed as the commercial hub of the market economy of rubber. In 1882, this warehouse was organized and operated by Neutel Maia, who settled in the region and founded the plantation "Empreza" located on the right bank of the Rio Acre, where he had great concentration and where rubber was extracted from the best latex and produced greater amount of rubber Alto Purus. The study in question is part of a study being done on the evolution of the town of Rio Branco / AC, supported by a historical-geographical and socio-economic status, which considers the articulation of this reality site with the regional situation, national world and in different periods of history. Relations between society and nature, ie, communion dialectic between the physical, biological and human, as proposed Cholley (1964), are present in the seizure of geographical combinations, thus covering aspects relating to physical geography and human geography as studies interrelated, although distinct (MAMIGONIAN, 1996). Allied to this understanding, we can add the Marxist theoretical perspective of membership proposed by Milton Santos (1977), rejecting reductionist explanations, suggests using the concept of social formation as a basis for thinking about society, introducing the notion of space, because there socio-spatial formation. Using the paradigm of formation as socio-spatial geographic method demonstrates the impossibility of thinking about reality without reference to space, since all training is given time and space.

KEY WORDS: Urban Evolution. Socio-Spatial Formation. Rio Branco-AC.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Conquista do Norte.....	07
FIGURA 2 - Balsas transportando borracha no Rio Acre em Rio Branco.....	10
FIGURA 3 - Croqui de localização da cidade de Rio Branco.....	13
FIGURA 4 - Croqui de localização da Bolívia e Departamento de Beni.....	16
FIGURA 5 - Casa comercial N. Maia & Cia., no seringal “Empreza”, que deu origem à cidade de Rio Branco.....	17
FIGURA 6 - Porto de desembarque na vila. Flotilha do comerciante Newtel Maia e diversos barcos de negociantes ambulantes.....	17
FIGURA 7 - Vista parcial do antigo centro comercial de Rio Branco, localizado no 2º Distrito da cidade.....	20
FIGURA 8 - Vista externa do Mercado Municipal em construção.....	30
FIGURA 9 – População prestigiando a inauguração do Mercado Municipal de Rio Branco, no segundo ano de administração do governador Hugo Carneiro.....	31
FIGURA 10 - Festejos por ocasião da construção do Quartel da Polícia Territorial, no centro com chapéu na mão o governador Hugo Carneiro.....	31
FIGURA 11 - Quartel da polícia militar, construído com verbas da corporação no governo de Hugo Carneiro.....	32
FIGURA 12 - Planta da fachada lateral do Palácio Rio Branco.....	32
FIGURA 13 - Solenidade em frente ao Palácio Rio Branco.....	33
FIGURA 14 - Croqui da cidade de Rio Branco.....	37
FIGURA 15 - Croqui da evolução urbana de Rio Branco.....	39
FIGURA 16 – Vista da Margem direita do rio Acre local de fundação do Seringal Volta da “Empreza” a atual Rua 17 de Novembro.....	40
FIGURA 17 - Imagem ilustrativa que relata a concentração de terra no estado do Acre na década de 1970.....	44
FIGURA 18 – Evolução urbana de Rio Branco 1948-85.....	49
FIGURA 19 – Evolução da população urbana e rural de Rio Branco....	51
FIGURA 20 - Anúncio de construtora imobiliária no Jornal Varadouro.....	52
FIGURA 21 - Anúncio de construtora imobiliária no Jornal Varadouro.....	53
FIGURA 22 - Anúncio de empresa de construção civil no Jornal Varadouro.....	53

FIGURA 23 - Anúncio de empresa de material elétrico vinculada no Jornal Varadouro.....	54
---	----

LISTAS DE TABELAS

TABELA 01 – Economia mundial (cresc. % a.a.).....	41
TABELA 02 – Evolução da população e das taxas de urbanização e crescimento populacional.....	46
TABELA 03 – População total e urbana no Brasil	47

LISTAS DE ANEXOS

ANEXO 01 – Rede urbana – Brasil – 1966.....	64
ANEXO 02 – Rede urbana – Brasil – 1978.....	65
ANEXO 03 – Rede urbana – Brasil – 1993.....	66
ANEXO 04 – Rede urbana- Brasil – 2007.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 A COLONIZAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO	04
1.1 A gênese de Belém e Manaus e suas funções históricas.....	08
1.1.1 Belém.....	08
1.1.2 Manaus.....	09
1.2 A exploração da borracha do século XIX e século XX.....	09
2 A OCUPAÇÃO DO VALE DO ACRE E A GÊNESE DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ACRE	12
2.1 A gênese da cidade de Rio Branco e o seringal “Empreza.....	14
2.2 O bairro Penápolis e a crise da borracha de 1913.....	19
2.3 A imigração sírio-libanesa para o Acre.....	21
2.3.1 Sírio-libaneses no Acre.....	23
2.3.2 Comércio Solidário.....	24
2.4 - Promoções urbanas na Capital.....	29
3 A 2ª GUERRA MUNDIAL E A CORRIDA PELA BORRACHA	33
3.1 As colônias agrícolas.....	35
3.2 Estrutura urbana de Rio Branco.....	38
3.3 Crescimento urbano de Rio Branco.....	40
3.4 A expansão urbana de Rio Branco a partir da década de 1970.....	46
3.5 As atividades urbanas.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

Conhecida como a capital do Estado do Acre, Rio Branco tem sua origem na chegada do seringalista cearense Neutel Maia em fins da década de 1880, responsável pela criação dos seringais “Volta da Empresa” na margem direita do rio Acre e “Empresa” na margem esquerda. A cidade ganhou este nome em homenagem ao diplomata Barão do Rio Branco, que teve papel de destaque na Questão do Acre¹, que culminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, entre Brasil e Bolívia, garantindo a posse das terras do território do Acre e o direito de exploração da borracha nesta região para o Brasil.

Com Coordenadas Geográficas de 9°58'29'' (S) e 67° 48'36'' (W.) e uma altitude de 152,5 m, Rio Branco situa-se em ambas as margens do Rio Acre. Sua topografia à direita (na região hoje denominada por 2° Distrito) é constituída por imensa planície de aluvião, enquanto que à margem esquerda, caracteriza-se por uma sucessão de aclives suaves.

O estudo do processo de gênese e evolução da cidade de Rio Branco, que ora apresenta-se, se realiza através de uma análise histórico-geográfico e econômico –social, considerando o inter-relacionamento de diferentes escalas – local, regional nacional e mundial. As relações entre sociedade e natureza, ou seja, os elementos físicos, biológicos e humanos, em comunhão dialética, como propõe Cholley (1964), estão presentes na apreensão das combinações geográficas de cada fase da evolução regional e urbana da cidade, abrangendo assim a geografia física e a humana como estudos inter-relacionados, mas distintos (Mamigonian, 1996). Milton Santos (1982), tendo em mente a perspectiva conceitual acima referida, também está presente, pois explicitar o paradigma da Geografia Humana, a formação sócio-espacial, para este estudo de espaço urbano e regional, é imprescindível.

O processo histórico e geográfico de desenvolvimento econômico-social da região amazônica, sobretudo do Acre, é resultado, como já foi dito, de complexas combinações geográficas conforme as idéias defendidas por COLLEY (1964), as quais permitem um enfoque multidisciplinar ao estudo proposto.

Para Cholley, a realidade geográfica é resultado de complexas combinações de fatores físicos, biológicos e humanos, cada um com um grau de complexidade específico que a medida que vão se integrando entre si e com os demais, tornam-se mais complexos.

Assim, “as combinações de caráter geográfico respondem, a medidas bem determinadas, com relação ao espaço e tempo” (CHOLLEY, 1964), sendo este duplo caráter responsável por sua originalidade. A adoção destas idéias significa desenvolver um trabalho de pesquisa sobre a realidade, objeto deste estudo, em que deverão ser consideradas simultaneamente as categorias de espaço e de tempo, ou seja, buscar ao longo do processo histórico brasileiro, os elementos definidores da constituição nacional, tendo por fundamento o paradigma de formação sócio-espacial formulada por Milton Santos. Por outro lado, este paradigma também se apóia na perspectiva de que toda realidade resulta da relação dialética entre natureza e sociedade.

A periodização a ser adotada no desenvolvimento da pesquisa tomará por base a teoria da dualidade brasileira de Ignácio Rangel, inseridas nos ciclos econômicos do sistema capitalista. Sua análise parte do estudo dos ciclos longos de Kondratieff², aplicados à compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro. Para Rangel, o desenvolvimento é um processo eminentemente cíclico regido por ondas de inovação tecnológica e pela acumulação de capital, independente da vontade humana, mas sim, da política e do planejamento.

Segundo Mamigonian,

“O ponto de partida do esquema explicativo de Rangel foi a constatação de que o sistema mundial capitalista vive fases de expansão e fases de depressão, isto é, cresce em ciclos de longa duração (ou Kondratieff de cinquenta anos) e os médios (juglarianos de dez anos). Nas fases de expansão dos ciclos longos o

¹ Revolução Acreana é o termo utilizado para designar o processo político-social que levou à incorporação do território do Acre ao Brasil. A Revolução é iniciada em julho de 1899, quando o território é proclamado estado independente, sob o comando de Luis Gálvez Rodríguez de Arias, e termina em 1903, dando vitória as tropas brasileiras, comandadas por José Plácido de Castro. Seu fim deu-se com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, pelo qual a Bolívia cedeu o território ao Brasil (e o Peru aceitou a divisão de fronteiras) em troca de 2.000.000 libras esterlinas e da construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

² 1º ciclo longo: fase "a": 1870-1815 fase "b": 1815-1847

2º ciclo longo: fase "a": 1847-1873 fase "b": 1873-1896

3º ciclo longo: fase "a": 1896-1920 fase "b": 1920-1948

4º ciclo longo: fase "a": 1948-1973 fase "b": 1973- (?)

centro do sistema tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, incorporando novos territórios e realizando mais investimentos, tanto no centro como na periferia. Nas fases de depressão dos ciclos longos, diminuindo o ritmo econômico do centro do sistema, vai ocorrendo contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia. Como os recursos em uso na periferia estavam voltados em parte ao atendimento do comércio internacional, sob formas de terras, trabalhadores e capitais, eles entravam em ociosidade parcial nessas fases depressivas, forçando a procura de utilizações rentáveis, elevando a economia de alguns países periféricos a se concentrarem na produção de artigos tradicionalmente importados”. (MAMIGONIAN, 2000).

Rangel é o formulador da teoria da dualidade básica, a qual permite analisar a evolução da formação social brasileira inserida nos ciclos econômicos. Ela apóia-se na de que o Brasil reage positivamente às flutuações cíclicas, identificando rupturas e continuidades nas da evolução econômica e social brasileira. Para ele, na história do Brasil, coexistem relações duais de produção, historicamente atrasadas em relação às relações de produção existente na Europa.

Para ele a dualidade se manifesta em dois “pólos”: um “pólo” interno e outro externo. No “pólo” interno situam-se, internamente as relações de produção dominantes e a correspondente classe dominante, chamada de “sócio maior”. No “pólo” externo apresentam-se, internamente, as relações de produção emergentes e o correspondente “sócio menor”.

Tanto no “pólo interno” quanto no “pólo externo” existe um “lado externo” correspondente às relações de produção vigentes nos países centrais, em os quais o Brasil estabelece relações. Estas apresentam-se adiantadas em relação às vigentes no Brasil. A dinâmica interna brasileira, difere da encontrada nos países centrais, visto que os processos, econômicos e políticos não decorrem apenas das relações internas do país, mas também das relações que o mesmo estabelece com as nações que situadas no centro do sistema.

A relação de produção dominante do “pólo externo” corresponde à relação de produção dominante do lado interno do “pólo” interno e se transformará na relação de produção dominante no “pólo” interno na dualidade seguinte. Ocorre o mesmo com os “sócios”: o “sócio menor” se transformara em “sócio maior” na dualidade seguinte.

“Nota-se que as dualidades brasileiras (...) foram abertas nos períodos de depressão do comércio mundial, que provocavam a necessidade de novos relacionamentos da periferia com o centro. Assim, a 1ª Dualidade, que começou com o processo da independência (1815-1822), coincide, não casualmente, com o início da fase depressiva do 1º ciclo longo, com a 2ª Dualidade, que se abriu com a Abolição-República, igualmente iniciou-se no período de depressão do 2º ciclo longo e a 3ª Dualidade começa em 1930, em plena depressão do 3º ciclo longo e a 4ª Dualidade vai começando em plena depressão mundial que estamos vivendo.” (MAMIGONIAN, 1987).

Na primeira dualidade (1815-1870), a relação de produção interna era o escravismo. Mas, por sua vez, a fazenda de escravos constituía-se dual. Seu pólo externo era mercantil. A burguesia mercantil nacional, que surge com a Independência, é o “sócio menor” que se transforma, na segunda dualidade (1870-1920), em “sócio maior”. Esta dualidade é caracterizada por Rangel pela presença do “latifúndio feudal” no qual não se assemelha ao feudalismo medieval, que foi presente na Europa.

Para Rangel, a Revolução de 30 representa um marco decisivo na história do Brasil. Ela marca a fase recessiva do terceiro ciclo longo (1920-1948) durante a qual o pacto de poder era formado por fazendeiros latifundiários cuja produção destinava-se ao mercado interno, associados à burguesia industrial nascente. Ela se caracteriza pela tomada do poder do Estado pelos latifundiários feudais, “sócios menores” da segunda dualidade em “sócios maiores. Estes fazendeiros cujos interesses estavam voltados para o abastecimento interno, representados pelos pecuaristas do Sul (Getúlio Vargas) e por latifundiários do Norte e Nordeste, aliaram-se à burguesia industrial para comandar a revolução industrial brasileira a partir de 1930, comprimindo uma nova etapa na

substituição de importações³. Na quarta dualidade, o sócio menor da terceira, a burguesia industrial, é alçado à posição de sócio maior.

O processo de formação do núcleo urbano de Rio Branco se deu a partir do momento em que a economia comercial voltada à importação de gado da Bolívia, se torna mais rentável que a economia extrativista da borracha, visto que o espaço do seringal deixava de ser um espaço privado e tornava-se público, transformando-se numa área livre para o estabelecimento de diversos comerciantes, um porto seguro para os regatões sírio-libaneses, um lugar de trabalho para uma grande variedade de profissionais (desde advogados, médicos, barbeiros, fotógrafos, jogadores, artistas, até prostitutas que eram importadas da Europa). Porém melhorias urbanas na capital só se deram no momento em que a sede da mesma foi transferida para a margem esquerda do rio Acre, visto que a margem direita era alvo de inundações constantes.

O município de Rio Branco⁴ foi criado em 13 de junho de 1913 pelo Decreto Federal 9831 de 23 de outubro de 1912, porém três anos antes de sua criação, o então prefeito Gabino Besouro assumiu a prefeitura em 1909, apossou-se das terras do seringal “Empreza”, dando início à divisão dos lotes e arruamento da futura cidade, instalando nessa área a sede do governo e todos os serviços administrativos. A partir de 1920, a cidade passou a ter as primeiras construções de alvenaria, por iniciativa governamental. As primeiras edificações foram o Mercado Público, o quartel da Guarda e o Palácio do Governo. Com o crescimento da cidade e as crescentes construções em alvenaria, o governo do Território do Acre⁵ estimulou a criação das primeiras olarias cerâmicas em Rio Branco.

Na década de 40, em decorrência do crescimento urbano, a cidade passou a exigir maior atenção quanto ao seu abastecimento, sendo criados, então, os núcleos coloniais em torno da mesma. As colônias surgiram de antigos seringais que “em 1950 chegaram a abrigar 4.518 pessoas, enquanto a parte urbana de Rio Branco já contava com 10.000 habitantes” (BEZERRA, 1993). Nos anos 50, a cidade ainda mantinha a sua divisão funcional entre Penápoles, bairro do núcleo central da capital que concentrava a sede administrativa da cidade, e “Empreza”, bairro localizado à margem direita do rio, onde se concentrava a maior parte do comércio da capital, embora fosse visível o crescimento da primeira, ou seja, de Penápolis.

Após o término da Segunda Guerra Mundial foram implantados planos governamentais e criadas colônias agrícolas para abastecer a cidade e assentar a população nordestina – os “soldados da borracha” - que trabalhava na extração da seringa no segundo ciclo econômico da borracha, fatos estes que aceleraram o processo de urbanização de Rio Branco, objeto central da presente proposta de estudo.

O interesse em pesquisar a fundo o processo de desenvolvimento urbano pelo qual a cidade passou a partir daquele período, reside justamente na contradição referente à sua forma e função, tendo em vista que a produção do espaço é sempre um reflexo do processo de evolução da estrutura sócio-econômica.

Isto se deve ao fato de Rio Branco ter passado a apresentar duas zonas distintas: uma rural planejada, originária da criação de colônias agrícolas, as quais tinham o objetivo de formar um cinturão de abastecimento urbano, utilizando os soldados desempregados da borracha, numa tentativa de impedir retorno de trabalhadores para suas terras de origem, no fim da Batalha da Borracha⁶, (com infra-estrutura mínima para dar suporte aos colonos e suas famílias, tal como escolas, núcleos mecanizados para beneficiamento da produção e postos de saúde⁷) e uma urbana,

³ Rangel refere-se a três etapas na substituição de importações as quais coincidem sempre com o período recessivo dos ciclos (1821-1848 substituição natural; 1873-1896 substituição artesanal e 1920-1948 substituição industrial).

⁴ Pelo Decreto Executivo nº. 5.188, de 7 de abril de 1904, assinado pelo Presidente Rodrigues Alves, o Acre passou a ser considerado território federal, dividido administrativamente em três departamentos: Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre. Este último com sede em Rio Branco, sendo seu primeiro Prefeito o Coronel Rafael Augusto Cunha Mattos, a mando do governo federal. Chegou no seringal “Empreza” em 18 de agosto de 1904, para ali governar o departamento do Alto Acre até 1905. O seringal “Empreza” passou a categoria de vila (Vila Rio Branco) em 22 de agosto de 1904 e em setembro do mesmo ano passou a categoria de cidade (cidade “Empreza”). Em 1909 a cidade de “Empreza” recebeu o nome de Penápolis em homenagem ao presidente Afonso Pena. Mais tarde, em 1912, os lados direito e esquerdo do antigo seringal “Empreza” foram chamados de cidade de Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco. Rio Branco tornou-se capital do Acre em 1920.

⁵ O atual estado do Acre originou-se do antigo Território Federal através do Decreto Legislativo de nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904 sancionado em 15 de Junho de 1962 pela Lei 4.070, assinado pelo Presidente da República João Goulart, elevando o Acre à categoria de Estado.

⁶ Em plena Segunda Guerra, os japoneses cortaram o fornecimento de borracha para os Estados Unidos. Como resultado, milhares de brasileiros do Nordeste foram enviados para os seringais amazônicos, em nome da luta contra o nazismo para fornecer matéria-prima para o abastecimento da Guerra.

⁷ Quanto à assistência técnica residia apenas no fornecimento de “mudas, sementes, parte das ferramentas e a orientação dos agrônomos. Também o beneficiamento dos produtos nesses núcleos coloniais geralmente é feito por conjuntos mecânicos de

caracterizada por investimentos do Estado destinados à construção civil e programas de obras públicas que provocaram uma grande alteração na paisagem de Rio Branco.

Qualquer cidade pode ser observada como um conjunto de formas geográficas, sendo elas bairros, edifícios e outros, podendo ser investigadas em termos de forma-aparência e forma-conteúdo. Ao analisar a cidade sob o critério de forma-aparência observa-se a predominância de formas antigas características de períodos anteriores de organização social e de formas novas, características de momentos contemporâneos de organização espacial e social. Sobretudo, elas não apresentam somente uma aparência externa, mas também possuem um conteúdo, isto é, realizam uma função. Estas formas geográficas manifestam diferentes fases de urbanização e, no caso de Rio Branco, no período pós - Segunda Guerra Mundial, a constituição de uma Zona Ampliada rural, como foi denominada a área das colônias agrícolas, reflete as especificidades da evolução urbana local, caracterizada pela dinâmica de uma formação sócio-econômica de origem extrativista vegetal - comercial. O espaço não é independente da estrutura sócio-econômica, mas sim a expressão concreta de cada fase em que a sociedade se insere.

O estudo desses processos urbanos através de uma abordagem analítica orientada pelo conceito de formação sócio-espacial (SANTOS, 1982, 1990), pressupõe que o espaço geográfico, e neste caso específico o espaço urbano, seja considerado como um conjunto de relações materializadas através de formas e funções, que contém a totalidade dos elementos naturais, sociais, econômicos e políticos que interagem, constituindo uma realidade geográfica – empírica - localizada no tempo e no espaço (CHOLLEY, 1964).

1 A COLONIZAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO.

O processo histórico de ocupação dos rios do vale amazônico se deu por questões políticas e, sobretudo econômicas visto a sua exuberância e riqueza natural. Esta região possui uma superfície de 260 milhões de hectares (a Amazônia brasileira), formada pela bacia do Amazonas com características fascinantes⁸. Seu clima é predominantemente equatorial com altos índices pluviométricos e temperaturas elevadas. Suas matas são formadas por várias espécies de árvores como a seringueira, castanheira, copaíba, jacareúba, jacarandá, louro, maçaranduba, mogno, sucupira, entre outras. O solo é bastante úmido, devido às constantes chuvas ocorridas na região. Sua fertilidade é bastante reduzida estando situada na camada superior, numa profundidade de 20 a 30 centímetros. Estas características tornaram a Amazônia uma região de riqueza ímpar, que reúne diversidades de espécies animais e vegetais tão cobiçadas por organismos nacionais e internacionais, um anecúmeno do comunismo primitivo ameríndio, segundo RANGEL (1993). No processo histórico de ocupação da Amazônia, este exuberante quadro natural e uma população ameríndia adaptada a ele, exercem uma determinação particular, comparativamente a outras regiões brasileiras.

O processo de conquista da Amazônia, efetivado pelos portugueses, se deu primeiramente por motivo de caráter político. No século XVII, o litoral e o baixo vale amazônico já eram conhecidos por holandeses, ingleses e franceses que penetravam pela foz do rio Amazonas para realizar trocas comerciais com índios. “As pretensões inglesas e holandesas estavam respaldadas em poderosas companhias comerciais monopolistas”. (CORRÊA, p. 192, 2006). A presença estrangeira na região fez surgir, em 1612, São Luiz, fundado por holandeses e conquistada pelos portugueses em 1615. Contudo a reação portuguesa se fez sentir, e, em 1616, é fundado Belém, a partir da construção do forte do Presépio com o objetivo de resguardar toda a região de invasões estrangeiras. A escolha do sítio que compreende atualmente a cidade de Belém não se deu de forma aleatória. Sua localização nas proximidades da foz do rio Amazonas, mas ao mesmo tempo protegida pela violência das águas características do estuário norte, confere à localidade uma excelente posição, garantindo um acesso e

propriedade do Território. Estes conjuntos são compostos por um motor destinado a produzir força motriz para as diversas máquinas de beneficiamento agrícola, tais como: engenho de cana, caítitu para mandioca, descascador de arroz, debulhador de milho, prensas e fornos para fabricação de farinha, tachos e gamelas para o fabrico de açúcar bangüê, rapadura e mel.” (GUERRA, 1951, p.564)

⁸ “O vale do Amazonas, na transformação constante que vem passando, tem hoje a forma de uma lira, como se algum deus pagão e autóctone, por meio da harmonia e da beleza, tentasse amenizar as arestas cortantes dessa natureza rude. Lira deitada e ligeiramente inclinada do poente para o nascente guarda, ao fundo, a Cordilheira dos Andes; ao sul, o planalto do Sistema Brasileiro; ao norte, as montanhas do Sistema Guianense; na embocadura, os lençóis azuis do Atlântico. As reentrâncias da figura são apertadas nos relevos serranos das manchas que desdobram de Almerim à Óbidos, na margem esquerda, e nos relevos alpestres dos ondulados que sobem do Curuá a Santarém, no flanco direito. Ao centro dessa arena colossal – a gigantesca árvore hidrográfica, com a copa de tributários esgaldada para o montante, caule portentoso na seção intermédia, e as raízes incontáveis, de bancos e baixios, de ilhas e arquipélagos, cravando o rizoma no mar. Cada galho, cada ramo, cada folha, cada nó aquoso da fronde flúvia, e maravilhosas espicha-se num estirão, alastra-se numa baía, encurva-se numa enseada, isola-se num *sacado*” (MORAIS, p. 1, 2000)

controle do litoral e do vale amazônico. A base econômica da colonização foi, a princípio, a lavoura de cana-de-açúcar, assim como foi nos demais núcleos do litoral. Porém as condições naturais não lhe foram favoráveis, devido a pouca fertilidade do solo amazônico e as constantes cheias que alagavam áreas imensas. Foi quando Portugal, ao perder as mercadorias oriundas das Índias orientais⁹, organiza, em 1655, um esquema destinado à procura, coleta e comércio de especiarias, nomeadas aqui de “Drogas do Sertão”. Eram produtos valorizados na Europa, utilizados como condimentos em uso farmacêuticos, enfeites e como materiais de construção, como assinala Caio Prado Junior abaixo:

“E foi o que se verificou. Encontraram os colonos na sua floresta, um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar as madeiras e produtos abundantes do reino animal: peixes, caça, a tartaruga. (JÚNIOR, p. 69, 1971)

No período que se estende da metade do século XVII ao final da primeira metade do século XVIII, este sistema de coleta vegetal estava apoiado nas aldeias missionárias e na mão-de-obra indígena. Sob ordem religiosa, a teocracia jesuítica, os indígenas construíam as instalações das missões, tais como a igreja, a escola, os armazéns e depósitos. Ao lado da política adotada pelo Estado lusitano, as “Ordens Religiosas” cooperaram através da catequese, na educação e na ocidentalização do “gentio”, descrito por GUERRA (1960). Essas aldeias localizavam-se principalmente às margens dos rios e possuíam uma posição vantajosa, controlando a circulação de um vale (figura 1). Os indígenas sob o controle dos missionários, não apenas cultivavam para sua subsistência como também percorriam os vales em busca das “drogas do sertão”¹⁰. A produção colhida era encaminhada a Belém e de lá exportada para Europa,

“pagando-se com isto não somente a manutenção das missões (que se bastavam assim mesmas), mas deixando saldos apreciáveis que com os de outras procedências, iriam enriquecer consideravelmente as Ordens respectivas e dar-lhes, na primeira parte do século XVIII, grande poder e importância financeira”. (JÚNIOR, p. 71, 1971)

Vendo o crescente poder da influência jesuítica, a Coroa Portuguesa sentindo-se prejudicada, abre luta contra o poder dos padres na América, assim também na Amazônia, através da figura de Marquês de Pombal. A partir da segunda metade do século XVIII a situação se modifica sensivelmente sobre o tratamento da terra. Houve isenção de impostos, concessões de sesmarias, distribuição de instrumentos agrários e outros instrumentos de trabalho e, em 1755, é fundada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão sob os desígnios de Marques de Pombal. Este período é marcado por mudança quando se refere ao tratamento do indígena. Sua dominação foi transformada e seu trabalho pago via escambo, fiscalizado por diretores nomeados para as aldeias. Com a expulsão dos padres jesuítas, colonos leigos penetraram na região, aproveitando a ausência dos mesmos, visto a impossibilidade de sua presença sob o domínio da igreja presente anteriormente. A criação dessas companhias pombalinas teve como objetivo não somente acabar com o domínio jesuítico frente a Coroa, mas também inserir-se no mercado europeu de produtos tropicais, expandindo o cultivo de cacau, café, fumo e outros produtos, como também intensificar o extrativismo vegetal e a pecuária nos campos do Rio Branco (Roraima), no baixo Amazonas e na ilha do Marajó. Destacou-se também a ampliação das importações de produtos manufaturados europeus, os quais eram adiantados aos

⁹ Segundo SODRÉ (1976), a Amazônia vai proporcionar o retorno português ao comércio de especiarias. “Expulsos do Maláia e de Ceilão, guereados de outros pontos do Oriente, cedendo o comércio de especiarias orientais ao holandês, Portugal vê na Amazônia a fonte de drogas do sertão que lhe permitirá voltar ao cenário. (...) Ora, quando isso acontece, a ocupação amazônica deve repousar sobre a rede das *missões*. Só elas dão sentido de povoamento e de exploração econômica ao vale. Sobre a sua estrutura funda-se o surto comercial das *drogas do sertão*. A Amazônia substitui o Oriente como fonte de especiarias. Mas só substitui porque o missionário organiza, nas suas aldeias, entidades produtoras de proporções relativamente grandes, protegidas pelas isenções, dominando a mão-de-obra local e aproveitando ao máximo a sua aptidão natural para a coleta florestal”. (SODRÉ p. 130, 1976).

¹⁰ “Sem o gentio, portanto, não se dava um passo. Era ele que remava, pescava, fazia as farinhas, lavrava a terra, guiava as expedições, passava as cachoeiras, indicava os perigos e os meios de escapar a eles, apontava os tipos da flora e da fauna, construía os povoados, fazia os mil artefatos de que havia necessidade para que se pudesse prosseguir na campanha de fundação do império ocidental no ambiente exótico e hostil: Era ele nervo e vida” (REIS, apud SODRÉ, p. 29, 1976).

colonos para serem pagos mais tarde, ampliando e consolidando assim o sistema de aviamento¹¹ na Amazônia.

Neste momento passa a se desenvolver na Amazônia uma rede urbana embrionária, como caracteriza CORRÊA (2006), porém não derivada da incorporação de novas áreas à economia colonial, mas derivada principalmente pela expansão das atividades produtivas nas áreas já existentes e pela política tida por Portugal nos núcleos pré-existentes, que contribuiu à elevação, entre 1755 e 1760, de 46 aldeias missionárias à categoria de vila. Essas aldeias tiveram seus nomes modificados, reproduzindo em muitos casos nomes de povoações portuguesas como Alenquer, Almerim, Aveiro, Barcelos, Borba, Ega (atual Tefé), Faro, Melgaço, Santarém, Serpa (atual Itacoatiara), Óbidos e Vila Nova Imperatriz (atual Parintins), e a criação, em 1755, da Capitania de São José do Rio Negro, base do atual estado do Amazonas, com capital em Barcelos, fazendo com que o Amazonas e, mais tarde, o estado do Grão-Pará passem a ter duas capitais distintas, a do Grão-Pará e a de São José do Rio Negro, ambas subordinadas a Belém.

¹¹ “A estrutura de comercialização da borracha baseava-se num sistema de aviamento, que era típico da exploração da borracha e de outros produtos extrativos. Teve suas origens no período colonial quando as empresas exploradoras das drogas do sertão no Pará, trocavam com os comerciantes gêneros alimentícios por produtos de coleta”. (SILVA, apud COELHO, p. 31, 1982).

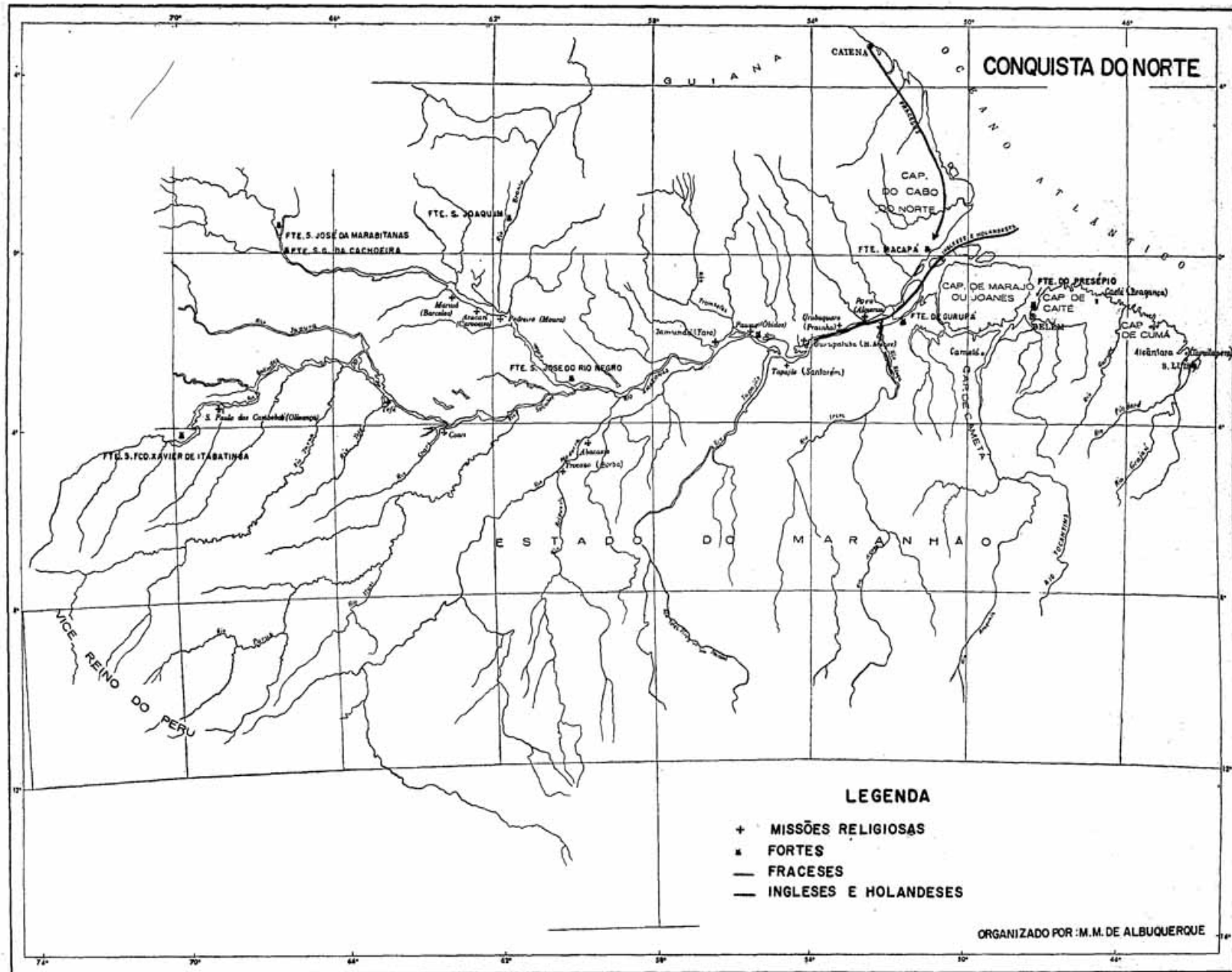


Fig. 10

Figura 1: Conquista do Norte. Fonte: IBGE – Geografia do Brasil. Roteiros de uma viagem.

1.1 - A gênese de Belém e Manaus e suas funções históricas.

1.1.1 Belém

Belém encontra-se situada numa região historicamente estratégica. Topograficamente seu sítio foi construído num terreno baixo e plano sendo seu núcleo inicial localizado num terraço entre 7 a 8 metros de altitude. A escolha do seu sítio volta-se a fatores históricos vivenciados então pela região Amazônica. Em 1616 foi construído um forte denominado Forte do Presépio com o intuito de conter invasões holandesas, inglesas e francesas, que penetravam pela foz dos rios amazônicos para comercializar com povos indígenas as especiarias encontradas nas matas. A escolha da construção desta fortificação adveio da importância estratégica que as vias fluviais ofereciam, facilitando a penetração e ameaçando o poder do domínio português naquela região. O Forte, em seguida, o colégio e a igreja dos jesuítas formaram o núcleo original da cidade que, posteriormente, seria denominada de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

O período compreendido pela busca das “drogas do sertão”, e a administração pombalina na região amazônica, proporcionou à Belém um importante centro comercial e político como descreve Corrêa:

“Os efeitos das ações da companhia pombalina, contudo, dar-se-ão espacialmente de modo desigual, introduzindo uma certa diferenciação entre os núcleos de povoamento. Primeiramente, esta diferenciação verifica-se através das funções urbanas de natureza político-administrativa: em cada uma das duas capitanias passa a existir uma capital, várias vilas e numerosos povoados, estabelecendo-se, assim, uma hierarquia político-administrativa em cujo topo situa-se Belém. Em segundo lugar, através das funções comerciais e de serviços que se ampliaram desigualmente durante o processo de inserção mais profunda da Amazônia no comércio internacional de produtos tropicais”. (CORRÊA, p.200, 2006).

A transferência da capital do estado do Grão-Pará e Maranhão de São Luís para Belém, em 1751 e a separação desses dois estados em 1772, criando o estado do Grão-Pará e do Maranhão, fortaleceu a importância de Belém frente à Amazônia, tornando-a a capital político-administrativa de toda a Amazônia, o que trouxe à Belém um surto de desenvolvimento voltado a melhoramentos urbanos através da construção do palácio do governo e igrejas. Porém, passado quase um século, a cidade de Belém progrediu muito lentamente, somente em fins do século XIX, sofreu um grande impulso econômico e urbano durante o ciclo da borracha. Desta época data a construção do porto, assim como o Teatro da Paz, a Praça da República e a abertura de largas avenidas sombreadas por mangueiras. Assim Belém se destaca pela concentração populacional e centralização dos recursos financeiros disponíveis para investimento urbano. Esta estrutura ocasionou o surgimento de grandes contrastes entre o centro, com infra-estrutura, e a periferia com população residindo em casas de palha e madeira. GUERRA (1960) acentua este contraste quando divide a cidade em três zonas distintas no que diz respeito à urbanização: a zona elegante, a zona média e a zona pobre. A primeira constitui a parte moderna da cidade, com largas avenidas calçadas com paralelepípedos e casas residenciais melhores do que em outros bairros. A zona média encontra-se à sudeste da cidade e a zona residencial pobre constitui a periferia de Belém, predominando a presença de madeira, taipa e palha na fabricação das residências.

Em 1897 é construído, por uma empresa inglesa, La Rocque Pinto & Cia., um mercado de ferro às margens da Baía do Guajará. No local funcionava a casa do ver-o-peso de Belém, que foi erguida em 1625, com o mesmo propósito que tinham as “casas do ver-o-peso” criadas no Brasil em 1614, no Rio de Janeiro, para aferir o peso de qualquer mercadoria e cobrar sobre ela o imposto devido. A partir do Ver-o-Peso exportaram os primeiros carregamentos de borracha da Amazônia. As sementes de seringueira levadas para a Malásia, que provocariam mais tarde o colapso da economia do látex, também saíram de lá.

Atraídos pela riqueza da borracha, imigrantes sírios, libaneses, italianos e judeus marroquinos incorporaram-se, com suas casas comerciais, nas proximidades do Ver-o-Peso. Ainda no fim do século XIX, no auge de riqueza da borracha, a paisagem do Ver-o-Peso sofreu novas mudanças: ampliação do antigo mercado de carne situado nas proximidades, ampliação do aterramento da baía e

construção do porto pelos ingleses, além de outras construções seguindo um padrão arquitetônico europeu, de estilo eclético.

1.1.2 Manaus

A gênese da cidade de Manaus remete à construção do forte de São José da Barra do Rio Negro, em 1669, para garantir o domínio da coroa portuguesa na região contra as invasões estrangeiras, principalmente holandesas e inglesas. Próximo ao forte havia vários povos indígenas (Barés, Banibas, Passés Manaós), que ajudaram na sua construção e passaram a morar à sua volta. Ao contrário do sítio de Belém, que possui níveis de terraços baixos, Manaus encontra-se sobre um baixo planalto entre 20 e 30 metros do nível médio do rio Negro. Com a expulsão dos jesuítas da região e ao mesmo tempo as constantes invasões holandesas pelo vale do Orinoco e espanholas pelo do Solimões, o governador do Pará mandou construir uma fortaleza no “Logar da Barra”, a fim de servir de base para a defesa, tanto do rio Negro, como eventualmente do Solimões. Desta forma, contendo a invasão estrangeira, garantia o poder da região nas mãos da coroa portuguesa.

Aos poucos o Lugar da Barra passou a atrair índios da região como os manaus, que foram aldeados e incorporados ao povoado por missionários carmelitas que chegaram na localidade por volta de 1665, reorganizando a vida do aldeamento de soldados e índios. Em 1758 é fundada a Vila de Mariuá, posteriormente transformada em capital da Capitania do Rio Negro, mais tarde na cidade de Manaus. AB’SÁBER (2004) ao citar Alexandre Rodrigues Ferreira, mostra dados estatísticos acerca da população local em relação ao ano de 1786, demonstrando um lento crescimento da população, pois havia neste tempo apenas 301 habitantes (47 brancos, 243 índios e 11 negros). Relata também sobre as atividades no aldeamento, onde se produzia de tudo um pouco, visando o autoabastecimento de milho, café, algodão, tabaco, arroz e castanha. À medida que a população crescia, as condições de abastecimento de alimentos tornavam-se mais difíceis e precárias. Porém esse crescimento se deu de forma lenta e, segundo AB’SÁBER (2004), somente por volta da proclamação da República é que Manaus atingiu 10.000 habitantes, época em que Belém detinha aproximadamente 60.000 habitantes. O ciclo da borracha, a partir de fins do século XIX, vai beneficiar a cidade em termos de desenvolvimento populacional e urbanístico.

Entre 1890 e 1920, Manaus sofreu transformações na sua forma urbana. Contruiu-se o porto, mercado, abriram-se avenidas e praças foram urbanizadas, igarapés na região central da cidade foram aterrados e através do modelo higienista de Oswaldo Cruz, Manaus passou por um intenso processo de saneamento urbano. A capital ganhou iluminação pública e sistema telefônico, além da construção do Teatro Amazonas. E, de acordo com Guerra,

“Essas modificações culminaram nos dois primeiros decênios do século XX, em íntima correspondência com a prosperidade da região, resultante do monopólio conseguido pela Amazônia no comércio mundial da goma elástica. A fisionomia urbana de Manaus que se manifesta no traçado planejado, no grande cais flutuante, nos magestosos edifícios públicos, no imponente teatro de ópera, nos belos palacetes residenciais, na arquitetura bem cuidada dos prédios comerciais, largas avenidas e grandes praças, enfim, por tudo o que a cidade possui de faustoso e monumental, data daquela época afortunada de 1890 a 1920, quando ela viveu num fluxo e numa riqueza desconhecidas então por muitas grandes capitais do sul do Brasil”. (GUERRA, p. 23, 1960).

Assim, segundo AB’SÁBER (2004), Manaus se firmou como um grande entreposto comercial, de exportação dos produtos amazônicos e distribuidor de produtos de importação provindo do restante do Brasil e do exterior, como carnes, produtos manufaturados e industrializados, entre outros.

1.2 - A exploração da borracha do século XIX e século XX.

O ciclo da borracha constituiu um período importante na história econômica e social do Brasil, estando relacionado com a extração e comercialização da borracha. Este ciclo teve o seu centro na região amazônica, proporcionando grande expansão da colonização, atraindo riquezas e causando transformações culturais, sociais e territoriais ao expandir a fronteira do Brasil, além de dar grande impulso às cidades de Manaus e Belém.

Na primeira metade do século XVIII o astrônomo francês Charles Marie de La Condamine, com pretensões de medir o arco do meridiano, penetrou no vale dos rios amazônicos e estudou a fundo a árvore que libera um líquido leitoso - a árvore da seringueira - que mais tarde será denominada *hevea brasiliensis*. Descobriu que a resina provinda da árvore era tão resistente quanto àquelas encontradas às margens do rio Marañon, servindo para os mesmos usos. Em 1770 Joseph Priestley descobriu que a borracha servia para apagar traços de lápis, contribuindo para sua primeira utilização industrial. Com a descoberta da vulcanização, quase simultaneamente por Charles Goodyear (1839) nos Estados Unidos e Hancock (1842) na Inglaterra, a borracha da Amazônia passou a ser olhada com interesse, em especial pelos EUA e pela Inglaterra.

Foi em meados do século XIX que a navegação dos principais rios da bacia amazônica foi organizada pelo Império e em 1874, quando a Companhia de Navegação do Amazonas estava em pleno desenvolvimento, inclusive com sucesso financeiro, foi adquirida pelos ingleses, constituindo a Amazon River Steam Navigation Co. Neste momento, o tráfego fluvial no Amazonas já havia sido internacionalizado pelo decreto de 1866, inclusive sob pressão dos EUA. (VALVERDE, 1964)

Conforme Valverde (1964), a mola econômica que fez eclodir o 'boom' da goma elástica foi a criação dos grandes mercados para esse produto na zona temperada: nos Estados Unidos em primeiro lugar, e secundariamente na Europa.

Certamente, a partir da invenção, patenteamento e fabricação do pneumático pelo britânico John Dunlop, entre 1887 e 1889, somada à fabricação de automóveis em série, a partir de 1893 - fruto da inovação na organização da produção, a linha de montagem, ligada ao nome do estadunidense, Henry Ford - proporcionará a *mola econômica*, acima referida.

Assim no período compreendido pelo ciclo da borracha, entre as décadas de 1880 e de 1920, países centrais do capitalismo mundial necessitavam de matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, bem como expandir geograficamente seu raio de atuação, inclusive incorporando novos territórios¹².

O Brasil, possuidor da maior reserva mundial de seringueiras nativas, entra no cenário mundial como o principal fornecedor de matéria prima, a borracha (figura 2).



Figura 2 - Balsas transportando borracha no Rio Acre em Rio Branco (AC). Fonte: IBGE Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Municípios Brasileiros.

¹² Ver sobre o assunto da relação entre áreas temperadas e tropicais, no período em pauta o artigo de WAIBEL, Leo. **O Abastecimento da Zona Temperada com Produtos Agrícolas Tropicais**. In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: CNG, 1958. Ver sobre ciclos econômicos emanados do centro do sistema capitalista: Mamigonian, A. Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel. In: *Revista GEOSUL*, 3, Ano II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1º sem. 1987.

A partir da segunda metade do século XIX o interesse da Província do Amazonas pela borracha era grande, devido ao grande lucro obtido na exploração do produto. Na região, compreendida pelo sul do Amazonas e o atual estado do Acre, era onde estava concentrada grande quantidade de *hevea brasiliensis*¹³ e ali a possibilidade de maior lucro aos exploradores. Após essa descoberta, várias expedições foram organizadas pelo governo da Província do Amazonas para conhecimento da região, então vários seringais foram fundados e a economia da borracha estabelecida.

Com o surto da borracha na Amazônia, sobretudo no Acre, o sistema de créditos, ou seja, sistema de trocas baseado no crédito sem dinheiro, adotado pelas casas comerciais dos centros urbanos, as casas aviadoras, se amplia. Estas casas funcionavam exclusivamente em Belém, até que em 1900 o governo amazonense, pleiteando para seu Estado uma participação mais direta, as trouxe para Manaus.

Para o trabalho na extração do látex nos seringais acreanos, houve um intenso fluxo migratório para a região, sobretudo de origem nordestina. Dentre os motivos para o abandono de sua terra – quando o interesse dos industriais estrangeiros pela borracha levavam ao financiamento da migração de grandes números de trabalhadores para o Acre – estava a ilusão de enriquecimento fácil na região, por parte dos trabalhadores nordestinos, e a seca nordestina de 1877-1878. Com a grande migração à Amazônia houve a necessidade de organizar as explorações, sendo o custeio da expedição de responsabilidade de um comerciante, o aviador, que além de fornecer o transporte, fornecia os utensílios para a exploração e os gêneros alimentícios. Os nordestinos migrantes, no momento em que deixavam sua terra natal, já se tornavam endividados. Ao chegar na região recebiam um adiantamento, por não terem condições de suprir com as despesas de viagem e de instalação no seringal.

No seringal existia a mesma prática nas relações mercantis. A escrita era feita no barracão da gerência ou no armazém central. Todas as despesas realizadas no seringal eram registradas. Tanto as mercadorias fornecidas ao seringueiro quanto a borracha produzida, eram registradas em livros denominados de contas correntes que ficavam de posse dos seringalista. Ao se apresentar para o trabalho no seringal, o seringueiro recebia do seringalista um extrato, onde eram registrados todos os débitos, incluindo os gastos de viagem e ainda os utensílios e os gêneros alimentícios que viesse a precisar. Nesse momento surgia uma relação que iria manter o seringueiro numa situação de servidão, que o tornava totalmente dependente do barracão como assinala Araújo Lima:

“O seringueiro ou freguês, não é, pois, um assalariado, tampouco meeiro ou tarefeiro, muito menos um associado; é realmente, um *correntista*, um operário que trabalha por conta própria no seringal do *patrão* e com o crédito, por este abonado, em gêneros alimentícios, objetos de vestuário, material para extração do leite de seringueira, munição para a caça, todas as utilidades, enfim, indispensáveis à vida de solteiro ou de casado. E nem em plena liberdade de trabalho, de negócios e de erros, desenvolve-se na área do seringal que lhe faculta o proprietário, de quem apenas depende pelo compromisso da dívida, assumida quando recebe o avião, ficando obrigado pelo débito contraído, que muitas vezes anula pela fuga para outro seringal, visto como nenhuma garantia pode oferecer no ato de entabular os negócios com o *patrão*. (LIMA, p. 384, 1943)

Segundo VALVERDE (1964) se o seringueiro tentasse fugir, era caçado a dente de cão ou pelos “capangas” do administrador. Cada seringal tinha sua “justiça própria”, com prisão, jejuns e surras com espinhas de pirarucu.

A borracha, oriunda, do Acre era desembarcada em Manaus ou Belém, onde eram pagos os direitos de exportação, que os Estados do Pará e Amazonas cobravam. Lá as casas exportadoras

¹³ “Tanto a *hevea brasiliensis*, mais comum no vale do Amazonas e nos de seus afluentes meridionais, como a *hevea benthamiana*, típica dos vales afluentes setentrionais, ocorrem sobretudo, na mata de várzea alta; por isso, distribuem-se em faixas ao longo dos rios. Nos solos argilosos da terra firme, a seringueira também se desenvolve bem e em formação relativamente densas. Essa é a razão por que, no Acre, as seringueiras se espalham também sobre os divisores de águas. (...) A ocorrência natural da seringueira vem explicar o padrão da distribuição demográfica na Amazônia. Nos rios principais, únicas vias regulares de circulação no meio da hiléia, é onde se faz mais densa a população. A ocupação se processou em *habitat* disperso ao longo de seus cursos para aproveitar ao máximo os seringais nativos. De longe em longe, avista-se uma barraca de seringueiro”. (VALVERDE p. 274, 1964).

faziam as suas ofertas aos aviadores. As negociações operavam de acordo com os preços da véspera, e cabendo as casas exportadoras exportá-las para a Europa e Estados Unidos.

O seringueiro produzia a borracha, as *pélas*, defumando o leite. Indubitavelmente, o processo de defumação do látex e a conseqüente coagulação consiste numa importante etapa na otimização da produção. A coagulação não dependia somente do fogo, mas também da ação de ácidos, sais, centrifugação e calor solar.

As manipulações e a mão-de-obra, que exigia o simples transporte da borracha do defumador ao embarque para o estrangeiro, eram excessivas. Do defumador as *pélas* eram conduzidas para os bancos que as transportavam ao barracão do patrão; em seguida eram conduzidas pelo gaiola aos portos de Manaus e Belém, para daí, serem transportadas em navios e serem exportadas para o exterior.

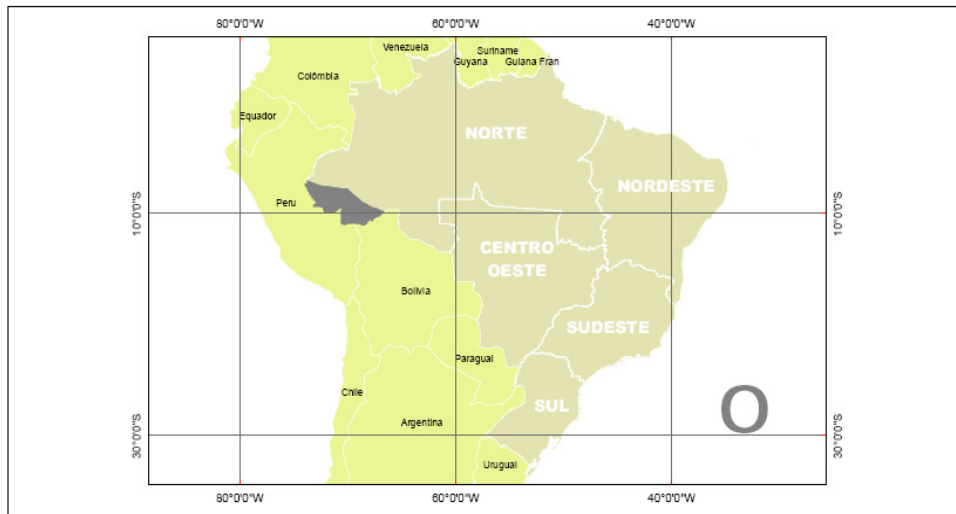
2 A OCUPAÇÃO DO VALE DO ACRE E A GÊNESE DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ACRE.

O Acre compreende um dos 27 estados brasileiros, sendo o 15º em extensão territorial, com uma superfície de 164.221,36 Km², correspondente a 4,26% da Região Norte e a 1,92% do território nacional. O Estado está situado num planalto com altitude média de 200 m, localizado no sudoeste da Região Norte, entre as latitudes de -7°06'56" N e longitude - 73° 48' 05"N, latitude de - 11° 08' 41"S e longitude - 68° 42' 59"S. (figura 3) O nome Acre surgiu de "Aquiri", que significa "rio dos jacarés" na língua nativa dos índios Apurinãs, os habitantes originais da região banhada pelo rio que empresta o nome ao estado. Os exploradores da região transcreveram o nome do dialeto indígena, dando origem ao nome Acre. Os primeiros habitantes da região eram os índios, até 1877, quando imigrantes nordestinos arregimentados por seringueiros para trabalhar na extração do látex, devido aos altos preços da borracha no mercado internacional, iniciaram a abertura de seringais. Este território, antes pertencente à Bolívia e ao Peru, foi aos poucos sendo ocupado por brasileiros.

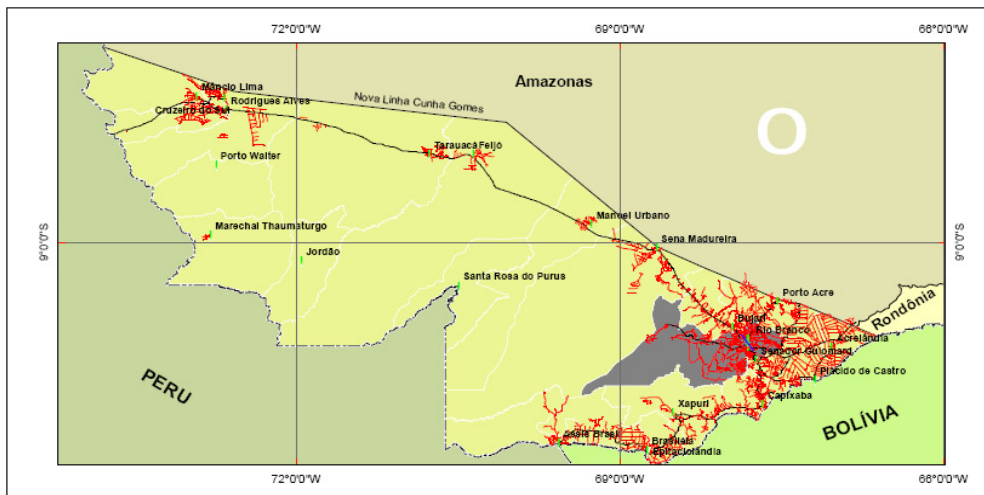
Buscando garantir o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos sobre a extração da borracha e a fundação da cidade de Puerto Alonso. Após conflitos armados a cidade foi retomada por brasileiros e rebatizada como Porto Acre. A revolta dos brasileiros diante destas medidas resultou em conflitos que só tiveram fim com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, no qual o Brasil adquiriu o território do Acre. Na região de fronteira com o Peru também houve controvérsias quanto aos limites territoriais. Em setembro de 1903, os peruanos foram expulsos das áreas ocupadas, sendo resolvido o impasse territorial em 8 de setembro de 1909, tendo como representante nas negociações o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores.

A história da origem e expansão da cidade de Rio Branco está intrinsecamente ligada aos ciclos econômico da extração da borracha nos séculos XIX e XX, que contribuíram com o forte processo de ocupação desta cidade amazônica, conseqüência da migração nordestina à procura da borracha.

ESTADO DO ACRE EM RELAÇÃO AO TERRITÓRIO BRASILEIRO



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO EM RELAÇÃO AO TERRITÓRIO ACREANO



CIDADE DE RIO BRANCO EM RELAÇÃO AO TERRITÓRIO MUNICIPAL

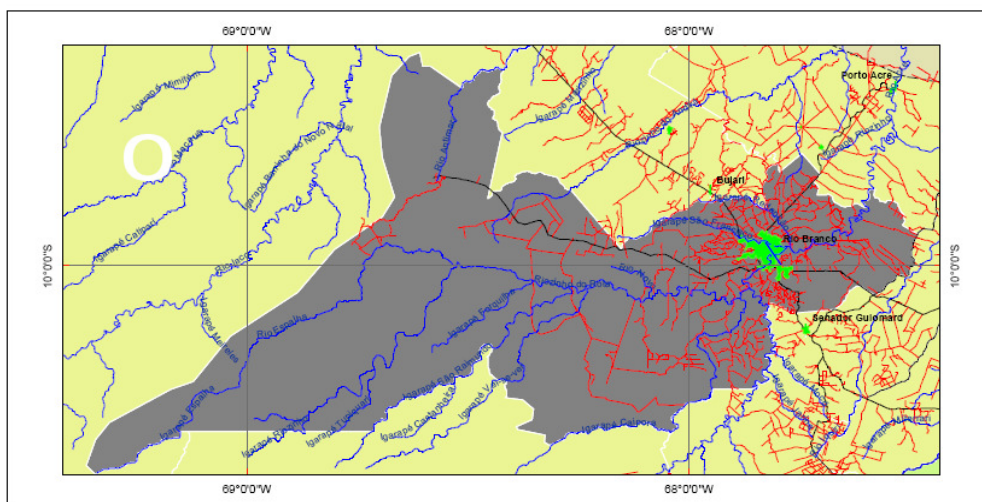


Figura 3 – Croqui de localização da cidade de Rio Branco. Fonte: Plano Diretor da cidade de Rio Branco.

Com a descoberta da vulcanização da borracha, com a invenção do pneumático e a fabricação de automóveis em série, a partir de 1890, principalmente, houve um aumento significativo do uso da industrialização da borracha e conseqüentemente um aumento considerável da sua cotação no mercado internacional. Com isso o aproveitamento industrial nos Estados Unidos e na Europa, fez com que na Amazônia todo o interesse se voltasse à extração da borracha, consagrando-se assim o seringal - baseado nas figuras do seringalista (senhor dos seringais) e do seringueiro - como unidade produtiva fundamental à economia amazonense.

Nesse contexto, pelos fins de 1882, penetraram o rio Acre os migrantes cearenses Irmãos Leite, Manuel Damasceno Girão e Neutel Maia. Os irmãos Leite resolveram se instalar no local, onde fundam a sede do Seringal Bagaço. Manuel Damasceno prossegue rio acima e na foz do rio Xapuri funda o seringal com o mesmo nome. Por sua vez, entre o seringal Bagaço e o seringal Xapury, Neutel Maia, em 28 de dezembro de 1882, funda o seringal “Empreza” na margem esquerda do rio Acre - onde atualmente se localiza a cidade de Rio Branco – que se transforma em um importante porto e entreposto comercial e, com o fim da Revolução Acreana, se torna sede provisória da Prefeitura Departamental do Alto Acre.

Neste primeiro período que compreende desde a fundação até 1908, a história urbana de Rio Branco foi marcada por três principais características apontadas pelo historiador e presidente da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil. (NEVES, 2007). A primeira diz respeito à transformação do seringal Volta da “Empreza” no povoado denominado “Villa” Rio Branco. A segunda, é que foi exatamente nesta época que Rio Branco alcançou a condição de liderança política e econômica do Acre, o que lhe valeria posteriormente a condição de capital. Finalmente, a terceira característica fundamental da cidade nascente é que neste período o povoado da Volta da “Empreza” – “Villa” Rio Branco esteve restrito a uma estreita faixa de terra na margem direita do rio Acre

2.1 - A gênese da cidade de Rio Branco e o seringal “Empreza”.

O potencial econômico da região acreana, voltada à extração da borracha, promoveu um intenso fluxo migratório nordestino, impulsionado pela ilusão de enriquecimento fácil e alimentado por incentivos governamentais para ocupação desta região. Com isso a região foi gradativamente ocupada: a) por nordestinos, que através do apossamento de terras, de grandes dimensões visavam investir em seringais e explorar a riqueza extrativista da região – os seringalistas; b) pelos nordestinos seringueiros que extraíam para os seringalistas a borracha, ou seja a riqueza. Neste contexto surge a figura do cearense Neutel Maia que nos fins de 1882 funda o seringal “Empreza” e ali desenvolve um processo, no que diz respeito à formação sócio - econômica da época, concretizando a transformação gradativa do seringal em povoado, ou seja, em porto livre para gentes e mercadorias que circulavam num dos mais ricos rios acreanos, durante o primeiro ciclo da borracha (1870-1912).

“Ia terminando o ano de 1882. O vapor **Apihy** subia o rio com esforço para suas máquinas e seus homens. Não havia paradeiro certo. O grupo de pioneiros estava entrando em território ainda indomado. Região de índios que há milênios percorriam praias e barrancos na difícil lida de sobreviver em meio à selva imensa. Tudo era novidade então, apesar da paisagem parecer sempre a mesma. Matas que se debruçavam sobre as margens do rio como que querendo invadir até mesmo o canal caudaloso de águas barrentas. Um combate colossal onde o rio reagia todos os anos, no tempo das águas abundantes do inverno amazônico, e cheio invadia as matas de suas margens, alargando seus domínios, destruindo barrancos e removendo enormes porções de terra que um dia seriam lançadas ao Oceano, muitas milhas dali distante. Os líderes da expedição tentavam vencer a monotonia das voltas do rio, para permanecer atentos e identificar sinais favoráveis à exploração. Procuravam, principalmente, sinais das árvores mais cobiçadas da Amazônia: as seringueiras que generosamente ofertavam seu leite branco para enriquecer a multidão de nordestinos que começava a perseguir um futuro melhor e mais farto. Identificar terras ricas em seringueiras era, portanto, o principal objetivo de todos ali embarcados. Havia apenas três dias que o vapor **Apihy** tinha ancorado nas margens daquele rio desconhecido para passar o dia de natal. Nesse mesmo local uma parte do grupo, chefiada pelos irmãos Leite, decidiu se estabelecer e abrir um Seringal chamado **Apihy**, em

referência ao vapor que os havia trazido até ali, mas que depois se tornou conhecido como Bagaço. A bem da verdade, quase todas as terras cortadas pelo rio Acre eram muito ricas em seringueiras. Fazia tão pouca diferença estar aqui ou ali, que os sinais para a escolha de um lugar para se estabelecer podiam ser completamente lógicos ou mesmo bastante subjetivos. Como saber, então, o que atraiu a atenção de Neutel Maia e seus companheiros para aquela volta pronunciada do rio, apenas seis horas acima do Bagaço? Talvez tenha sido a presença de um bom porto para atracar os vapores. Talvez tenha sido o estirão que revelava terras baixas em sua margem direita e terras altas à sua esquerda numa excelente composição para o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas. Ou talvez tenha sido mesmo a presença de uma grossa e ereta árvore bem a cavaleiro da curva do rio, perfeita para amarrar com segurança os cabos das embarcações e inexplicavelmente bela. Como saber? Pois foi ali, no dia 28 de dezembro (parece) de 1882, exatamente aos pés da imponente Gameleira que Neutel Maia resolveu fundar sua Empresa. Enquanto isso, o restante dos pioneiros embarcados no vapor Apihy e comandados por Raimundo Girão seguiu subindo o rio até a confluência do rio Xapuri onde acabaram por se estabelecer. Acompanhado de familiares - como Silvestre, seu irmão, Juvêncio, Anísio, Teófilo, Henrique - e outros companheiros, como o português Guilhermino Bastos, Neutel Maia construiu a sede do Seringal Empresa dando início a sua exploração". (NEVES, 2007, no prelo)

Ao chegar à região desejada, o aventureiro Neutel Maia apossou-se de terras localizadas à margem esquerda do rio Acre e ali ergueu um barracão, que seria a futura sede de seu seringal - "Empresa" - porém, logo em seguida, a sede foi transferida para a margem direita do rio, pois esta nova localização facilitava o transporte de gado boliviano para o seringal, agora denominado Volta da "Empresa"¹⁴. A partir daí, um aglomerado espontâneo foi formado, seguindo o curso natural do rio, isto devido à facilidade do escoamento de toda a produção gomífera da região, do que se o povoado estivesse disposto, de forma perpendicular ao curso do rio.

As relações comerciais que Neutel Maia detinha com pecuaristas bolivianos, num período em que a economia da borracha gerava bastante lucro para os seringalistas da região, eram bem vindas visto que a carne bovina boliviana, mais especificamente da região que atualmente compreende a região do Beni (figura 4), era bastante valorizada na época. Além do mais, ir caçar na mata roubava dos seringueiros um precioso tempo para a extração da goma nas estradas de seringa e também, os seringueiros eram obrigados a se contentar com o charque que vinha do sul do Brasil, ou da Argentina, portanto, era necessário garantir um regular abastecimento de carne fresca para os seringais. Exatamente o que Neutel Maia conseguiu ao negociar com bolivianos, que traziam por varadouros o gado desde os campos ao sul do rio Beni até o seringal Volta da "Empresa", onde, em clarões abertos na mata, eram soltos para a engorda para que depois fossem abastecer os seringais acreanos.

¹⁴ O Seringal "Empresa" dispunha-se na margem esquerda do rio Acre, enquanto o Volta da "Empresa", na sua margem oposta. "A partir do último quartel do século passado, sob o impulso econômico do ciclo da borracha, houve uma progressiva ocupação do território acreano que, pela abundância e qualidade das árvores lactíferas, passaram a ser preferidos por aqueles que desejavam ingressar nas lides do extrativismo da borracha. Assim é que em fins de 1882, o cearense Neutel Maia, ajudado por uns poucos homens que trouxera consigo, escolheu um ponto do rio Acre onde fundara dois seringais. Um na margem esquerda que denominou Empresa e outro na margem direita, ao qual chamou Volta da Empresa. O nome deste último está intimamente ligado a hidrografia do Rio que neste ponto, reflete-se sobre si mesmo, formando um grande meandro cujos extremos ficam a curta distância entre si". (SILVA, p. 12, 1986)



Figura 4: Croqui de Localização da Bolívia e Departamento de Beni. Fonte: <http://www.paises-america.com/mapas/bolivia.htm>. Acesso em: 30/11/2007.

Ao perceber que a atividade comercial constituía uma atividade rentável, o seringalista fundou, em 1884, a primeira casa comercial do seringal Volta da “Empresa”, chamada de N. Maia & Cia. (figura 5), para atender aos vapores, aos pequenos seringais e realizar intermediação do gado boliviano para o abastecimento da região. Com isso, espontaneamente, Volta da “Empresa” se diferenciou, assim como “Xapury”, de todos os outros seringais da região, se tornando um povoado, a partir da atividade comercial do seu porto. Enquanto os demais se caracterizavam pelo monopólio comercial do barracão controlado pelo seringalista, Volta da Empresa, ao contrário, se tornou uma área livre para o estabelecimento de diversos comerciantes, um porto seguro para os regatões sírio-libaneses, um lugar de trabalho para uma grande variedade de profissionais - desde advogados, médicos, barbeiros, fotógrafos, jogadores, artistas, até prostitutas que eram importadas da Europa - que também almejava enriquecer com o “ouro negro” sem ter que se aventurar nas isoladas estradas de seringa.

Por isso, ao iniciar a última década do século XIX, o seringal Boca do Acre, Volta da “Empresa”, no médio rio, e o “Xapury”, no alto rio Acre, eram movimentados portos onde os vapores podiam se abastecer de lenha, borracha e mercadorias vindas das casas comerciais dos seringais e seguir transportando as pélas de borracha para Belém e Manaus, de onde eram exportadas para a Europa e Estados Unidos (figura 6). Nesse período, o povoado “Empresa” constituía

urbanisticamente uma área restrita à margem direita do rio Acre, no qual residências e estabelecimentos comerciais estavam dispostos paralelamente ao curso do rio.

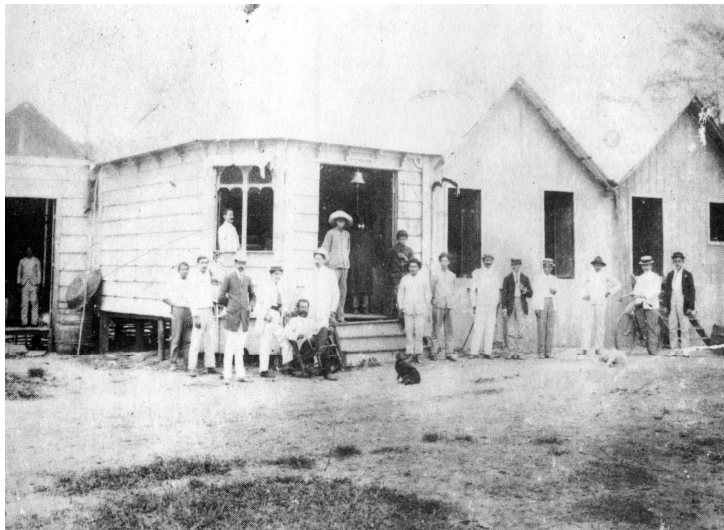


Figura 5 - Casa comercial N. Maia & Cia., no seringal “Empreza”, que deu origem à cidade de Rio Branco.

Fonte: Álbum Cidade de Rio Branco

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas



Figura 6 - Porto de desembarque na vila. Flotilha do comerciante Neutel Maia e diversos barcos de negociantes ambulantes.

Fonte: Álbum do Rio Acre. Emilio Falcão, pág. 108.

Data: 1906-1907

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

Aproximando-se do fim da década de 1890 e início da década de 1900, o povoado “Empreza” foi palco de batalhas da Revolução Acreana, liderada por Plácido de Castro. Por constituir uma região estratégica, localizada entre o povoado de “Xapury” e a cidade erguida pelas

tropas bolivianas, Puerto Alonso, Empreza passou a ser alvo das tropas bolivianas, vista ao apoio político de Neutel Maia ao governo boliviano, devido aos interesses comerciais entre eles.

“15 de outubro de 1902. Fazia 11 dias desde que começaram as lutas na Volta da Empresa. Agora, não se tratava mais de simples emboscadas nos varadouros e barrancos do Acre. Dessa vez era guerra de verdade. Os militares bolivianos haviam derrotado, pouco menos de um mês antes, os mal armados e mal treinados seringueiros que, comandados por Plácido de Castro, se constituíam ainda num arremedo de exército. Com isso, a Volta da Empresa (Rio Branco) se tornou domínio boliviano e junto com Puerto Alonso (Porto Acre) passara a se constituir numa de suas praças fortes.

Era preciso reagir logo uma vez que a notícia da derrota havia se espalhado rapidamente pelos rios acreanos e poderia levar seringalistas e seringueiros a desmobilização, pondo fim à Revolução. Por isso, o comando revolucionário do exército acreano, reunindo cerca de trezentos homens, decidiu atacar o inimigo ainda no dia 05 de outubro.

A inferioridade numérica dos bolivianos, que não passavam de 180, era compensada pela presença de extensas trincheiras e pelo alambrado que protegiam o acampamento principal boliviano. Isso tornou a luta muito penosa. Os acreanos não podiam atacar diretamente as fortificações, sob pena de serem fragorosamente derrotados. A única forma de conquistar as trincheiras inimigas seria escavando trincheiras que em zigue-zague, lentamente se aproximavam das posições bolivianas.

Foram dias terríveis para ambos os lados em luta. Os mortos que tombavam nas trincheiras não podiam ser removidos por causa das balas que a todo o momento cortavam o ar pesado do campo de batalha. Logo a decomposição dos corpos tornou a permanência dentro das trincheiras, meio alagada pela chuva, insuportável.

Porém, a cada dia, a vitória acreana ficava mais evidente. O grande temor boliviano era de que o boato que circulava nas linhas de combate fosse verdadeiro. Dizia-se que os acreanos, cujas posições estavam a apenas seis metros da ultima linha de trincheiras bolivianas estavam prestes a executar o ataque final, onde não utilizariam armas de fogo, mas tão somente armas brancas. E não havia boliviano que não conhecesse a terrível fama dos punhais dos cearenses, que eram manejados com extrema destreza e, em tempos de guerra, crueldade.

Diante disso tudo, no dia 15 de outubro, o Coronel Rozendo Rojas, comandante das forças bolivianas, finalmente se decidiu pela rendição.

Assim, a velha Volta da Empresa, hoje Rio Branco, voltou a pertencer aos acreanos e a primeira grande vitória do exército revolucionário encheu de esperança o coração daqueles homens que somente queriam o direito de ser o que eram... brasileiros”. (NEVES, 2007)

Assim em 1903 se deu inicio a uma ocupação militar, através da necessidade da criação de um quartel pelo Gen. Olímpio da Silveira, localizado distante do centro do povoado, rio acima, onde acampou o 15º Batalhão de Infantaria do Exército.

“Durante a ocupação militar brasileira, em 1903, Empreza foi escolhida para receber as tropas federais. Porém, o 15º Batalhão de Infantaria não podia ficar na Volta da Empreza, já que a proximidade com o povoado poderia trazer inúmeros problemas com a população. Por isso, o acampamento deste destacamento militar foi feito na área em que hoje está situado o Bairro 15.

Logo ao inicio do ano de 1904 foi criado o Território Federal do Acre, dividido em três prefeituras departamentais: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Para sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre foi escolhido o povoado de Empreza, que poucos meses depois foi tornado oficialmente Villa Rio Branco (em homenagem ao Barão de Rio Branco). (NEVES, 2007, no prelo).

Logo após a criação do Território Federal do Acre em 1904 e a elevação a categoria de vila, o povoado Empreza, agora então Villa Rio Branco, já possuía a configuração de um primeiro ordenamento espacial urbano, refletido na organização social com bairros diferenciados: o bairro do Comércio, formado pelo primeiro arruamento onde se estabeleceram hotéis, restaurantes e casas comerciais, construídos com madeiras que era abundante na região; uma outra pequena área residencial de trabalhadores que ocupavam terras da volta do rio Acre, denominado Canudos; um pequeno bairro de trabalhadores na extensão da única rua da cidade em direção ao igarapé da Judia, formado por precárias casas de palha, denominado bairro África, por abrigar os negros habitantes da cidade; e por ultimo, o bairro 15, nascido a partir do acampamento do 15º Batalhão de Infantaria do Exército, que atraiu pequenos comerciantes constituindo um novo arruamento também a margem do rio. Assim, neste primeiro período de formação do núcleo urbano da cidade de Rio Branco, pode-se perceber a consolidação de um espaço diferenciado em relação aos seringais da região. O período posterior do processo de expansão urbana de Rio Branco se dá a partir de 1909. Neste período da história da cidade possui alguns marcos fundamentais de diferentes naturezas, seja no que diz respeito aos seus aspectos econômicos devido ao fim do ciclo da borracha a partir de 1913, seja em relação ao seu papel político, no qual Rio Branco se tornou capital do Território a partir de 1920 e seja no que se refere a ampliação de sua malha urbana pela incorporação de uma grande área de terras da margem esquerda do rio Acre, a partir de 1909.

2.2 – O bairro Penápolis e a crise da borracha de 1913.

Até 1908, a Villa Rio Branco, sede do Departamento do Alto Acre, estava totalmente localizada à margem direita do Rio Acre, uma área plana e favorável à abertura das primeiras ruas, entretanto muito baixa e alagável em épocas de cheias do rio. Além disso, por trás do alinhamento de casas do povoado, a floresta foi gradativamente substituída por pastos para abrigar o comércio de gado, que foi muito importante para Rio Branco. Estas características topográficas somadas à luta autonomista¹⁵ que acontecera no Território, levaram ao questionamento da condição de capital do Departamento desfrutada por Rio Branco, dando origem a diversas tentativas de mudança da sede departamental.

Em 1909, o prefeito Gabino Besouro decidiu tomar uma parte de terras do Seringal “Empreza”, situado na margem esquerda do rio Acre, em frente à Villa Rio Branco. Nestas terras definiu um novo arruamento que, começando na margem do rio, seguia até o limite da atual avenida Ceará. Eram terras altas, as da margem esquerda, onde Gabino Besouro quis fundar uma nova cidade chamada Penápolis, em homenagem ao presidente Afonso Pena, e que passaria a se constituir na nova sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre. Entretanto não havia como ignorar a Villa Rio Branco, do outro lado do rio, com toda sua pujança social e comercial, constituindo assim Penápolis, mais um Bairro da capital. Desde então foi sendo estabelecida, lentamente, uma infra-estrutura em Penápolis que logo passaria a ser denominado de 1º Distrito, em contraposição ao lado velho da cidade, que passou a ser conhecido como 2º Distrito.

No que se refere à estrutura urbanística e arquitetônica, nos seus primórdios a cidade teve um crescimento espontâneo ao longo do rio, com suas ruas de traçado irregular e casas de madeira, zinco e cavacos. Até 1920 as construções em alvenaria eram raras, em razão dos primeiros habitantes aproveitarem a madeira, abundante na região, frente aos altos preços dos tijolos, telhas, cimento e outros materiais, que tinham de ser importados de Manaus e Belém.

Assim, a vida funcional de Rio Branco estabeleceu uma divisão interna entre Penápolis (centro político e administrativo) e “Empreza” (centro comercial).

As casas comerciais de “Empreza” realizavam, indistintamente, quase todo o comércio no varejo e no atacado, este último dirigido principalmente para o abastecimento dos seringalistas, enquanto que outro para os habitantes da cidade. As casas comerciais pertenciam fundamentalmente aos imigrantes sírio-libaneses e portugueses. Estas casas comerciais, dada a existência do sistema de aviação, eram abastecidas pelas praças de Manaus e Belém, para onde se dirigia toda a produção

¹⁵ O Movimento Autonomista Acreano queria tomar o Acre um Estado da Federação Brasileira com autonomia política. Esse movimento existiu em toda região acreana e era formado por várias entidades como: Partido Autonomista do Alto Acre; Partido Autonomista do Alto Juruá; Clube Político 24 de janeiro de Xapuri; Partido Republicano do Acre Federal, no Alto Purus e no Alto Acre; Partido Evolucionista de Rio Branco; Comitê Pró-Autonomista, em Rio Branco; Legião Autonomista Acreana, em Rio Branco e nos demais municípios do Acre; e Comitê Pró-Autonomista do Acre, em Rio Branco. O Movimento Autonomista era formado pela classe alta acreana que queria conseguir o poder político na região.

de borracha, castanha e outros produtos e de onde provinham as mercadorias para atender às necessidades de consumo tanto dos seringais quanto da população urbana.

Dentre as casas comerciais mais antigas pode-se citar: Casa Asmar, Casa Farhat, Casa Arak, Casa Zeque, Casa Fecury, Casa Inglesa, Casa Aziz Abucater, O Ganha Pouco, Casa Natal, Casa Bairuth, Casas Baptista e Casa Araripe. É importante destacar ainda que alguns proprietários dessas casas comerciais eram também donos de seringais, tais como Aziz Abucater, Francisco Paes, Salin Farhat, Magid Mastub e Ismael Beiruth, dentre outros (figura 7)



Figura 7 - Vista parcial do antigo centro comercial de Rio Branco, localizado no 2º Distrito da cidade. Onde a presença de Sírios e Libaneses era numerosa, com seus comércios e suas diversificadas mercadorias.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Data: 1912

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

O processo da ascensão desses grupos de comerciante se deu a partir do surto da economia da borracha e no seu colapso, explicado pelo seu cultivo na Malásia por ingleses. As sementes das seringueiras foram levadas da Amazônia pelo inglês Henry Wickham, em 1876, e encaminhadas para a Inglaterra, onde foram preparadas, para logo em seguida serem plantadas na Malásia. A Inglaterra deu início ao cultivo da seringueira, usando modernas técnicas, enquanto na Amazônia continuou a produção de forma artesanal, com instrumentos técnicos ultrapassados e com seringueiras nativas.

Assim com a baixa cotação no mercado internacional, uma parte da população de origem nordestina reemigra a sua terra natal, trocando a atividade gomífera por agricultura. Os que permanecem tentam estabelecer os primeiros núcleos agrícolas. O seringueiro, agora agricultor, adentrava a floresta e durante dias prepara seu roçado enfrentando grandes árvores e emaranhados de cipós. A sua agricultura não se limitava ao plantio de milho e mandioca, cultivava também feijão-de-corda, legumes e algodão.

Contudo as condições naturais, de solo, dificultavam o desenvolvimento das atividades agrícolas, assim como a biológica, a densa floresta equatorial, além das redes hidrográficas, quando os rios, em períodos de seca, impediam a comunicação entre certas áreas. O milho e o feijão davam colheitas escassas e os algodoeiros não resistiam ao clima. Nestas condições a agricultura nunca ultrapassou as necessidades de sobrevivência da população local.

A crise da borracha veio a desestimular a circulação dos barcos pelos rios em busca de comércio e mercadoria, que a atividade da borracha proporcionava. Com isso, o contato entre os vários núcleos de povoamento, que era feito de modo precário, por terra, entre um município e outro, tornou-se cada vez mais difícil, fechando os diversos povoados em si mesmo.

A crise da borracha tornou-se ainda maior porque a falta de visão empresarial e governamental resultou na ausência de alternativas, que possibilitassem o desenvolvimento regional, tendo como consequência imediata a estagnação também das cidades, como Manaus e Belém. A falta não pode ser atribuída apenas aos *barões da borracha* e à classe dominante em geral, mas também ao governo e políticos que não incentivaram a criação de projetos administrativos, que gerassem um planejamento e um desenvolvimento sustentado da atividade de extração do látex, como mostra o artigo do jornal *O Acre* de 1929.

O ACRE
Domingo, 29 de setembro de 1929
Anno 1º - 47º da República Nº 7
27º do Tratado de Petrópolis

A CRISE DA BORRACHA

A acção do sr. Governador do Território.

O exmo. Sr. Dr. Hugo Carneiro, governador do Território, dirigiu aos drs. Eurico Valle e Ephigenio Salles, respectivamente governador e presidente dos estados do Pará e Amazonas o seguinte telegrama:

“Assistindo de perto derrocada da indústria gomífera falecida comércio tem por base borracha despovoamento seringais desorganização enfim trabalho toda opulenta região acreana que é a mesma amazonense e paraense, igualmente presa desse alarmante fenómeno oriundo injustificável aviltamento preço e venda principal producto exportação nossa região, acabo de me dirigir governador paraense solicitando sua solidariedade para em acção conjunta impetrarmos imediata intervenção governo da União em amparo comércio industrial regional. Convencido como estou extrema desvalorização da borracha provem mais de um plano baixista sabiamente calculado do que em realidade do justo valor desse producto no mercado mundial alvitro providencia governo federal intermédio Banco do Brasil, impedir exportação safra actual facultando aos produtores possibilidade operarem warrants¹⁶ (armazenando como medida salvamento toda safra corrente ano permitindo levantamento dois mil reis por kilograma juros seis por cento até aquele producto viesse atingir preço mínimo três ou quatro mil reis quando seria permitida sua exportação. Suggestão tenho honra apreciação v. excia. poderá com a suas próprias luzes ouvindo também entendidos e interessados desse estado ser vantajosamente modificada. Essencial seria que acção nossos governos se fizessem sentir imediatamente pela sua solidariedade a tempo de evitar phacelamento imminente industria commercio regionais ora se debatendo angustiosa crise trazendo desanimo geral encabuláveis prejuízos circumscripções que administramos além queda brusca rendas dois Estados e deste Território ou seja da própria União. -- cordiaes saudações – Hugo Carneiro, governador do Acre”.

Despacho telegraphico o sr. Governador deu conhecimento aos presidentes das associações commerciaes dos referidos estados.

2.3 A imigração sírio-libanesa para o Acre

O Acre é uma terra formada por imigrantes. Desde o início de seu povoamento várias etnias e indivíduos procedentes de diferentes regiões do território nacional para lá migraram atrás da fortuna proporcionada pelo látex que escorria das seringueiras que era comercializado nas praças de Belém e Manaus, o afamado e valioso ouro negro. Entraram, dessa forma, na composição social acreana desde os indígenas nativos, passando pela multidão de nordestinos de distintas origens, chegando até os portugueses, italianos, sírios, libaneses, espanhóis e outras nacionalidades menos numerosas.

Entretanto, somente algumas dessas identidades étnicas e culturais fixaram fortemente suas raízes na formação social amazônica. Outras desapareceram com o passar do tempo e da miscigenação cabocla que a caracteriza. Entre os grupos étnicos que mais marcaram a população fixada nos altos rios da Amazônia Ocidental está o dos sírios e libaneses, que ao lado dos índios e cearenses tornaram-se um dos grupos predominantes no tecido social acreano.

¹⁶ “Um warrant é um instrumento financeiro que concede ao seu detentor o direito de comprar ou vender um produto de investimento, a um preço previamente determinado. O produto de investimento pode ser ações, cabazes de ações, obrigações, divisas, matéria-prima ou índices. Estes produtos poderão servir também como subjacente de warrants. As ações Royal Dutch, por exemplo, são utilizadas como subjacente e um warrant sobre estas ações concede ao seu detentor o direito de comprar ou vender um determinado número de ações Royal Dutch a um preço específico. O direito de comprar ou vender o subjacente só se aplica durante um determinado período”.(Euronex. Disponível em: <http://www.euronext.com/editorial/wide/editorial-2304-PT.html> - Acesso em 22/11/2007).

A migração sírio-libanesa esteve presente desde o início da ocupação dos rios amazônicos¹⁷. Entre 1870 e 1913, o fluxo de imigrantes de origem árabe para o Brasil foi cada vez mais intenso.

“A migração foi a única saída encontrada por muitos para escapar aos conflitos étnicos e religiosos iniciados no período da dominação turca e acirrados durante o regime de protetorado francês, após a I Guerra Mundial. É preciso compreender que no Oriente Médio a religião é um elemento fundamental da identidade social. Entre esses povos a religião assume um papel que na sociedade ocidental é exercido pelo Estado. Portanto, está presente nos mais variados aspectos sociais, políticos ou individuais, ultrapassando sua natureza espiritual.” (NEVES et al, 2000 p. 4)

Vindo atrás de oportunidades de uma vida melhor, inexistente em seus países de origem, os sírio-libaneses espalharam-se rapidamente por todo o país. Enquanto outras etnias vieram para o Brasil trabalhar como agricultores ou como operários, caso da maioria dos italianos ou japoneses, os sírio-libaneses percebiam que dificilmente iriam progredir rapidamente nesses ramos de atividade onde a fixação por uma ou duas gerações era imprescindível para proporcionar ascensão social. Além disso, a migração sírio-libanesa foi realizada espontaneamente e não de forma subsidiada pelo governo ou por grandes proprietários rurais. Assim, segundo Neves (1996) ao chegar ao Brasil, eles não estavam presos por dívidas ou obrigações previamente assumidas.

Logo, os primeiros sírio-libaneses desembarcados no Brasil perceberam que as maiores oportunidades estavam no pequeno comércio itinerante. Esta atividade econômica, além de não exigir grandes capitais para ser iniciada, assegurava a estes comerciantes uma relativa liberdade. Dessa forma, os pioneiros sírio-libaneses começaram a disputar espaço com os mascates italianos e portugueses que se espalhavam por todo o país exercendo uma atividade antiga, de origem medieval (GOULART, 1967) e que logo se revelou altamente proveitosa, desde que realizada com empenho e determinação.

Teve início, assim, uma longa tradição de comerciantes sírio-libaneses, genericamente conhecidos como mascates turcos, que marcou a história de muitas regiões brasileiras. Na Amazônia, esses mascates eram conhecidos como regatões (porque praticavam comércio ao longo dos rios utilizando-se de embarcações) e se estabeleciam de acordo com as necessidades e/ou possibilidades locais.

Da mesma forma como muitos imigrantes sírio-libaneses pretendiam chegar aos Estados Unidos da América, mas eram desembarcados pelos comandantes dos navios que os transportavam no Brasil. Muitos destes imigrantes tinham como destino inicial as maiores cidades do país, mas deparavam-se com territórios já demarcados por outros chegados anteriormente.

“Miguel Jorge estava de mãos na barriga, quando desceu naquele porto de nome espichado, da boca do rio: Santa Maria de Belém do Grão Pará. Mas logo o escoraram “Aqui já tem *turco* demais (...)” Depois de vinte dias, chegou noutra cidade, maiorzinha, Manaus. E outra vez vê que já havia patrícios de sobra, nus encostados noutros mais prósperos. Então deram-lhe algumas mercadorias, ensinaram os nomes e os preços e orientaram: Vai por aí, rio acima. Sempre rio acima. Entra no primeiro paraná e daí para outro rio. Vai olhando para as margens. Vendo gente, se não estiver pelado é freguês. Quando o sujeito não tiver dinheiro, faça trocas. Se for borracha, parta tudo em quatro, para não trazer pau dentro. Quando puder, volte para pagar o que levou” (FARHAT, 1987, p.54).

Esta passagem ilustra tanto o sistema de cooperação dos que chegavam primeiro para com os que haviam imigrado mais recentemente, quanto um padrão de ocupação territorial que possibilitou aos sírio-libaneses chegarem até os rincões mais distantes deste país continental, ainda em fins do século passado, acompanhando o curso dos rios.

¹⁷ Segundo Benchimol (2009), “no último uartel do século XIX e início do século XX começou a chegar a Belém, Manaus e interior dos estados do Pará, Amazonas e Acre um novo grupo de imigrantes, que haveria de ter participação destacada na economia e na sociedade amazônicas. Eram os sírio-libaneses, que deixaram as suas vilas, aldeias e cidades do Oriente Médio de Batroun, Baalbeck, Ghazir, Dimen, Ghosta, Jbeil e Beirute do Líbano, e de Ayo, Hama e Damasco da Síria, para tentar a vida e ‘mourejar’ na Amazônia, em Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, no beiradão e nos altos rios da seringa” (BENCHIMOL, 2009: 429)

2.3.1 Sírio-libaneses no Acre

A história não nos deu a conhecer ainda os primeiros sírio-libaneses a chegar à região dos altos rios acreanos. Mas a forte sedução exercida pelo ciclo da borracha, que possibilitava enormes oportunidades de um enriquecimento rápido, bem a gosto dos árabes imigrantes que tinham como objetivo último retornar às suas terras de origem, deslumbrados pela fortuna, deve ter atraído regatões que já se encontravam em atividades nas cercanias de Belém e Manaus, desde o início do povoamento acreano.

Concretamente sabe-se que já nos primeiros registros documentais pode ser percebida presença de alguns sírio-libaneses na região. No período da Revolução Acreana, por exemplo, já havia um certo tenente Aladim Mamedes, no Batalhão Nordestino e outro tenente, chamado Bachir José Chaul, no Batalhão Independência (NEVES, 1996, p. 30). Claro está que, apesar da relativa falta de documentação analisada, estes não eram os únicos sírio-libaneses da região, mas sim aqueles que já se envolviam diretamente nas questões políticas e sociais que sacudiam o Acre.

Pelo contrário, parece válido imaginar que já na década de 80 do século passado os regatões seguiram o rastro dos primeiros povoadores dos rios Purus, Acre e Juruá. Ou seja, ao mesmo tempo em que estavam sendo abertas as primeiras estradas de seringa e estabelecidos os primeiros barracões das margens dos altos rios acreanos, criavam-se espaços para regatões dispostos a bons negócios.

O intenso movimento migratório e de ocupação da terra foi acompanhado ainda pela formação dos primeiros núcleos urbanos da região. Alguns dos milhares de imigrantes que para cá vieram não tinham a menor vocação para o rude trabalho da extração da seringa, procurando outras atividades complementares e necessárias ao extrativismo da borracha. Eram homens que sabiam escrever, outros que sabiam extrair dentes e cortar cabelos, outros que jogavam bem demais para perder tempo na estrada de seringa, outros inaptos para conviver com os mistérios da floresta, outros que possuíam uma inevitável vocação para o comércio.

É claro que havia a alternativa dos barracões dos seringais. Em cada volta do rio onde houvesse um barracão de seringalista, existiam também outros serviços a serem explorados. Nos seringais, porém, a obediência às regras do coronel era indispensável, o que impedia o estabelecimento de determinadas atividades. Entretanto, apenas uma proibição era unanimidade entre todos os seringalistas de alto a baixo dos rios: não poderia haver nenhuma forma de comércio fora do barracão de mercadorias do seringalista. Esta era a premissa básica que possibilitava a manutenção de toda a rede econômica do aviamento. A relação comercial exclusiva entre seringueiro e seu patrão era a lei suprema dos seringais.

Assim sendo, a existência de outras redes comerciais no interior da sociedade extrativista-aviadora-exportadora só poderia ser plenamente proporcionada pela formação de núcleos urbanos desprendidos dos seringais. As poucas cidades que se formaram nos primeiros anos da exploração dos altos rios seriam o lugar daqueles que não cabiam nos seringais e se situavam simultaneamente no interior e à margem da sociedade da borracha.

O caso mais agudo desta realidade era exatamente o dos regatões. Eles perambulavam pelos rios e varadouros, cumprindo aquela máxima de que “quem não estivesse pelado era freguês”.

Ameaçavam assim o poderio dos seringalistas servindo como forma de resistência dos seringueiros contra a extrema exploração e endividamento com o barracão. Por isso, os regatões eram mal vistos pela elite da sociedade extrativista e sofriam com a marginalização e os preconceitos daí recorrentes¹⁸. Como fica patente neste trecho transcrito de um dos clássicos da historiografia acreana: “Nada de relacionamento comercial com os regatões (...), figuras execráveis aos olhos do patrão, porque desvia borracha do seringal, com artes orientais de convencer seringueiro a adquirir bugigangas” (TOCANTINS, 1979, p. 165).

Os imigrantes sírio-libaneses, porém, não tinham como objetivo minar as estruturas sócio-econômicas do extrativismo da borracha. Pelo contrário, eles visavam uma ascensão social que não

¹⁸ “Os regatões representaram um papel e função importante na época áurea e na crise da borracha, pois desafiavam o poder dos aviadores portugueses tradicionais e o monopólio dos seringalistas nordestinos e coronéis-de-barraco, que *fechavam os rios* para melhor poder exercer o monopólio sobre seus aviadores e seringueiros. É que os regatões vendiam suas mercadorias a preços mais baixos e pagavam a borracha e demais gêneros a preços maiores, desafiando, assim, o domínio dos senhores dos seringais e das casas ‘aviadoras’ de Manaus. Também eles exerciam outra função importante com os seus pequenos barcos e motores, indo mais longe, rio acima, atingindo *colocações*, sítios, fazendas e flutuantes que, de outro modo, jamais poderiam ser alcançados pelos vapores das linhas tradicionais armadoras. Por isso, eles eram olhados como desleais concorrentes e combatidos, constantemente, pela classe dominante. (BENCHIMOL, 2009 p. 429-430).

podia ser obtida em condições tão adversas, sendo necessário mesmo, um certo grau de aceitação e integração para tanto. Além disso, os sírio-libaneses que se tornaram regatões tampouco estavam dispostos a passar o resto de seus dias navegando por igarapés e rios em um perigoso jogo de esconde-esconde com os seringalistas e seus jagunços.

Criou-se a partir daí um padrão de comportamento, disseminado em várias regiões do país, onde quer que houvesse sírios-libaneses. O regatão, ou mascate (caso praticasse um comércio terrestre e não fluvial como aqueles), passava um período regateando pelas beiradas de rios, apenas o suficiente para que acumulasse capital primário. Logo os “turcos” estavam abrindo uma porta de comércio em qualquer dos núcleos urbanos acreanos em formação¹⁹. Começava aí sua batalha para tornarem-se aceitos na comunidade e serem vistos, não mais como marginais ao sistema, mas parte integrante dele.

Esse foi o percurso de inúmeros sírios-libaneses que chegaram ao Acre em diferentes momentos. Em todas as cidades originadas das mais antigas vilas e povoados dos rios acreanos é possível encontrar extensas famílias que carregam em seus sobrenomes a marca da origem de seus pioneiros. Os Kairala, de Brasiléia, os Assef e Brama, de Sena Madureira, os Khouri e Kalume, de Xapurí, os Assmar e Fecury, de Rio Branco, os Murad e Cameli, de Cruzeiro do Sul e os Salmen e Said, de Tarauacá são apenas alguns exemplos de famílias representantes das colônias sírio-libanesas formadas em todos os quadrantes do Acre.

2.3.2 Comércio Solidário

Semelhante ao que ocorreu em São Paulo e outras regiões do país, os sírios e libaneses, assim que as condições permitiam, iam se estabelecendo nas cidades acreanas dando continuidade ao tipo de comércio que até então praticavam como regatões e mascates. A venda de armarinhos, tecidos e aviamentos em geral foi a tônica dominante das lojas estabelecidas em Rio Branco pelos “turcos”. Mas muitos desses comerciantes logo tornaram-se não só varejistas, mas também atacadistas e fornecedores de outros imigrantes que, recém-chegados à região, necessitavam de apoio para iniciar suas atividades. Afinal de contas, apesar de existirem disputas internas entre sírios e libaneses em razão de diferenças religiosas e étnicas, é famosa também a relativa cooperação que existia entre os integrantes da colônia, de onde nasceu aquele célebre provérbio, segundo o qual “Todo o libanês é brimo, até a brimeira falência” (TRUZZI, 1997, p. 56).

Foi nesse contexto que o antigo povoado de Volta da Empreza, também chamada de Villa Rio Branco, a partir dos primeiros anos de nosso século, passou a ter diversos pontos comerciais que tinham sírio-libaneses como proprietários. Nos primeiros anos, porém, a marginalização de que eram vítimas, não só por sua atividade econômica mal-vista pela sociedade extrativista, como por suas diferenças étnicas e culturais, continuava muito forte. Essa situação era ainda mais realçada pela competição que os comerciantes de origem árabe praticavam com brasileiros e com imigrantes de outras nacionalidades mais assimiláveis pela sociedade da época, tais como os portugueses.

Por outro lado, a disseminação cada vez maior destes comerciantes sírio-libaneses em Rio Branco fortalecia a colônia como um todo. O próprio estabelecimento de crédito e de negócios com os habitantes da cidade e dos seringais próximos aumentou gradativamente o círculo de relacionamento desses comerciantes.

Cabe lembrar que Rio Branco ao se tornar sede do Departamento do Alto Acre em 1904, ainda se restringia à margem direita do rio Acre e não passava de algumas construções enfileiradas ao longo do rio. Era, ainda, uma sociedade em plena gestação. Com o tempo a cidade foi aumentando de tamanho – graças a sua crescente importância política, administrativa e comercial – e atraindo cada vez mais moradores e negociantes que encontravam amplas oportunidades para ali se estabelecer.

O lugar onde a Vila Rio Branco havia sido erigida, porém, não era o mais favorável à ocupação humana em função de ser uma várzea alagável que todos os anos sofria com as cheias do rio Acre. Graças a essa característica, em 1908, por decisão do Prefeito Departamental Gabino

¹⁹ “Quando se urbanizaram, na fase da crise da borracha, a forma de sobrevivência escolhida foi a do pequeno comércio ambulante *teque-teque*, apelido pelo qual ficaram conhecidos, pois carregavam as mercadorias nas costas e nas mãos um metro dividido e articulado em dois pedaços de pau que batiam, um com o outro, para chamar a atenção dos fregueses. Estes humildes empresários, também, eram olhados com desconfiança e preconceito, pois desafiavam o poderio dos grandes armazéns do centro da cidade. Esses *teque-teques*, exerceram um papel importantes na vida da cidade, já que levavam as fazendas e armarinhos à periferia dos bairros pobres, para pagamento em prestações semanais e mensais, verdadeiros precursores do atual sistema de crédito”. (BENCHIMOL, 2009 p. 431)

Besouro, a cidade foi ampliada para a margem oposta do rio, constituída por terras altas que não sofriam o problema da alagação. Gabino Besouro desejava, na verdade, fundar um novo povoado para servir de sede oficial ao Departamento do Alto Acre e lhe deu o nome de Penápolis, em homenagem ao então presidente da república Afonso Pena. Entretanto, Rio Branco já estava definitivamente fixada na margem direita, comportando pelo menos quatro bairros distintos: o Quinze, o Canudo, o África e o Empreza (ou centro comercial). Por isso, Penápolis não passaria, durante muitos anos ainda, de mais um bairro da cidade.

O Acre, e a Amazônia em geral, viviam o auge do primeiro ciclo da borracha que se estendeu de 1880 a 1915, segundo Marcos Vinícios das Neves em conversas realizadas em Rio Branco durante a coleta de dados para a pesquisa. Cidades como Belém e Manaus se beneficiavam das riquezas proporcionadas pela exportação do ouro negro, vivendo então uma verdadeira *belle époque* amazônica. Atraídos pelo desenvolvimento econômico da região, não cessavam de chegar novos imigrantes de todas as origens e, em especial, os sírio-libaneses. E dentre todas as áreas produtoras de borracha, a mais sedutora era o Acre devido à ótima qualidade de seu látex. Porém, como diz o dito popular: “tudo que é bom dura pouco” e não tardaram a surgir os primeiros sinais de decadência da economia extrativista., foi em 1913 o ano fatal em que pela primeira vez a produção de borracha amazônica foi superada pela produção de borracha cultivada na Malásia. A partir desse ano, o preço cada vez mais baixo do látex no mercado internacional mergulhou a região numa gradativa, porém longa, fase de dificuldades econômicas e sociais.²⁰

Em Rio Branco, os efeitos da crise da borracha, apesar de desastrosos, foram em parte minimizados pela unificação dos quatro departamentos acreanos (Alto Juruá, Alto Tarauacá, Alto Purus e Alto Acre) e criação do governo territorial em 1920. O fato de ser a nova capital de todo o Território Federal do Acre unificado aumentou a importância política e econômica de Rio Branco através da ampliação-administrativa e maior concentração de uma burocracia estatal que contrabalançou, em parte, os problemas causados pelo fim do ciclo da borracha.

Essa nova realidade trouxe mudanças significativas na conformação da cidade. A medida que os governadores construía prédios para abrigar as funções político-administrativas em Penápolis, criavam mais atrativos para que a elite urbana residente em Rio Branco também se mudasse para aquele bairro que se tornou parte oficial da cidade. Esta tendência era possibilitada pela distribuição gratuita de lotes por aforamento perpétuo para as famílias interessadas, bastando para tanto requisitá-los ao poder público. Estavam criadas as condições para que ocorresse uma certa segregação das famílias mais importantes da cidade em relação ao restante da população, em especial às classes menos favorecidas.

Se por um lado a concentração de órgãos públicos beneficiou Penápolis que passou a ser chamada de Primeiro Distrito, por outro, a parte velha de Rio Branco, à margem direita do rio, agora chamada de Segundo Distrito (situado à margem esquerda do rio Acre), concentrava quase toda a oferta de comércio e serviços, fato que redundou numa situação singular. Rio Branco era, já no final da década de 20, uma cidade dividida entre o Bairro Oficial e o Bairro Comercial. Além disso, a mudança de algumas famílias para o Primeiro Distrito abriu espaço para a abertura de novas casas comerciais pelos sírio-libaneses, bem como para a ocupação de novos ramos de atividades atacadistas ou industriais.

Em poucos anos, os “turcos” haviam “tomado de conta” da principal rua da cidade, a 17 de novembro (atual Rua Eduardo Assmar). Na década de 30, a concentração de comerciantes árabes naquela rua situada estrategicamente à beira do rio era tão grande que dentro em pouco a região deixou de ser tratada como centro comercial da cidade e passou a ser popularmente conhecida como Bairro Beirute, numa referência direta à maioria libanesa da Colônia situada em Rio Branco.

²⁰ A utilização do paradigma de FSE exige que ao longo da evolução histórica do Acre seja analisada a “conjugação de inúmeros fatores, com ênfase especial na base física e sócio-econômica, em que o lugar de destaque é ocupado pela maneira como os diferentes modos de produção se articulam ao longo do processo histórico” (PEREIRA, 1997 p. 210) determinados pelas condições e por forças endógenas e exógenas à região. Assim sendo no caso específico do Acre pode-se perceber que, já no início do século XX está se processando uma mudança nas relações internas do seringueiro, visto que do lado interno se processava uma relação semi-servil no qual o seringueiro, dono da terra explorada mantinha o domínio da produção da borracha realizada pelo seu “servo, o seringueiro. No ponto de vista externo as relações se caracterizavam de forma comercial, pois toda produção estava voltada à exportação. Há uma defasagem em relação ao quadro nacional pois já com a Abolição/Proclamação da República a classe dominante que detém o poder resulta de um pacto em que os sócios maiores são comerciantes, aliados aos sócios menos, os latifundiários exportadores/importadores. É preciso considerar que este é um período depressivo do 3º ciclo longo (1873-1896).

O aspecto da rua 17 de Novembro estava então completamente modificado, a exemplo do que também ocorreu com a rua 25 de março de São Paulo, ou com a rua da Alfândega no Rio de Janeiro.

“É rua colorida, alegre, gesticulante, com um cheiro gostoso de fazendas novas, de tecidos gomados, de bons e falsos perfumes e de sabonetes caros ou baratos. Ali há de tudo que possa arregalar os olhos bisbilhoteiros se acha ali exposto em local bem visível. As vitrines são, por isso mesmo, arlequinescas” (MARQUES, 1966, p.82).

A essa altura dos acontecimentos, a situação da colônia sírio-libanesa de Rio Branco já era bastante diversa daquela vivida nos primeiros anos do século. Apesar de continuarem a ser tratados pela população como “turcos”, este termo passou a ter mais uma conotação jocosa do que propriamente pejorativa. Ou seja, aos poucos aqueles “turcos” estavam sendo aceitos pela sociedade acreana como seus integrantes por direito e conquista.

Vale lembrar que os anos 20 e 30, no qual coincide com a fase depressiva do 3º Ciclo longo, foram muito difíceis para a população acreana que não conseguia encontrar opções viáveis para sua sobrevivência fora do extrativismo da borracha. Mesmo as alternativas da castanha e do couro de animais silvestres, que, aliás, foram em parte capitaneadas por sírio-libaneses, nunca proporcionaram a mesma pujança que os anos áureos da borracha. Por isso, o Acre sofreu um forte processo de despovoamento, com intensa emigração que tornava as terras despovoadas e carentes de braços para a produção. Diante desse quadro a valorização dos que aqui ficaram enfrentando todas as dificuldades era inevitável. Foi exatamente esse o caso da colônia sírio-libanesa de Rio Branco e de outras cidades acreanas.

Além disso, outros fatores facilitaram a integração social da colônia árabe de Rio Branco, como o fato de ser constituída por uma maioria de cristãos, apesar de haver alguns poucos muçulmanos (especialmente os de origem Síria). Pesava ainda o costume disseminado entre estes comerciantes, desde a época em que eram regatões, de praticar a troca direta de produtos, desde que vantajosamente, o que facilitava bastante a vida de seus fregueses em períodos de profunda crise econômica.

O primeiro Distrito de Rio Branco, ainda que ocupado por algumas famílias importantes, não havia conseguido sobrepujar a parte velha da cidade com a sua principal área social, visto que “as festas ainda começavam no Segundo Distrito para, somente depois de percorrer suas ruas, atravessar o rio e continuar do outro lado” (SOUZA, 1996, p.32). Por muitos anos ainda, ao longo das décadas de 40 e 50, o Bairro Beirute permaneceria como o centro comercial da cidade, dominado pela colônia sírio-libanesa. Estavam ali Mustafa Zacour, Tufic Assmar, Camilo Yunes, Aristides Mamede, Kalil, Darub, Bassime, Assef, Said Mansur, Beirute, Alexandre Zeque, Abrahão Fecury e Mastub (o famoso Jacaré), entre tantos outros de presença tão marcante na vida da Rio Branco da época.

Em sua obra “Amazônia formação social cultural” Benchimol lista os sobrenomes das principais famílias sírio-libanesas, que de acordo com autor, “evocam as raízes de nosso passado e de nossa história, lembrando as vozes e as cores da diversidade amazônica” (BENCHIMOL, 2009 p 433-434).

Abdala	Abdon	Abinader	Abrahão	Abrahim
Abujanra	Acram	Ahmoud	Akel	Ale
Aleme	Ali	Amud	Antar	Antônio
Assad	Assef	Assem	Assi	Assmar
Atala	Aucar	Ayoub	Azaro	Azize
Ballut	Baydoun	Bazi	Bichara	Bitar
Bouchabiki	Bouhid	Bulbol	Caram	Carin
Chaar	Chady	Chain	Chamiê	Chamma

Chediak	Chehuan	Chibly	Cury	Deher
Daou	Dib	Dibo	Elias	Fadel
Fadul	Fahrat	Fares	Faride	Fayad
Fecury	Fariji	Fraxe	Gamel	Gorayeb
Habib	Haddad	Hagge	Haikal	Harb
Hatoum	Hauache	Hayek	Hissa	Ismail
Jatene	Jezine	Jorge	Kairala	Kalif
Kalil	Karam	Kinzen	Kouri	Kuara
Lasmar	Mady	Makaren	Maklouf	Mamed
Mamud	Mansour	Marad	Menassa	Merchak
Miguel	Monassa	Mousse	Mubarac	Muneyme
Mussa	Mustafá	Mutran	Nadaf	Nagib
Naguib	Nasser	Nicolau	Rage	Raman
Razac	Reston	Saad	Sadala	Saed
Safer	Sahado	Sahdo	Said	Salame
Salem	Salum	Sarkis	Sayad	Sayeg
Seffair	Sêmen	Simão	Tadros	Tamer
Tufic	Tuma	Yacub	Yussef	Zoghbi

Como isso não quer dizer que não houvesse ainda comerciantes sírio-libaneses instalados também no Primeiro Distrito da cidade. Pelo contrário, desde a década de vinte podemos encontrar nas páginas dos jornais locais registros da fiscalização municipal efetuada sobre as padarias de Bachir Zen e Alexandre Mengen, situadas na Praça Tavares Lyra e Rua Epaminondas Jàcome, respectivamente (NEVES,1996,p.107).

Não deixa de ser sintomático o predomínio de sírio-libaneses exercendo atividades que em outras regiões do país foram tradicionalmente dominadas por portugueses, como o caso das padarias, às quais somavam-se ainda a Casa Fecury e outras localizadas no Segundo Distrito. Isso mostra a extensão do domínio sírio-libanês sobre as mais diversas atividades comerciais e industriais em Rio Branco. Definitivamente, estava cada vez mais distante a época em que os “turcos” podiam ser discriminados pelas elites acreanas.

A posição da colônia sírio-libanesa de Rio Branco em relação à estratificação social ganharia novos contornos a partir do segundo surto da borracha. A Grande Guerra Mundial iniciada em 1939, daria origem em 1942 ao ciclo econômico que ficou conhecido como a “Batalha da Borracha”. A interrupção na oferta de borracha asiática levou os Estados Unidos a estabelecer com o governo brasileiro acordos para incrementar a produção de borracha amazônica²¹. Isso provocou uma inesperada bolha de prosperidade em toda a região norte do Brasil. O Acre beneficiou-se enormemente desse movimento de valorização da sua borracha natural, dentro do que foi caracterizado como esforço de guerra.

Novamente começaram a afluir para a região Amazônica milhares de imigrantes de todas as partes do Brasil e do mundo. Os seringais se encheram de migrantes nordestinos prontos para extrair o látex da seringueira como produto altamente valorizado no mercado internacional. Os seringalistas desesperançados que haviam perdido quase tudo nos anos de penúria, voltaram a enriquecer

²¹ Vale ressaltar que a Amazônia já estava perdendo a primazia do monopólio de produção da borracha porque os seringais plantados pelos ingleses na Malásia, no Ceilão e na África tropical, com sementes oriundas da própria Amazônia, passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade. Conseqüentemente, com custos menores e preço final menor, o que os fez assumir o controle do comércio mundial do produto.

rapidamente e acreditaram que a redenção definitiva do extrativismo da borracha havia finalmente chegado. As cidades se animaram com o intenso fluxo de navios que não paravam de chegar trazendo mais gente, mercadorias e dinheiro para esta região tão necessitada.

Como todo o resto da sociedade acreana, os sírio-libaneses de Rio Branco também se beneficiaram da Batalha da Borracha. Integrados à sociedade e, melhor ainda, estabelecidos em diversos ramos de atividades econômicas, a colônia sírio-libanesa pôde aproveitar amplamente as oportunidades criadas pelo novo contexto. Muitos desses árabes já haviam se tornado inclusive proprietários de seringais, que há apenas poucos anos atrás valiam preço de banana, apesar dessa não ter sido uma prática muito disseminada. A maioria se beneficiaria mesmo pelo incremento de suas atividades mercantis estabelecidas na cidade. Muitas casas comerciais que já tinham uma atividade atacadista tornaram-se grandes firmas aviadoras e desempenharam importante papel no abastecimento dos seringais novamente ativos e produtivos.

Mais uma vez, porém, este quadro de retomada da produção do látex, duraria pouco. Como o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, teve fim também a necessidade da borracha amazônica. Os países industrializados voltaram a comprar a borracha asiática, muito mais barata, fazendo com que a produção amazônica voltasse aos níveis anteriores à guerra.

No Território Federal do Acre, a euforia despertada pela Batalha da Borracha foi rapidamente substituída pelo desencanto com a fragilidade do sistema extrativista que não conseguia competir no mercado internacional em circunstâncias normais. Segundo Neves (2000), o governo brasileiro ainda esboçou iniciativas para tentar incentivar o desenvolvimento dessas forças produtivas criando, por exemplo, a SPHEVELA, que minimizou temporariamente o desânimo total com o extrativismo da borracha. Tudo em vão, já que a produção e a comercialização do látex amazônico não mais recuperaria a importância alcançada nos poucos anos da Batalha da Borracha.

Entretanto, o período de prosperidade havia servido, ao menos, para assegurar uma relativa acumulação de capital que favoreceu parte da sociedade acreana nos anos posteriores, quando uma significativa parcela da colônia árabe pode ser incluída entre esses setores beneficiados. Com mais capital e proprietária de grande quantidade de empreendimentos, a colônia árabe pôde assumir, enfim, a condição de integrante da elite dirigente da sociedade acreana. Estava superada a fase em que a marginalização e o preconceito contra a colônia sírio-libanesa que foi a tônica dominante do discurso social. Porém, é claro que isso não deve ser creditado exclusivamente a fatores econômicos, pois existem ainda outros elementos que devem ser considerados para explicar esse vitorioso movimento de ascensão e integração sócio-cultural dos "turcos".

Segundo informações de Abrahim Farhar (Lhe), cedidas ao professor Marcos Vinicius Neves, em Rio Branco, a colônia sírio-libanesa apresentou uma relativa abertura para a miscigenação racial, diferente do que ocorria em outras regiões brasileiras.

“De fato, culturalmente, os sírios e libaneses foram educados a casarem-se entre ‘patrícios’, numa longa tradição patriarcal em que os mais velhos sempre procuraram determinar o casamento de seus filhos. Entre mulçumanos, o casamento era mais combinado ainda. Em muitos casos, a noiva poucos contatos mantinha com o noivo antes de se casar. Essa longa tradição deu origem a um velho provérbio árabe: ‘tudo vem por sorte, menos o casamento, que vem por arranjo’. Os pais não só não admitiam a miscigenação, mas entendiam que seus filhos não poderiam achar melhor par senão entre os seus, pois acreditavam que, desta forma, as famílias se entenderiam melhor e viveriam em harmonia” (TRUZZI, 1997, p.74).

Os sírio-libaneses de Rio Branco efetivaram pouco essa prática de só fazer casamentos no interior da própria colônia ou, quando isso era impossível, importavam esposas, ou viajavam para a terra de origem de onde voltavam casados. Aqui houve uma gradativa mistura com a população local, proporcionando uma descendência de legítimos filhos da terra. Dessa forma, no geral, os filhos da colônia sírio-libanesa eram acreanos natos e, como tal, estavam em igualdade de condições com os filhos de outros imigrantes nacionais ou estrangeiros e capacitados, portanto, para estar perfeitamente integrados e aceitos pela sociedade local.

Neste aspecto pesava também o fato de que o bem estar econômico alcançado pela colônia árabe proporcionou uma educação de boa qualidade para seus filhos, onde conviviam diretamente com os filhos da elite econômica e política da região. Logo, à medida em que a segunda geração da colônia árabe se formava e começava a atuar nos diversos segmentos sociais, havia uma distância cada vez menor entre eles e o restante da sociedade.

Um indicador dessa integração foi a ocupação do Primeiro Distrito pelos membros mais destacados da colônia árabe. Os anos 50 e 60 foram marcados, em Rio Branco, pela degradação da estrutura urbana do Segundo Distrito da cidade. Sintomaticamente, a essa degradação correspondia o aumento e melhoria das condições de vida no Primeiro Distrito. Quando o governo de Guiomard Santos, ao final da década de 40, ampliou consideravelmente a estrutura urbana do Primeiro Distrito e abriu diversas colônias agrícolas em seu entorno, a decadência do Segundo Distrito foi inevitável. Com isso muitos sírio-libaneses mudaram suas casas comerciais e diversos negócios para o Primeiro Distrito e construíram suas residências de forma dispersa, em contraposição à concentração dessas famílias de origem árabe no Segundo Distrito. Isso eliminou de vez a imagem de uma colônia árabe diferenciada do restante da sociedade.

Finalmente, a ascensão e integração dos imigrantes sírios e libaneses no contexto sócio-cultural da sociedade acreana pode ser claramente percebida na crescente participação destes nas diversas instâncias e organizações políticas do Acre.

Como já foi relatado, desde o período da Revolução Acreana, registra-se a participação de sírio-libaneses nas lutas acreanas. Em 1913 encontramos diversos árabes, entre os quais Miguel Fecury, Added, Alluen Araque, Nagin Estevam, E.Mahamed, Miguel Saler, Abel Zarin Haben, José Tabeje, Elias Cury e José Jarussi que assinaram o manifesto popular contra o estabelecimento de novos impostos pela Intendência Municipal recém instalada. Na década de 20, Obed Barreto, Miguel Fecury, Mínguel Sadim Bader e Mameude Sakor já participavam da diretoria eleita na Loja Maçônica Igualdade Acreana, que era uma das principais instituições políticas acreanas da época (NEVES,1996).

Esta participação só fez aumentar e se aprofundar ao longo dos anos, passando pela constituição dos primeiros partidos políticos acreanos, pelas Lutas Autonomistas, até alcançar, mais tarde, as renhidas disputas eleitorais entre PSD e PTB e pelos partidos de diferentes orientações que os sucederam. Mas o principal aspecto decorrente desse envolvimento na vida política acreana foi a posição de destaque alcançada por alguns representantes da colônia sírio-libanesa. Este é o caso da indicação de Jorge Kalume ao cargo de governador do Estado do Acre, durante o período da Ditadura Militar.

Por outro lado, uma rápida consulta aos atuais jornais acreanos revela a maciça presença de políticos de sobrenome sírio-libanês em todos os municípios acreanos. Isso sem mencionarmos a participação nas esferas federais dos poderes executivo e legislativo desses políticos acreanos de ascendência “turca”.

2.4 - Promoções urbanas na Capital

Apesar da crise da borracha ter assolado a economia acreana a partir de 1913, Rio Branco vivia seu momento de “primazia”, devido a fatores políticos. Primeiro, em 1912 por ato do Prefeito Departamental Deocleciano Coelho de Souza, no qual Penápolis e Empreza passam a se chamar Rio Branco, elevando sua categoria de Vila à cidade, e segundo, pela extinção dos departamentos e unificação dos municípios em torno de um só governo, em 1920, Rio Branco é escolhida a capital do Território do Acre. Com isso a capital garantiu maiores investimentos oficiais em relação a outros povoados, cidades ou municípios acreanos, o que levaria, entre outros fatores, até a atual condição, na qual concentra metade de toda a população do Estado Acre.

Entre 1927 e 1930, Rio Branco conhece uma época de grandes mudanças urbanas. O Governo Hugo Carneiro implementou um programa de construção de grandes prédios de alvenaria que muda a paisagem da cidade. Foram erguidos o Mercado Municipal (figura 8 e 9) à margem do rio, Quartel da Polícia (figura 10 e 11), o Palácio Rio Branco (figura 12 e 13), a Penitenciária (atual Prefeitura Municipal) e o “Stadium” do Rio Branco Futebol Clube no limite da cidade, na atual avenida Ceará.

O mercado público municipal foi construído em 1929, sendo a primeira grande obra em alvenaria da cidade, ao custo de 400 contos de réis. O texto abaixo retrata o mercado na década de 30:

“O prédio possuía enorme espaço cultural circundado por 12 amplos compartimentos com água, luz e esgoto. Tinha uma caixa d’água imponente do lado de fora, sobre um conjunto de banheiros públicos. Nos compartimentos (boxes), com entradas externas, instalaram-se açougues, farmácia, barbearia, alfaiataria, loja de miudezas, bazar de rendas, bar, tabacaria, lanchonete, casa de pesca e relojoaria. Erguido na margem esquerda do rio Acre, o Mercado abrigava no pátio externo os produtores de grãos, farinha e açúcar mascavo (ou açúcar preto), além dos feirantes e vendedores de mingaus nos fins de semana. Os ribeirinhos traziam seus produtos em canoas puxadas por um rebocador do governo. Os fundos do prédio ficam para o rio; e a frente ,recuada, para a rua Epaminondas Jácome.” (Martins 2007, p. 7.).

Então, com a agravamento da crise da borracha, o Mercado Público passou a ser densamente ocupado. Primeiro pelos seringalistas falidos e pelos funcionários públicos aposentados, depois pelos ex-seringueiros e por migrantes chegados de outras regiões. Muitos foram chegando e se fixando no seu espaço, abrindo um pequeno comércio como meio de vida. Ainda em 1929 o mercado fornecia as seguintes mercadorias:

MERCADO PÚBLICO

No domingo ultimo foram vendidos os seguintes gêneros ao preço de:

Feijão, kilo.....	1\$000
Farinha, idem.....	\$700
Assucar, idem.....	1\$000
Arroz, idem.....	1\$200
Milho, idem.....	\$300
Carne verde, idem.....	2\$000
Carne de porco, idem.....	3\$000
Gomma mandioca, idem.....	1\$000
Carvão vegetal, saca.....	6\$000
Bananas, cacho.....	\$8000

Fonte: Jornal O Acre de 18 de agosto de 1929.

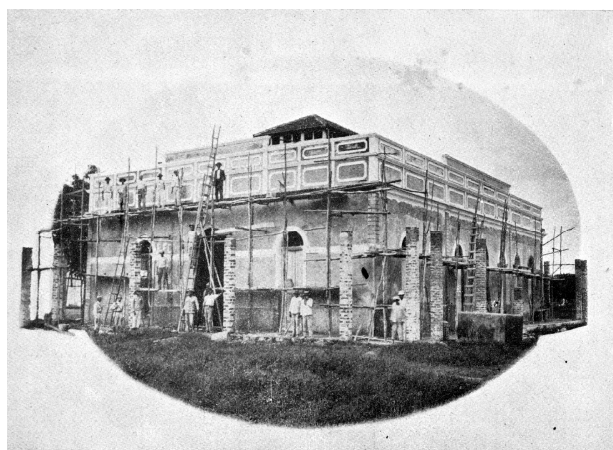


Figura 8 - Vista externa do Mercado Municipal em construção.

Fonte: Relatório de Governo de Hugo Carneiro - 1929/1930

Acervo: Museu da Borracha

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

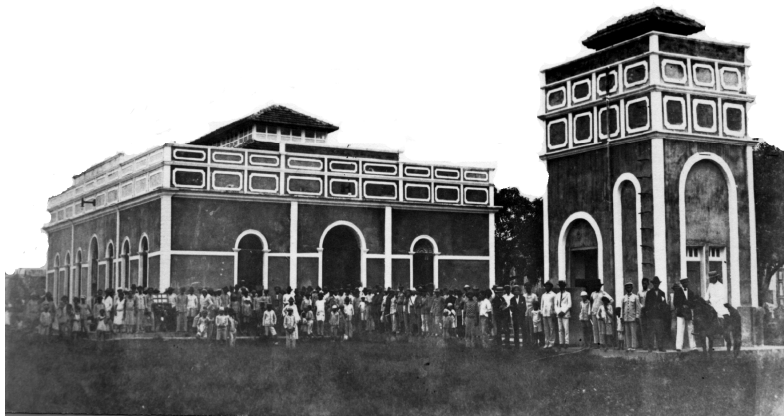


Figura 9 - População prestigiando a inauguração do Mercado Municipal de Rio Branco, no segundo ano de administração do governador Hugo Carneiro.

Data: 15 de junho de 1929

Fonte: Relatório de Governo de Hugo Carneiro - 1929/1930

Acervo: Museu da Borracha

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

O Quartel da Polícia foi o segundo prédio de alvenaria a ser construído. Sua construção teve como finalidade servir como sede da Guarda territorial do Território do Acre pelo Governador do Território a partir de novembro de 1929.

Domingo 6 de outubro de 1929

Ano 1º no 8

INAUGURAÇÃO DO NOVO QUARTEL DA FORÇA POLICIAL

Estão sendo activados os trabalhos de ultimação das obras do novo quartel da força policial deste Território, afim de que no dia 15 de novembro, seja elle inaugurado. Nesse dia a noite realizar-se-á uma <<soirée>> para a qual será exigido tanto para as damas tanto para os cavalheiros, traje branco a rigor.

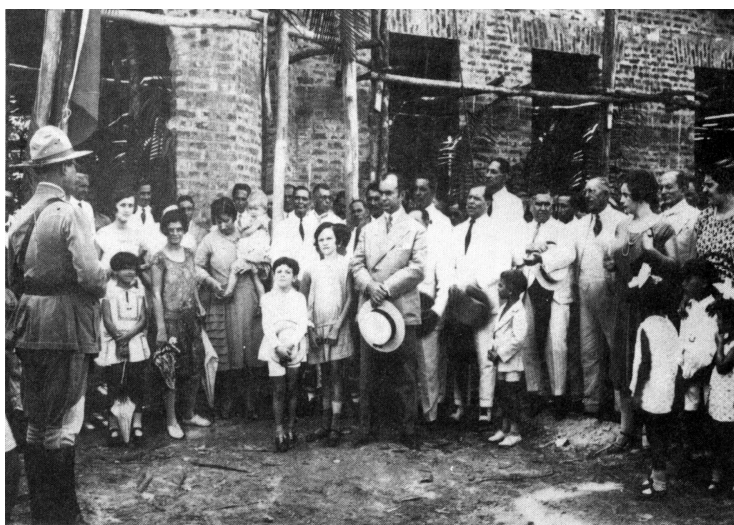


Figura 10 - Festejos por ocasião da construção do Quartel da Polícia Territorial, no centro com chapéu na mão o Sr. do governador Hugo Carneiro.

Data: 17.03.1929

Fonte: Álbum Cidade de Rio Branco
Acervo: Museu da Borracha.
Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

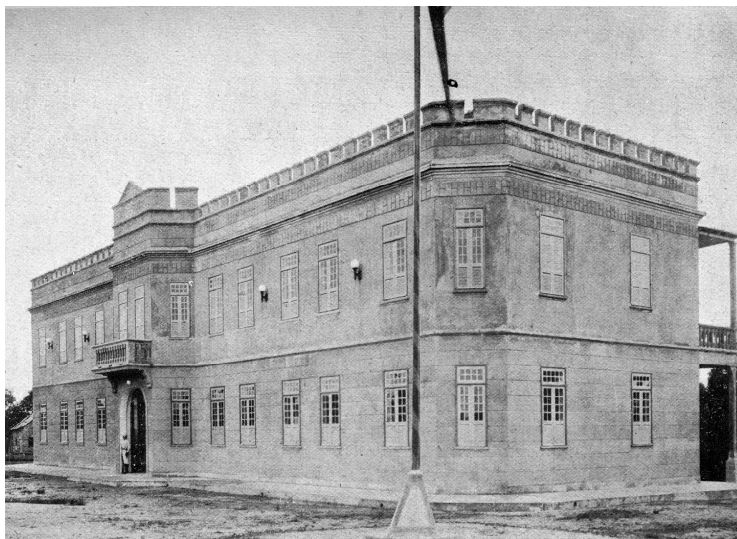


Figura 11 - Quartel da polícia militar, construído com verbas da corporação no governo de Hugo Carneiro, inaugurado em 15 de Novembro de 1929.

Data: Década de 30

Fonte: Relatório de governo de Hugo Carneiro

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

Por sua vez construído com uma arquitetura eclética, greco-romana, o Palácio do Governo constituiu o terceiro prédio de alvenaria e foi erguido como objetivo exclusivo de moradia e sede administrativa do Governo, tendo suas telhas e pisos de origem portuguesas.

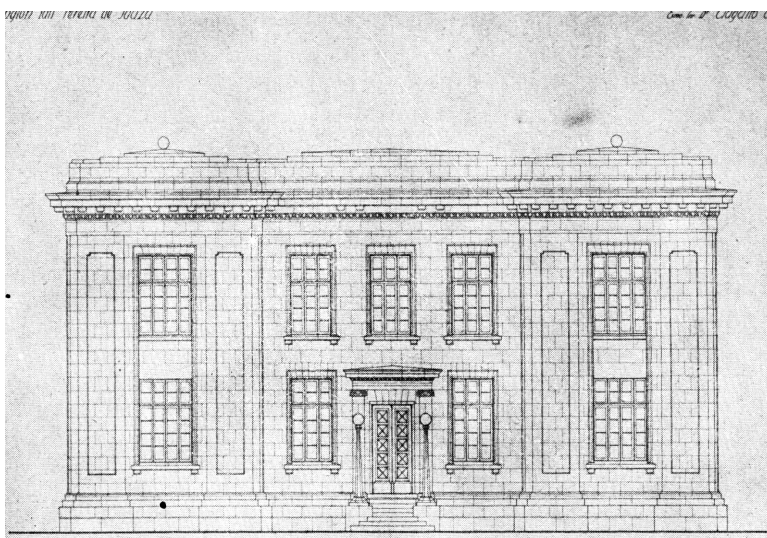


Figura 12 - Planta da fachada lateral do Palácio Rio Branco.

Fonte: Relatório de Governo de Hugo Carneiro – 1928/1929.

Acervo: Museu da Borracha

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

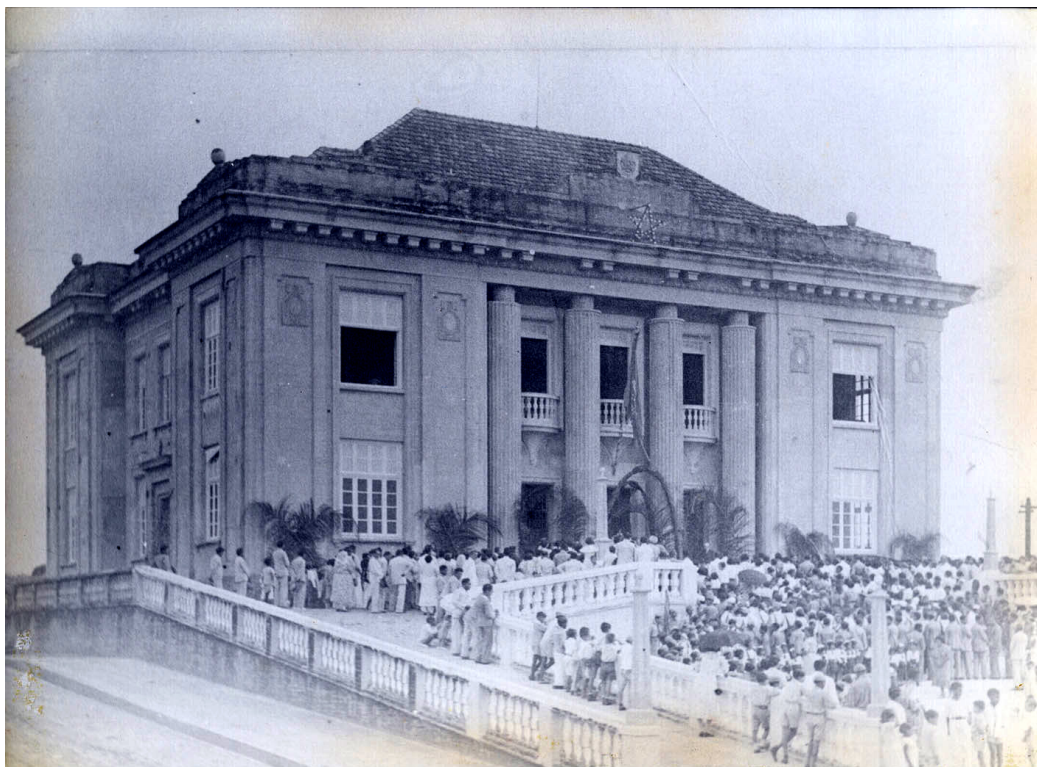


Figura 13 - Solenidade em frente ao Palácio Rio Branco.

Data: década de 30

Acervo: CDIH

Acervo Digital: Memorial dos Autonomistas

Portanto este período compreendeu o aparecimento de técnicas construtivas como a alvenaria de tijolos cozidos, incentivada na década de 20, ancorada na proposta de higiene e sanitarianismo, principalmente durante o governo do presidente Afonso Pena. Porém a partir de 1930, a organização espacial de Rio Branco permaneceu basicamente a mesma, por toda a década, se restringindo a um relativo adensamento da área já ocupada. Apesar de ser possível verificar um lento crescimento da área de influência da cidade sobre as terras do antigo Seringal Empreza, que não haviam sido desapropriadas em 1909 e que se limitavam a expansão da cidade para além da atual avenida Ceará, um crescimento se dava, sob a forma de arrendamento destas terras, para ex-seringueiros expulsos de sua atividade extratora com a crise da borracha, e que queriam tentar a sorte como agricultores.

3 A 2ª GUERRA MUNDIAL E A CORRIDA PELA BORRACHA

Com a crise da borracha a partir de 1913, o Acre não esperava ser novamente o grande exportador de borracha para a indústria internacional, porém, entre os anos de 1942 a 1945, o estado tornou-se novamente fornecedor de látex - período conhecido como a “Batalha da Borracha”, durante a Segunda Guerra Mundial. Ocorre novo recrutamento de mão-de-obra, agora em todo o Brasil, mas particularmente, mais uma vez, são nordestinos que se apresentam como “soldados da borracha”²² para os seringais da Amazônia, em resposta à ocupação japonesa das áreas produtoras no Oriente.

Ora, com a crise externa, acrescida de um conflito mundial, viu-se a necessidade do país fornecer matéria prima para os países desenvolvidos. A Segunda Guerra, resultante da fase

²² Este era o nome dados aos seringueiros que foram convocados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra. Com isso o governo brasileiro se responsabilizou com o encaminhamento de grandes contingentes de trabalhadores para os seringais. Aqueles eram os primeiros soldados da borracha. Simples retirantes que se amontoavam com suas famílias por todo o Nordeste, fugindo de uma seca que teimava em não acabar e os reduzia à miséria.

recessiva da economia central capitalista, contribuiu, ainda mais, com a crise do comércio exterior e a redução das importações brasileiras. Neste contexto se acelera no país, o processo de substituição industrial de importações, donde surge a indústria de pneumáticos.

Externamente, a relação do capital industrial brasileiro nascente passa a se dar com o capital financeiro dos Estados Unidos, como bem retrata Rangel:

“Na época do advento da terceira dualidade brasileira, o capitalismo financeiro europeu – particularmente o inglês, para o qual nos orientávamos, desde antes da Abertura dos Portos – não havia ainda alcançado esse estágio superior de desenvolvimento. Sua política continuava a ser organizar o suprimento de matérias-primas e produtos agro-primários para a metrópole e preservar nosso mercado para os produtos industriais metropolitanos. Outra, porém, seria a atitude do capital financeiro norte-americano, que não era supridor tradicional de produtos industriais ao Brasil e contava com uma vasta e diversificada produção primária metropolitana, condição que o desenvolvimento da técnica só tendia a consolidar, *industrializando a agricultura e a produção de matérias-primas*. Consequentemente, esse novo capital financeiro pouco tinha a perder com o desenvolvimento de alguma indústria no Brasil e, ao contrário, muito tinha a ganhar. Segue-se pois que a terceira dualidade nos teria não somente uma mudança de hegemonia no plano interno, mas também a troca de hegemonia (a inglesa pela norte-americana) no plano externo”. (RANGEL, 1981, P. 28).

Em 3 de março de 1942, os Estados Unidos, na tentativa de se livrar das imposições européias, cria um acordo para a expansão da produção e compra da borracha brasileira e seus derivados. Deste fato originaram-se os chamados “Acordos de Washington”, que somam 41, sendo 21 referentes à produção e comercialização da borracha.

Querendo manter os acordos em dia com os Estados Unidos, o governo Brasileiro criou em 1942, o Banco de Crédito da Borracha, atualmente denominado de Banco da Amazônia S.A. (BASA), com a finalidade de financiar e comprar a borracha produzida nos seringais acreanos. Com o fim de mobilizar a mão-de-obra para a região, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico e a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA).

O fim da década de quarenta assinalou o início do período depressivo para a economia da borracha brasileira. Os Estados Unidos, que mantinham os preços e a compra da produção por direito através dos acordos firmados de compra dos excedentes, cessaram seus interesses pela borracha visto que a guerra havia chegado ao fim. Por outro lado o Brasil não tinha como meios de absorver a produção, que acumula a estocagem nos armazéns do Banco da Borracha, ainda sob o monopólio americano de comercialização do produto. Ademais os mercados internacionais de consumo não necessitavam mais da borracha brasileira e ampliavam seus seringais de cultivo, passando a concorrer com a borracha sintética²³.

No Acre, com o fim da guerra, quando seringueiros que trabalhavam nos seringais, os *soldados da borracha*, desempregados, viram-se na contingência de regressar para suas terras de origem, como alternativa de sobrevivência. A atuação do governo, implantando colônias agrícolas em terras ociosas localizadas nas franjas do limite urbano de Rio Branco, fez com que essa população tivesse outra alternativa: a de fixar-se nestas terras (zona ampliada) e lá desenvolver uma agricultura voltada ao abastecimento da capital (figura 14).

²³ “Ao fim da guerra, comprovou-se a completa falência do empreendimento, do ponto de vista econômico, além de perda de milhares de vidas. Com um esforço extraordinário, a velha estrutura dos seringais nativos conseguiu produzir em 1947, 32.920 toneladas de borracha; menos ainda assim do que as 42.280 toneladas produzidas em 1912. E agora em condições muito menos vantajosas: o custo de vida na Amazônia era cerca de dez vezes mais elevado que em 1912 e o preço da borracha muito mais baixo. A “batalha da borracha” nada mais fez que movimentar, com o máximo esforço, uma velha máquina, obsoleta e antieconômica”. (VALVERDE, p. 285, 1964).

3.1 – As colônias agrícolas

A Segunda Guerra Mundial trouxe não somente novas esperanças para a decadente economia extrativista, como um novo ânimo para a sociedade acreana, através dos milhares de imigrantes nordestinos, para o Acre. Com o início da Batalha da Borracha os seringais passaram a produzir, o comércio voltou a prosperar e as cidades acreanas ficaram mais movimentadas.

No antigo bairro Quinze, a já falida Usina de Castanha se tornou alojamento dos *soldados da borracha* em trânsito para os seringais, no 17 de novembro (ou Bairro Beirute) muitos comerciantes sírio-libaneses haviam enriquecido e se tornado seringalistas e no Palácio Rio Branco os planos governamentais voltaram a ser grandiosos. Foi sob esse motivo que o governador Oscar Passos efetivou, em 1942, a compra de terras, remanescentes do antigo Seringal Empreza, para a implantação de novas colônias agrícolas²⁴ nos arredores da cidade. O plano do governador Oscar Passos para colonizar o Acre foi colocado sob a responsabilidade do engenheiro agrônomo Pimentel Gomes. Pimentel Gomes tinha uma proposta de criar pelo menos uma colônia em cada município do território do Acre. O plano de colonização começou nos arredores da cidade de Rio Branco. As terras do Seringal Empreza foram compradas pelo governo e divididas em vários lotes de 250 x 100 metros. Entretanto, até 1945, todos os anseios estavam direcionados para os seringais e pouca atenção e recursos sobravam para as cidades acreanas²⁵.

A criação dessas colônias tinha como objetivo assentar o homem expulso da floresta, devido ao fim do segundo ciclo da borracha. Porém, muito antes, experiências similares foram postas em prática em Rio Branco pela prefeitura, na administração de Gabino Besouro, surgindo três colônias: Gabino Besouro (1908), Diocleciano de Souza (1912) e Cunha Vasconcelos (1913). Nenhuma orientação foi dada a estes núcleos, tendo apenas sido encaminhados alguns caboclos para tomarem conta destes lotes.

O projeto de criação de colônias no Seringal “Empreza” só foi efetivado no governo de Guiomard dos Santos que, segundo GUERRA (1951), em 1947, pelo Decreto nº 83, dividiu 80.000 hectares do seringal Empresa em 8 colônias agrícolas, com 422 lotes e mais a zona florestal e urbana, com 441 lotes. As novas colônias foram: São Francisco, Juarez Távora, Apolônio Sales, Mâncio Lima, Cecília Parente, Dias Martins, Souza Ramos e Alberto Torres.

As colônias produziam macaxeira, arroz, milho, feijão, e frutas, embora a produção dessas últimas não abastecesse a contento Rio Branco. Algumas colônias possuíam conjuntos mecânicos instalados pelo governo do Território para beneficiar alguns produtos, bem como a criação de bovino, eqüinos, caprinos, suínos dentre outros. Para tanto, em diversas colônias agrícolas foi instalada uma infra-estrutura mínima para dar suporte aos colonos e suas famílias, tais como escolas, núcleos mecanizados para beneficiamento da produção e posto de saúde.

Nessas colônias os colonos trabalhavam na terra de maneira empírica, utilizando-se da “broca” e “derrubada”, colocando a seguir o fogo para depois realizarem suas culturas. A “broca” e a “derrubada” eram geralmente realizadas nos meses de junho e julho e a queimada no mês de setembro. Primeiramente realizava-se o plantio de milho nos meses de outubro e novembro e sua colheita nos meses de março e abril. Posteriormente plantavam macaxeira, arroz de espigão, feijão, entre outros. Algumas vezes eram realizadas culturas associadas de feijão e milho.

O processo caboclo de rotação de terra com culturas itinerantes era o adotado em todos os núcleos das colônias. Não havia máquinas para o preparo do solo, nem a utilização de adubos, limitando-se ao emprego apenas da enxada, e uma vez esgotada a área de cultura deixavam-na em repouso por alguns anos até que houvesse a reconstituição natural do solo.

Apenas no Posto Agropecuário do Serviço do Fomento Agrícola situado a quatro quilômetros de Rio Branco, na estrada para o Quinari, e na Estação Experimental Agrícola do Núcleo Colonial Seringal Empresa ficavam os agrônomos fazendo seus ensaios, utilizando todos os

²⁴ Coube ao geógrafo Antonio Teixeira Guerra estudar a fundo o processo de formação e desenvolvimento das colônias agrícolas do município de Rio Branco, baseado nas informações cedidas pelo governador do Território Federal do Acre, José Guiomard dos Santos e através de visitas in loco financiadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. Segundo Guerra (1951), para ter o acesso ao lote, o colono se apresenta diretamente ao administrador do Núcleo Colonial Seringal Empresa, ou à Seção de Colonização e manifesta seu desejo, pedindo terras para agricultura e para a extração da borracha. O requisito solicitado é que o colono prove sua identidade. Uma vez aceito, ele obtém o seu lote e um ano depois é verificada a sua produção, sendo-lhe então concedido seu título provisório.

²⁵ O Primitivo Plano de Pimentel Gomes é o de que fosse instalado no Território pelo menos uma colônia em cada um dos sete municípios. Com estas novas medidas de divisão do solo evitaria a existência de grandes latifúndios impossíveis de serem explorados economicamente.

recursos da técnica moderna para a época. A finalidade dessas estações experimentais era a de fornecer aos colonos sementes, mudas selecionadas, dados fito-sanitários e climatológicos.²⁶ Para tanto, em diversas colônias agrícolas foi instalada uma infra-estrutura mínima para dar suporte aos colonos e suas famílias, tais como escolas, núcleos mecanizados para beneficiamento da produção e posto de saúde.

O conhecido bairro Estação Experimental, na cidade de Rio Branco, foi o local escolhido pelo governador José Guimard dos Santos para realizar experiências agrícolas no atendimento às colônias.

No que tange à produção agrícola, as colônias mais importantes foram: Apolônio Sales, Juarez Távora, São Francisco, Alberto Torres e as menos importantes: Mâncio Lima, Cecília Parente e Sousa Ramos.

Segundo Guerra (1951), a produção agrícola na Colônia Mâncio Lima, no período do segundo trimestre de 1950 e primeiro trimestre de 1951, equivaleu a:

Arroz em casca.....	650 kg
Abacaxis.....	400 frutos
Bananas.....	250 cachos
Laranjas.....	400 frutos
Macaxeira.....	42.000 kg
Milho.....	4.500 kg *

*produção do primeiro ano

A produção de cada colono era vendida individualmente sem a intervenção da administração geral das Colônias. O único mercado consumidor da produção dessas colônias era a cidade de Rio Branco. Um fator importante a ser considerado é que este tipo de colonização possibilitou a adaptação de antigos seringueiros à atividade agrícola. A agricultura e a pequena criação em Rio Branco surgiram diante das necessidades geradas pela crise da borracha²⁷

O conhecido bairro Estação Experimental, na cidade de Rio Branco, foi o local escolhido pelo governador José Guimard dos Santos para realizar experiências agrícolas no atendimento às colônias.

Com o passar dos anos as colônias agrícolas foram gradativamente incorporadas ao perímetro urbano, e atualmente constituem bairros da capital, cujos nomes lembram a sua origem (figura 14)

²⁶ “O modelo de agricultura está indelevelmente associado ao modelo industrial, haja vista ser a indústria o núcleo engendradora da dinâmica da economia capitalista. Desse modo, a agricultura de insumos modernos desenvolvida no Brasil, no período posterior à década de 50, nada mais é que produto da 2ª Revolução Industrial, concebida fundamentalmente sob a hegemonia norte-americana. Trata-se da agricultura originada nas novas descobertas científicas do final do século XIX, nos campos da energia, da química e da siderurgia”. (SAMPAIO, p. 35, 1994)

²⁷ Vale ressaltar que a área mencionada caracteriza-se por se desenvolver uma economia voltada à pequena produção mercantil, porém ao contrário de outras áreas verificadas nas regiões do país na qual a colonização européia se deu de forma maciça, nessa, em específico, não deu origem a iniciativas industriais expressivas.

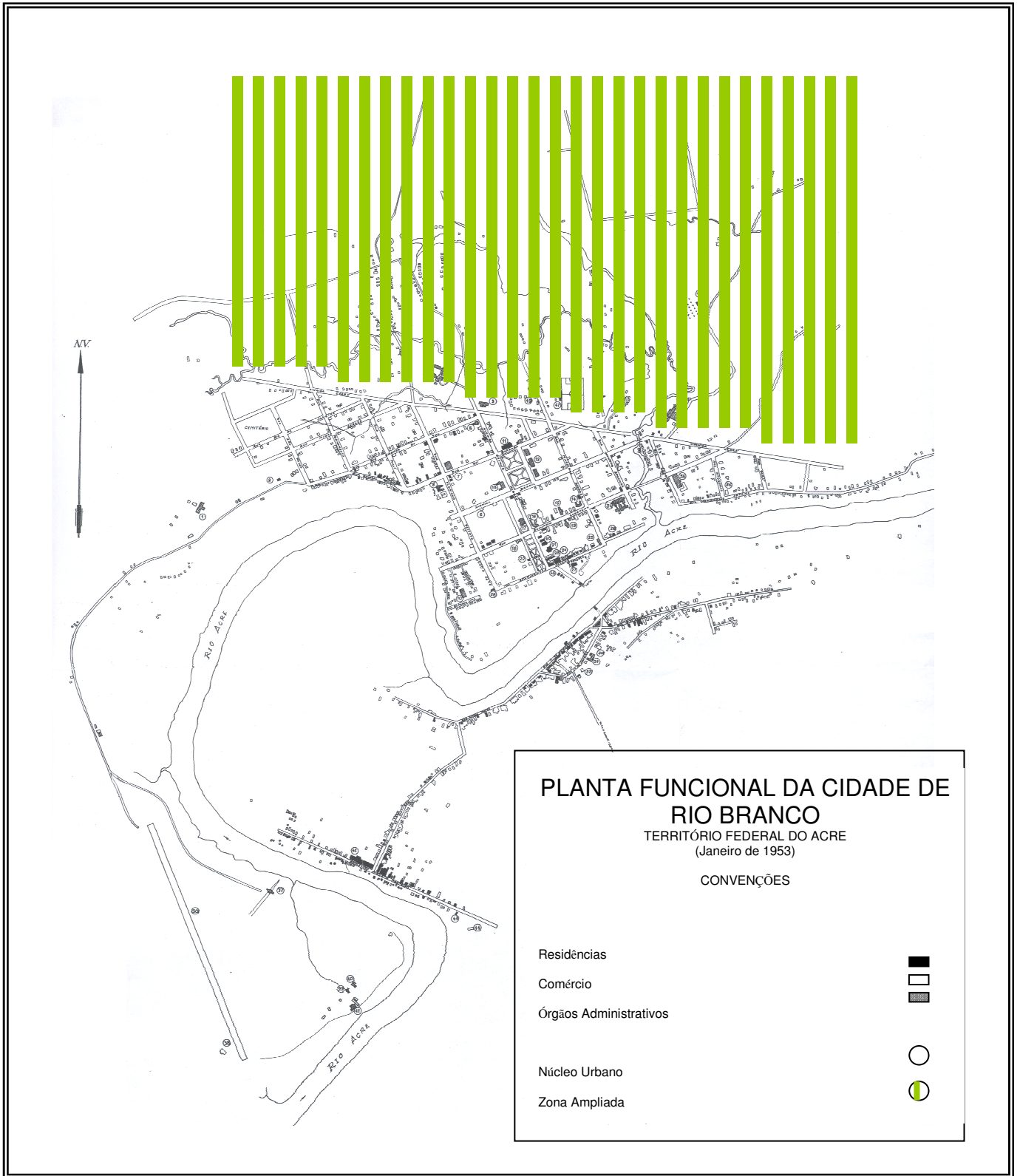


Figura 14 – Croqui da cidade de Rio Branco. Fonte: Adaptado pelo autor de Antônio Teixeira Guerra. In: Revista Brasileira de Geografia, 1951

3.2 – Estrutura urbana de Rio Branco

Estudando a vida funcional da cidade de Rio Branco de então, analisar-se-á o bairro Penápolis (margem esquerda), que compreende o centro político e administrativo do Território, no qual concentra todas as casas oficiais da administração do Governo do Território e também residências, constituindo um bairro administrativo e residencial e o bairro Empresa (margem direita), que concentra casas de comércio misto que realizam quase todo o comércio de varejo e atacado, sendo o grosso deste último feito para o abastecimento dos seringais da região, como já referido no capítulo II.

Na zona urbana, do ponto de vista econômico, havia também pequenas indústrias, como sapatarias, usinas mecânicas, serrarias manuais, casas de farinha e padarias com pequeno número de mão-de-obra. Nos locais mais afastados do centro urbano, encontravam-se várias olarias para a fabricação de tijolos, telhas, etc. Na zona urbana existia uma olaria do governo, onde se fabricavam tijolos, telhas, ladrilhos, marmorites e manilhas.

No Bairro Penápolis, próximo ao local de travessia de uma margem para outra, feita por embarcações de pequeno porte, conhecidas na região como catraias, está o Mercado Público Municipal. Aos domingos havia um movimento decorrente da vinda de colonos das redondezas, que vendiam diretamente os seus produtos no mercado. Desciam aos sábados à tarde para a cidade e regressavam no domingo à tarde. O abastecimento da cidade em gêneros alimentícios era feito, em parte, por produtos vindos das colônias e aldeias ribeirinhas e em parte pelos produtos importados.

Neste período, Guiomard dos Santos foi responsável por um grande programa de obras públicas que alterou, mais uma vez, a paisagem de Rio Branco, bem como de outras cidades acreanas. O Aeroporto Salgado Filho (Aeroporto Velho), a Maternidade Bárbara Heliodora, o Colégio Eurico Dutra, foram algumas das novas construções, além da conclusão das obras do Palácio Rio Branco e da reforma do prédio da antiga Penitenciária, transformado no Hotel Chuí.

Isso tudo somava ainda a implantação de infra-estrutura voltada para a produção, como a Cerâmica oficial que produzia telhas, tijolos e pisos para a construção civil, a Estação Experimental que produzia mudas e repassava técnicas de cultivo, o Aviário que produzia e distribuía aves, suínos e até abelhas para os colonos.

Foi neste período que Rio Branco alcançou algumas das principais características, que viria a desenvolver em décadas posteriores. Os equipamentos instalados pelo governo do então território e as colônias agrícolas serviram como novos pontos de atração e fixação urbana. A Cerâmica, o Aviário, a Estação Experimental, o Aeroporto Velho, a colônia São Francisco, a Fazenda Sobral, a colônia Apolônio Sales, entre outros, deram origem a alguns dos atuais bairros da capital, revelando boa parte dos fluxos e processos sociais a que a cidade esteve submetida desde então.

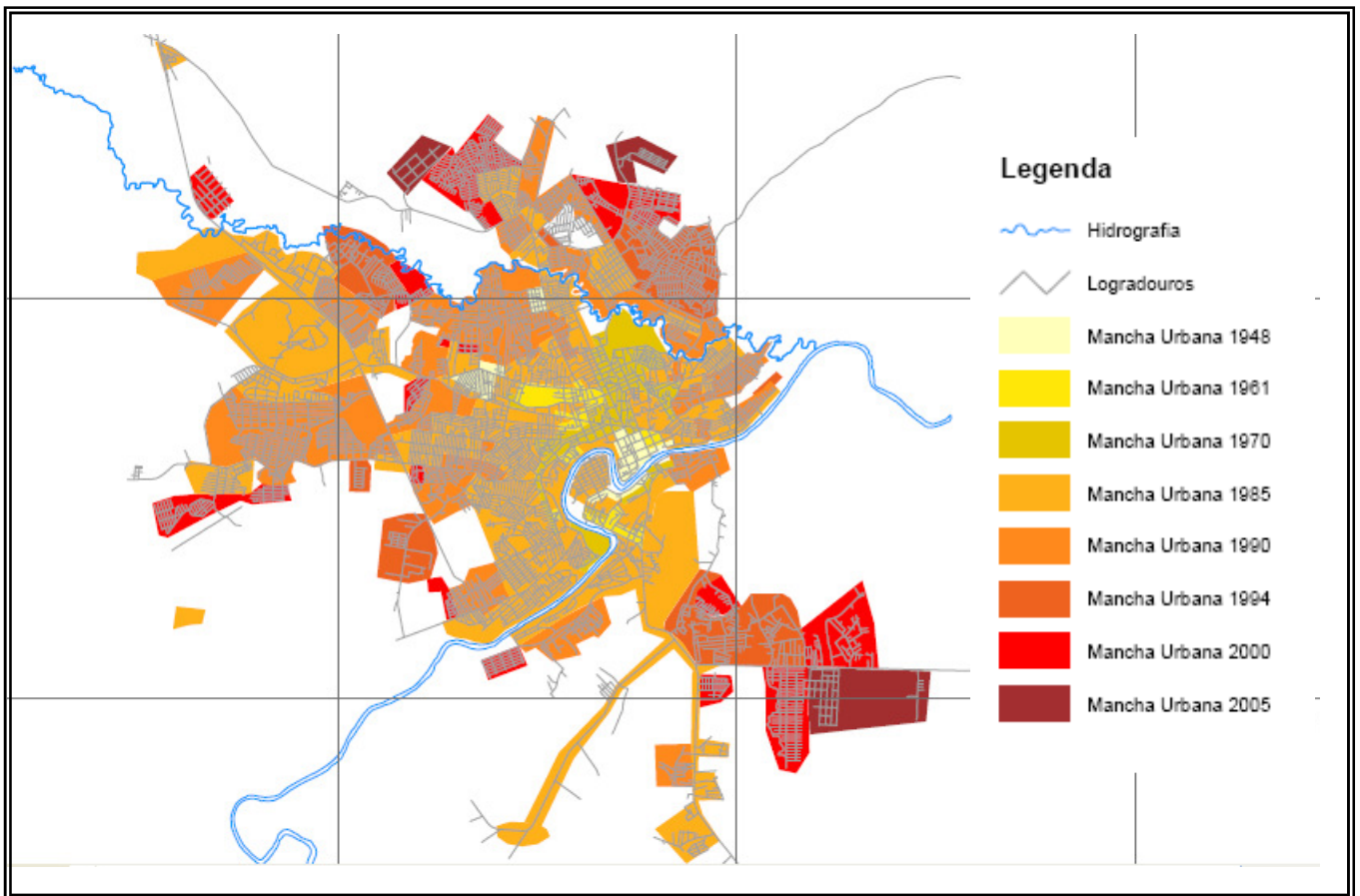


Figura 15 - Croqui da evolução urbana de Rio Branco. Fonte: Plano diretor da cidade de Rio Branco

3.3 Crescimento urbano de Rio Branco

Até meados de 1950, a área ocupada concentrava-se na margem esquerda do Rio Acre e restringia-se à Avenida Ceará, a qual constituía o limite entre a área urbana da cidade e a Zona Ampliada, agrícola. O centro da cidade caracterizava-se por abrigar funções administrativa e residencial, concentradas nos trechos limitados pelas ruas Floriano Peixoto, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Epaminondas Jacome. Além do Centro, já existiam dois outros bairros, a Cadeia Velha e o Papouco.

Na margem oposta, o espaço urbano limitava-se a uma estreita faixa de terrenos compreendida entre as ruas 1º de Maio, 17 de Novembro, 6 de Agosto, 16 de Outubro e Boulevard Augusto Monteiro. Nas duas primeiras, que margeiam o rio, localizavam-se as casas comerciais e residências de seus proprietários (Foto16). A 6 de Agosto, 16 de outubro e a Augusto Monteiro, eram áreas residenciais da população pobre, composta principalmente, como a do Bairro Papouco, da margem esquerda do rio Acre, de ex-seringueiros. A primeira formava o bairro 6 de Agosto e as duas últimas o bairro Quinze.



Figura 16 - Foto da margem direita do rio Acre, na qual se pode observar, além da ponte Juscelino Kubitschek, o local de fundação do Seringal Volta da “Empresa” que corresponde a atual Rua 17 de Novembro. Ao fundo vê-se as casas comerciais que datam da fundação da cidade de Rio Branco. Fonte: Ary P. Leite

A cidade continuou a crescer, expandindo-se pela margem esquerda no sentido norte e oeste, para regiões com terrenos mais altos, livres de inundações. Em meados da década de 1960, o espaço urbano da capital já se expandira no sentido norte, até a Avenida Nações Unidas, e a oeste até a rua conhecida como estrada Osmar Sabino dando origem aos bairros Abraão Alab, e da Floresta

No princípio dos anos 70, a incidência da crise do extrativismo da borracha com os anos de chumbo da Ditadura Militar teve efeito devastador sobre o Acre e suas cidades. O governo Vanderlei Dantas decidiu a modificar o eixo de desenvolvimento econômico regional estimulou a vinda de grandes empresas, fazendeiros e especuladores de terras para o Acre, em sintonia com a nova política proposta pelo regime militar²⁸. Os seringalistas falidos e sem crédito não tiveram como resistir e acabaram vendendo enormes seringais por preços muito baixos. Em poucos anos um terço de todas as terras acreanas mudaram de mãos.

Ainda no início da década de 1970, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi elaborado um Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que foi executado entre os anos de 1972 a 1974. Seu objetivo central consistia na promoção do progresso de novas áreas e ocupação de áreas vazias na Amazônia. Foi por meio da SUDAM que se implantaram na Amazônia grandes fazendas de gado favorecendo ricos empresários estrangeiros e brasileiros.

²⁸ No período da Ditadura Militar foram implementadas políticas para o desenvolvimento da Região. “Em 1966, seguindo a lógica de argumentos geopolíticos, os militares e seus tecnocratas decidiram ocupar e integrar a região amazônica por meio de uma nova estratégia de desenvolvimento regional, instituindo a ‘Operação Amazônia’. Para os militares, a Amazônia era um vazio demográfico, perigoso de ser controlado e alvo de cobiça de outras nações se não fosse urgentemente ocupado pelo Brasil. (...) A ‘Operação Amazônia’, portanto, era algo que chegava no momento certo. Para levar à frente o projeto de ocupação e dotar a região de capital social básico, o governo militar brasileiro não mediu esforços. (...) Foram criados órgãos como a SUDAM, BASA, SUFRAMA e INCRA, por meio dos quais seus burocratas e técnicos, movimentavam vultosos recursos e a ditadura militar misturava numa só política o projeto de desenvolvimento com as idéias de ocupação e integração”. (SOUZA, 2009 p. 328-329)

Para o período de 1975 a 1979, o governo federal militar criou o Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia, no qual indicou a todos os empresários a existência de grandes riquezas em madeira na região amazônica. Este plano também revelou a riqueza dos rios da Amazônia são ricos em alimentos voltados para exportação.

O período que vai de 1974 a 1979 foi marcado por uma série de acontecimentos importantes na vida econômica e política brasileira. Na esfera política, o período foi marcado pelo autoritarismo dos governos Médici e Costa e Silva. No plano econômico, num ciclo de crescimento, no qual o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)²⁹ constituiu o mais amplo programa de intervenção estatal que transformou significativamente o parque industrial brasileiro, tornando-o mais autônomo e dotado de uma sólida indústria de insumos básicos e de bens de capital.

A crise do petróleo, no Oriente Médio, nos fins de 1973 havia elevado substancialmente, não só os preços do petróleo e de seus derivados, como também das inúmeras matérias-primas, bens intermediários e bens de capital, cujas importações, em grande número, alimentavam o crescimento brasileiro. Com a crise, foi priorizado, no país, a produção de petróleo, energia elétrica e certos segmentos de insumos básicos, como a siderurgia e matérias-primas para a petroquímica. Assim, muitos dos projetos definidos pelo II PND na área da indústria pesada foram executados pelo Estado ampliando a presença das empresas estatais no cenário econômico nacional³⁰.

A tabela abaixo mostra os dados da economia mundial apresentada por Rangel (2005) para o período de 1968 a 1973 quando foi deflagrado a crise do petróleo:

Tabela 01- Economia mundial (crescimento % a.a.)

	PIB		Produção industrial	
	1968-73	1973-80	1968-73	1973-80
Mundo	5,7	3,1	6,5	2,5
Mundo capitalista	6,5	2,8	6,2	2,0
Mundo cap. desenvolvido	4,7	1,7	5,5	1,7
Mundo socialista	6,4	6,4	8,5	6,4
América do Norte	3,5	1,9	5,5	1,9
Europa Ocidental	4,8	1,6	5,9	1,6

Fonte: *Statistical Yearbook*, ONU

Segundo Rangel (2005),

“É flagrante a diferença de comportamento da economia mundial, nos dois períodos (1968-73 e 1973-80). É que a partir de 1973, o mundo (especialmente o mundo capitalista do qual fazemos parte) entrou na fase depressiva do quarto ciclo de Kondratiev (...). Até 1973, a economia brasileira, com seu juglar³¹ em fase ascendente, viu-se acelerada, invertendo-se a conjuntura mundial a partir daquele ano. Entretanto, como o período 1973-80 correspondeu, em grande parte, à fase ascendente do nosso ciclo breve, apesar do efeito depressivo do ciclo longo, tivemos um desempenho muito satisfatório – o que valeu o apelido de ‘ilha de prosperidade’. Entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período de 1965-70 e 4,5% ao ano, no mesmo período 1975-80, no mundo capitalista.” (RANGEL, 2005: P. 712).

²⁹ O II Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado II PND (1975 -1979), foi um plano econômico brasileiro, lançado no final de 1974. Foi instituído durante o governo de Ernesto Geisel e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. O II PND foi uma resposta à crise econômica decorrente do primeiro choque do petróleo, no fim do chamado "milagre econômico brasileiro", período de seis anos consecutivos com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano.

³¹ Os ciclos juglares brasileiros surgiram a partir do processo de desenvolvimento industrial nacional, por meio da substituição importações em cada setor da economia. “De certa maneira, o ciclo breve modula o ciclo longo, somando-se a ele algebricamente, ora atenuando, ora acentuando o seu efeito. O juglar brasileiro tem duração aproximadamente de dez anos, geralmente sendo depressivos os primeiros anos da década e ascendentes os da segunda metade” (TOLMASQUIM, 1991, p. 33).

Portanto, com a crise do petróleo, a economia brasileira apresentava uma deficiência estrutural de certas matérias-primas, bens intermediários e de capital, fazendo com que o Brasil encontrasse outro caminho para continuar crescendo rapidamente³². Certamente Foi na Amazônia que o Estado brasileiro encontrou as bases para esse crescimento.

O traço marcante que caracteriza essa fase de exploração dos recursos amazônicos foi a existência de grandes projetos e investimentos integrando órgãos públicos com as grandes empresas nacionais e firmas multinacionais. Assim ocorreu com a criação da SUDAM. Outra iniciativa adotada pelo governo militar para o desenvolvimento regional na Amazônia foi a criação da Zona Franca de Manaus³³, em 1967.

Este projeto consistiu em uma política de desenvolvimento industrial para a região amazônica que permitia a entrada de produtos estrangeiros livres de impostos, além de incentivar o desenvolvimento de um parque industrial na capital amazonense, em especial produtos eletrônicos.

Segundo AB'SABER (2004), o crescimento populacional de Manaus refletiu e vem refletindo diretamente da instalação do distrito industrial da Suframa³⁴ e o rápido desenvolvimento comercial da Zona Franca. De acordo com os números apontados pelo o autor, durante a proclamação da república a cidade de Manaus possuía cerca de 10 mil habitantes, saltando para 75 mil habitantes, no fim do ciclo da borracha. Nos dois censos de meados do século XX a cidade contava com aproximadamente 100 mil habitantes: “108 mil em 1940, passando apenas para 110.678 em 1950. Em 1970, nos primórdios da instalação da Zona Franca, a cidade deu um salto demográfico, atingindo 281.685 habitantes. (AB'SABER, 2004, p. 220)

Outro grande objetivo da SUDAM foi de implantar grandes projetos agropecuários, como já foi mencionando, utilizando capital dos incentivos fiscais. Neste contexto, o Acre tornou-se o paraíso dos fazendeiros pecuaristas, ameaçando a sobrevivência de índios e seringueiros, visto que suas terras passaram a ser invadidas, e os mesmos expulsos pela força.

A política de ocupação da Amazônia, promovida pelos governos militares, foi determinante para que os fazendeiros adquirissem grandes áreas de terras no estado do Acre, com a participação efetiva da figura do “grileiro”. As terras compradas ou muitas vezes adquiridas por meios ilegais, pelos grileiros, foram as que mais geraram conflitos, pois havia a tentativa por parte dos grileiros, de expulsar a qualquer custo os posseiros, destas terras, para que fossem vendidas aos fazendeiros migrantes do centro-sul do país.

A palavra “grilo” ou “grilagem”, corresponde ao método adotado para a falsificação de documentos que comprovem a posse da terra. Naquele período, as empresas, para poderem se beneficiar dos incentivos fiscais, passaram a adquirir títulos de propriedades de terra, que de acordo com Oliveira (1990), obedeciam à lógica da “grilagem legalizada.

“Um ‘procurador’ obtinha-os através de procurações passadas por pessoas que às vezes, nem sabiam o que estavam assinando ou, então, até recebiam certa quantia em dinheiro para assinarem; e, mesmo em época de eleição, aproveitava para oferecer títulos de terras para quem votasse nos ‘candidatos do governo’. De posse dessa procuração, o ‘procurador’ dava entrada no órgão governamental competente e obtinha em nome de terceiros os títulos de propriedade de terras devolutas.” (OLIVEIRA, 1990: p. 83)

³² O II PND se propôs a realizar um ajuste estrutural na economia brasileira. Enquanto os ajustes conjunturais se referem a medidas de regulação da economia ou de gestão da política econômica no curto prazo (através da utilização instrumentos tais como taxa de câmbio, taxa básica de juros, regras para exportação e importação, tributação, etc.), o ajuste estrutural tem como objetivo reorganizar as bases da economia “A correção monetária (ou indexação da economia) permitiu tanto resolver a crise de superprodução no setor de bens de consumo duráveis, presente na economia nacional desde o final dos anos de Kubitschek, quanto formar uma poupança privada capaz de sustentar o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a indústria de construção civil, sendo que os efeitos positivos destes dois processos na recuperação da economia, possibilitaram, outrossim, a liberação dos gastos do Estado para a construção de grandes obras de infra-estrutura que se avolumaram no período. (SILVA, 2009, p. 119).

³³A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967 com o objetivo de estimular a industrialização da cidade e sua área adjacente, bem como ampliar seu mercado de trabalho. Trata-se de uma área de livre comércio, em que não são cobrados impostos de importação sobre os produtos comprados no exterior. Além de contribuir para o desenvolvimento do comércio local, a isenção alfandegária favoreceu a formação de um expressivo distrito industrial junto à capital amazonense. Esse novo pólo industrial atraiu, por meio dos incentivos fiscais, aproximadamente “quinhentas empresas de grande e médio portes, que faturaram no ano de 1996 US\$ 13,2 bilhões” (BENCHIMOL, 2009, p. 484).

³⁴ A Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, autarquia criada pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com sede na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, atua como agência promotora de investimentos, que tem a responsabilidade de identificar alternativas econômicas e atrair empreendimentos para a região, objetivando a geração de emprego e renda. A Superintendência da Zona Franca de Manaus, a Suframa, é uma Autarquia, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma “sustentável”, viabilizou a implantação dos três pólos que compõem a ZFM - comercial, industrial e agropecuário.

Outro exemplo deste mesmo processo refere-se à ocupação do norte mato-grossense que teve sua base na grilagem de terras. Lá o mecanismo de grilagem de terras indígenas se deu através da figura do “procurador” que munido de procurações, muitas vezes falsas, obtinha títulos de áreas, burlando assim a Constituição Federal.

Contudo, as rodovias interferiram em todo o contexto de ocupação das terras amazônicas. Foram os corredores para o acesso daqueles que buscavam melhores condições de vida na região, saídas do sertão seco e de todas as áreas subdesenvolvidas do país. Porém, segundo AB’SABER (2004), as conseqüências diretas das aberturas das estradas no interior amazônico, foram muito além. Para ele, isso contribuiu para o conflito dos recém-chegados, construtores de rodovias e capatazes de agropecuárias, contra os interesses dos habitantes nativos da região. “Um conflito entre o cotidiano do homem de beira-rio e as atividades dos representantes do caos fundiário, instalado na região pela progressão das estradas”. (AB’SABER, 2004, p. 144)

Os conflitos armados entre fazendeiros e posseiros foram inevitáveis no Acre. Muitos seringueiros foram expulsos de suas localidades por meios violentos. Outros desocuparam suas áreas mediante baixas indenizações. As primeiras expulsões aconteceram em um momento em que os seringueiros acreanos não tinham nenhuma organização sindical que os defendessem. O contexto político vigente, em muitos casos, protegia o papel dos “grileiros” nas violências praticadas contra os posseiros.

Mesmo desconhecendo seus direitos sobre o uso e posse da terra, muitos posseiros resistiram e não saíram de suas terras, o que acarretou muitos conflitos armados entre fazendeiros e seringueiros.

De acordo com o jornal “Varadouro” muitos destes conflitos terminaram em tragédia, como relata a matéria seguinte:

“Um seringueiro assustado levou a notícia às autoridades policiais de Rio Branco, altas horas da noite. Houve uma tocaia no seringal Nova Empresa e mataram o capataz das terras, Carlos Sérgio. Era uma quinta-feira da primeira quinzena de julho. No domingo o quadro estava mais completo: o auxiliar de Carlos Sérgio, Osvaldo Gondim, também fora encontrado morto, em estado de putrefação, e na cadeia já estavam os cinco posseiros responsáveis, tendo Antônio Caetano de Souza como líder do grupo. Num outro seringal, quase simultaneamente, posseiros e proprietários trocavam tiros, segundo notícias não oficiais, e um trabalhador restaria ferido. Julho, época de desmatamento, os atritos pela posse da terra, no Estado, são acirrados e freqüentes. Há vários personagens nesses atritos. Dez dias antes da tocaia do Novo Empresa, o jornalista Antônio Marmo, de São Paulo, que passava férias no Acre e quis colaborar com VARADOURO, entrevistou Carlos Sérgio, que o secretário da bancada do MDB na Câmara Municipal de Rio Branco havia chamado de jagunço. O destino indicou, dias depois e de maneira insólita, o novo entrevistado: o patrão de Carlos Sérgio, Arquimedes Barbieri, que, profundamente chocado com sua morte, veio nomear um novo capataz. Como observou bem o jornalista Marmo, havia ‘cheiro de pólvora no ar’. Contudo, as opiniões estão aí para serem confrontadas e analisadas. O patrão, seu preposto, o posseiro, o invasor, o policial, o governador, o bispo, o INCRA, todos, têm seu discurso. E falam de paz.” (VARADOURO, 1977 p.9)

Diante dos atritos freqüentes entre fazendeiros e posseiros na região acreana, algumas entidades passaram a organizar os trabalhadores rurais em sindicatos, para melhor defenderem seus direitos na justiça contra os grandes proprietários. A então Prelazia do Acre e Purus, da Igreja Católica, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁵, criada em 1975, e das

³⁵ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Fundada durante ditadura militar, a CPT teve um importante papel na Amazônia. Ajudou a defender grupo de pessoas as quais resistiam à política deste sistema de governo. Ela nasceu ligada à Igreja Católica pois a repressão militar estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural na região. Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os trabalhadores rurais enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra.

Comunidades Eclesiais de Base, também católicas, juntamente com outras entidades e partidos políticos, orientaram os seringueiros a se organizarem em sindicatos. Assim surgiram os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Estado do Acre³⁶. Em 1975, para orientá-los sobre seus direitos, foi instalada em Rio Branco, uma delegacia da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Antes da penetração da frente de expansão agropecuária no Acre, já existiam na capital organizações de trabalhadores urbanos. Assim, por exemplo, em 1959, os estivadores de Rio Branco organizaram-se em Associação Profissional. Em 1966, os trabalhadores da construção civil fundaram o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. Os professores acreanos, em 1964, fundaram a Associação dos Professores do Acre, sendo na época totalmente atrelada ao governo, de caráter assistencialista.



Figura 17 - Imagem ilustrativa que relata a concentração de terra no estado do Acre na década de 1970.

Fonte: Varadouro, 1978.

Em 1979, os trabalhadores rurais, por intermédio de seus sindicatos, numa demonstração de avanço político, juntamente com outras entidades, após 40 dias de debates, publicaram uma “Carta Aberta em Defesa do Acre e da Amazônia”, denunciando as arbitrariedades cometidas contra os seringueiros e índios no Acre.

O recém-criado movimento sindical encontrou certa dificuldade para definir linhas de ação que orientassem suas atividades de mobilização e a resistência dos trabalhadores. A luta pela terra e a resistência contra a ação dos fazendeiros no Acre assumiu formas diferenciadas. Segundo o jornal Varadouro (1977), em determinadas áreas os trabalhadores organizavam-se em mutirão para fazer pequenas derrubadas na floresta e nelas colocar os seus roçados. Nesse ato atraíam contra si o poder dos fazendeiros, dispostos a criar obstáculos a qualquer estratégia de sobrevivência do posseiro. Em outras áreas, os trabalhadores procuravam impedir que os fazendeiros realizassem suas derrubadas, pois, ao colocar em risco as árvores de seringueiras e castanheiras, ameaçavam as suas condições de sobrevivência no interior da floresta.

Em decorrência da gravidade dos conflitos, as políticas dos governos estadual e federal foram alteradas. A questão fundiária no Acre passou a ter outro tratamento. O INCRA³⁷ passou a contestar a legalidade dos títulos de terra apresentados pelos fazendeiros, e assim dificultou a obtenção de incentivos e financiamentos aos projetos agropecuários junto aos órgãos públicos. O governo estadual retirou, por sua vez, a polícia civil e militar dos conflitos de terra. Passou também

³⁶ No cenário vigente, a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, através da instalação de uma Delegacia Regional em 1975, foi decisiva para que em 1975 as populações tradicionais da floresta começassem a se organizar e desenvolver diferentes estratégias de resistência. Foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais no Acre: em Brasília, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco, sendo seus principais líderes Wilson Pinheiro, fundador do STR - Brasília e Chico Mendes, fundador do STR - Xapuri.

³⁷ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

a reivindicar junto ao governo federal a urgente necessidade da desapropriação para fins de reforma agrária de grandes áreas em litígio. Foi nesse contexto de lutas que se destacou a figura de Chico Mendes, participante ativo do movimento de resistência contra a exploração nos seringais, do enfrentamento aos fazendeiros e da defesa da floresta.

Os novos donos da terra, conhecidos regionalmente como “paulistas”, faziam parte da frente de expansão da fronteira agrícola que atingiu os estados do centro-oeste chegando à Rondônia e ao Acre através do programa Polonoroeste³⁸ e que previa, entre outras coisas, a abertura da BR-364, para ligar Rio Branco à região centro-oeste e sul do Brasil³⁹. Esta frente foi composta não só por fazendeiros e grandes empresas, mas também por grileiros de terras, madeireiros e por trabalhadores rurais do sul do país.

Ao atingir o Acre essa frente de expansão causou uma verdadeira implosão da estrutura social acreana na área florestal. O desmatamento promovido pelas madeiras e a transformação dos seringais em fazendas levaram ao êxodo milhares de famílias de ex-seringueiros que há décadas habitavam a floresta, dela dependendo para obter o seu sustento. Esse novo fluxo migratório campocidade promoveu uma verdadeira explosão das cidades acreanas, em especial de Rio Branco que por sua condição de capital atraía a maioria dos seringueiros, castanheiros e ribeirinhos expulsos de suas colocações em todo o estado do Acre. (Tabela 1)

Teve início então a prática das “invasões”, nome regional usado para designar terrenos públicos ou privados que eram invadidos por trabalhadores para construção de moradias, dando origem a novos bairros populares sem nenhuma infra-estrutura básica. Mesmo as tentativas oficiais de reverter a política de atração dos investidores “paulistas” para o Acre se revelaram insuficientes para deter o processo de migração do campo e o inchamento das cidades. Mesmo as políticas de habitação popular implementadas nos anos 70 a 90 parecem não ter resultado em benefícios concretos para os segmentos sociais que não possuíam profissão definida e nem renda assegurada, mas atenderam sobretudo as camadas médias da população.

³⁸ Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), executado durante os anos 1980, com recursos do Governo brasileiro e do Banco Mundial, sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Abrangeu a área de influência da rodovia BR-364, entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO). Dentre as ações do programa, incluiu-se a implantação de dezenas de projetos de colonização agrícola, como o de Machadinho, visando o assentamento de pequenos agricultores sem-terras para a prática de agricultura familiar.

³⁹ Tendo em vista a incorporação da Amazônia ao mercado de consumo de produtos industrializados foram criados da década de 60 políticas para interligar a região ao restante do país. Segundo CORRÊA (2006), “criaram-se, em 1960, a ligação rodoviária entre Belém e o Sudeste do país através de Brasília e, mais tarde, as rodovias para Porto Velho (BR-364) e Santarém (Cuiabá-Santarém). Deste modo, a produção industrial do sudeste alcançou a Amazônia ao mesmo tempo que esta passou a enviar matérias primas para o Sudeste, como é o caso da cassiterita.” (CORRÊA, 2006, p. 228).

Tabela 02 – Evolução da população e das taxas de urbanização e crescimento populacional.

Ano	Habitantes por localização			(% Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	
1940	79.768	14.138	65.630	17,72
1950	114.755	21.272	93.483	18,54
1960	158.852	33.534	125.318	21,11
1970	215.299	59.439	155.860	27,61
1980	301.276	131.930	169.346	43,79
1991	417.718	258.520	159.198	61,89
1996	483.593	315.271	168.322	65,19
2000	557.526	370.267	187.259	66,41
2007	655.385	464.680	190.705	70,90
2008	680.073	-	-	-
2009	691.132	-	-	-

Fonte: Acre em números 2009

3.4 A expansão urbana de Rio Branco a partir da década de 1970

A configuração urbana que temos hoje no Brasil é resultado, em grande parte, de um processo que tem suas origens desde o início da colonização. Entretanto, a partir da metade do século XX, a urbanização brasileira foi acelerada em razão da industrialização do país, adquirindo as características que conhecemos hoje. Durante o período colonial, várias vilas e cidades foram criadas inicialmente para assinalar a posse do território pela metrópole portuguesa e também em consequência do desenvolvimento da economia marcada pela sucessão de diversos ciclos econômicos, tais como o do açúcar, do ouro, do cacau, do café, etc. Foi, porém, no período que marca o fim da monarquia brasileira e o início da República que demos um salto no processo de urbanização, quando, a partir da produção de café as principais cidades paulistas se desenvolveram devido a mudanças ocorridas “tanto nos sistemas de engenharia (materialidade), quanto no sistema social”. (SANTOS, 1996 p.26). É importante salientar que o final do século XIX coincide com um novo período de recessão da economia capitalista (1873-1896), correspondente à fase “b” do segundo ciclo longo, durante o qual se dá uma nova etapa de substituição de importações, sob a forma de manufaturas urbanas.

Conforme o censo de 1920 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as Regiões Sul com 2 e Norte com 3 cidades acima de 20.000 habitantes, também eram pouco urbanizadas, enquanto as regiões Leste com 18 e Nordeste com 20 já demonstravam áreas mais urbanizadas, com o Estado de São Paulo possuindo, sozinho, 20 cidades com mais de 20.000 habitantes.

Somente em 1940 inicia-se o processo de contagem de população com separação entre habitantes das áreas urbanas – cidades e vilas – e da zona rural. A população existente nas cidades era de 10.891.000 pessoas (26,35%) de um total de 41.326.000 habitantes. Acredita-se que os dados anteriores a 1940 não possuíam uma metodologia confiável do número de pessoas que habitavam as cidades em relação ao total. Assim sendo, Santos (1996) destaca que:

“Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos,

triplica a população do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia”(SANTOS, 1996, p. 29).

Tabela 3 - População total e urbana no Brasil

Ano do Censo	População Total	População Urbana	Índice de Urbanização	Índice de crescimento Populacional	Índice de crescimento Urbano
1940	41.326.000	10.891.000	26,35 %	33,46 %	37,19 %
1950	51.944.000	18.783.000	36,16 %	25,70 %	72,46 %
1960	70.191.000	31.956.000	45,52 %	35,13 %	70,13 %
1970	93.139.000	52.905.000	56,80 %	32,69 %	65,55 %
1980	119.099.000	82.013.000	68,86 %	27,87 %	55,02 %
1991	150.400.000	110.990.990	73,80 %	26,28 %	35,33 %
2000	169.799.170	145.800.000	85,87 %	12,90 %	31,36 %

Fonte: IBGE, Censos de 1940-2000/ estimativa maio/2006.

Se o país ainda possuía um caráter extremamente rural nos anos 40 e 50 do século passado, com uma população residente no campo em torno de 2/3 do total, nos anos 60 já se constata um equilíbrio elas. Mais tarde, nos anos 70 e 80, houve uma verdadeira corrida para as cidades que representou uma grande virada, visto que a proporção de brasileiros residentes nas zonas rurais passou a ser de apenas 1/3. Esta realidade somente se acentuou dos anos 90 para os dias atuais onde hoje temos praticamente 90% da população brasileira vivendo nas cidades e aproximadamente 10% no campo.

No que diz respeito à região amazônica, sua ocupação e urbanização datam do período colonial. As primeiras vilas e cidades surgiram a partir da necessidade da exportação de matérias-primas pela colônia portuguesa, voltadas para o abastecimento do capitalismo mercantil dos países centrais. Segundo Becker (1974), nesta fase em que a estrutura espacial se caracterizava pela presença de grandes regiões de produção voltadas para a metrópole, a Amazônia se caracterizou por um “manancial de recursos, constituindo-se como uma grande ‘ilha’ econômica, fornecedora de especiarias ao exterior.” (BECKER, 1974, p. 7-8).

Com o advento da II Revolução Industrial, no final da metade do século XIX, marcada sobretudo pela introdução da linha de montagem e pelo desenvolvimento da indústria automobilística, a região passa a apresentar um novo dinamismo econômico em razão da exportação da borracha, que estimula a economia extrativa do látex, utilizando a mão-de-obra nordestina. Esta atividade acaba por ultrapassar os limites do território nacional, atingindo a então região da Bolívia que atualmente compreende o estado do Acre. As duas últimas décadas do século XIX e o primeiro decênio do século XX marcaram a fase de ascensão econômica na região, por meio da expansão do extrativismo da borracha, inserindo a Amazônia na divisão internacional do trabalho. A ampliação da área ocupada e da produção da borracha contribuiu para a formação de novos núcleos urbanos, sobretudo, nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá. Dentre os núcleos urbanos pode-se citar: Boca do Acre-AM, Xapuri-AC, Brasiléia e Sena Madureira-AC, na bacia do alto Purus, Ipixuna-AM, Feijó-AC, Tarauacá-AC e Cruzeiro do Sul-AC, na bacia do alto Juruá e Rio Branco-AC, na bacia do alto Acre.

Esta economia contribuiu também para o revigoramento de núcleos urbanos pré-existent, localizados, sobretudo, no vale do Amazonas, a exemplo da cidade de Manaus que foi a que mais se beneficiou com a expansão do extrativismo da borracha. Segundo Lobato Corrêa (2006), a expansão de Manaus foi viabilizada pelas firmas de Belém que firmavam suas filiais na capital amazonense. Este surto de expansão urbana em Manaus estava “sustentado, de um lado, pela posição da capital paraense na rede urbana amazônica, quer em termos locais, quer funcionais, e, de outro, pelo aproveitamento das vantagens locais da capital amazonense em face das principais áreas produtoras de borracha.” (CORRÊA, 2006, p. 210).

Foi no período que compreende os anos de 1880 a 1920 que a cidade de Manaus passou a sofrer transformações na sua fisionomia urbana. Foram abertas largas avenidas, praças foram urbanizadas, igarapés foram aterrados e uma política de saneamento dentro dos moldes do higienista Osvaldo Cruz foi implantada.

De acordo com Aziz Ab’Saber, no período correspondente ao auge do ciclo econômico da borracha, a população da cidade de Manaus deu um salto de 10.000 habitantes para 75.000

habitantes, “crescimento invejável para uma pequena cidade da distante e pouco desenvolvida Amazônia Central.” (AB’SABER, 2004, p. 209).

Este crescimento se estendeu até a crise da economia extrativista da borracha, experimentando seu novo apogeu durante a política dos militares, a qual trouxe à região um desenvolvimento econômico baseado, no extrativismo mineral, pecuária e industrialização, com a criação da Zona Franca de Manaus. O período foi marcado por um intenso fluxo migratório para a região, promovido pela política de integração da Amazônia adotada pelo regime militar. Cabe salientar que de acordo com a teoria dos ciclos aplicada por I. Rangel à evolução histórica do Brasil, o período militar se insere no decênio final da fase expansiva do 4º ciclo longo e no primeiro decênio da fase recessiva desse mesmo ciclo. Eixos rodoviários foram abertos, a exemplo da Transamazônica e BR-364, interligando a região norte, mais precisamente os estados do Acre e Rondônia, ao restante do país, assinalando mudanças significativas na estrutura produtiva, social e urbana do território brasileiro. A industrialização e a urbanização promovem uma aceleração e especialização produtiva, com intensa valorização da terra, reorganizando o território e integrando as regiões mais distantes à área mais dinâmica economicamente, o Centro-Sul do país.

Estes novos eixos de ligação facilitaram o abastecimento regional de mercadorias originárias da região Centro-Sul. Segundo Becker (1974), estas obras não serviram apenas para abrir a região e promover a inserção da mesma ao restante do território nacional por meio da integração de pessoas, mercadorias e informações, mas também para reduzir o espaço de tempo em que a penetração dessas inovações se fazia. Para a autora,

“as relações calcadas em via fluvial eram percebidas em termos de meses e dias; sabia-se o mês e o dia da chegada e da saída de uma mercadoria, que demorava 20 dias a 1 mês para chegar de Manaus a Rio Branco, subindo o Solimões, o Purus, o Acre até as corredeiras durante a cheia, pois que na vazante a circulação se interrompia. Mesmo áreas muito próximas, relacionadas por via fluvial, eram extremamente distantes em termos de tempo; de Porto Velho a Rio Branco era necessário descer o Madeira, subir o Amazonas, o Purus e o Acre. Hoje, quando a rodovia permite o deslocamento de São Paulo a Rio Branco em dias, as relações passam a ser percebidas em termos de horas. (BECKER, 1974, p. 14)

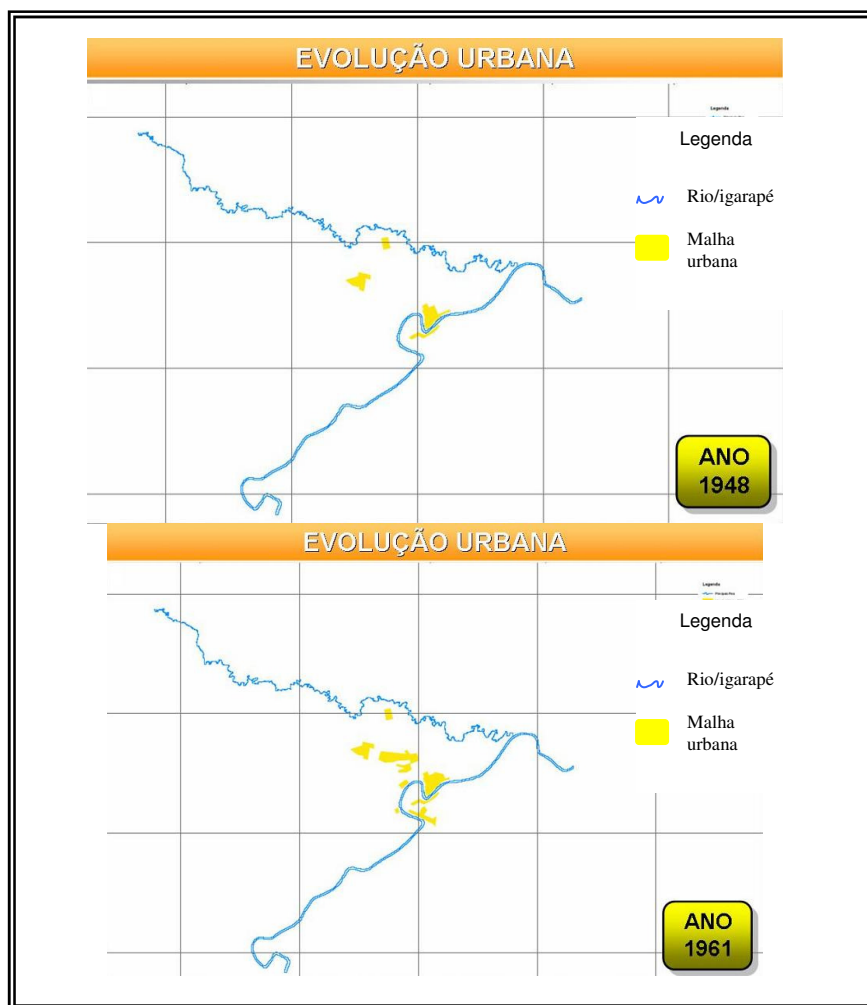
Outro importante fator que contribuiu para o dinamismo econômico da região pós 1964, através da implantação de vias rodoviárias, foi a expansão da fronteira agropecuária até Rondônia e Acre. A criação de gado na região é explicada por ser ela a atividade mais rentável, ocupando grandes áreas e propiciando um grande fluxo migratório de populações oriundas do centro-sul do país. Chamados genericamente de “sulistas”, os empresários que lá chegavam, apossavam-se das terras por meio da compra e também muitas vezes, por “grilagens” de terras devolutas, de reservas indígenas e de posseiros. Ainda de acordo com Becker (1974), na área da rodovia que interliga São Paulo ao Acre, em Mato Grosso, por onde se iniciou a expansão da atividade agropecuária, houve grandes problemas de terra.

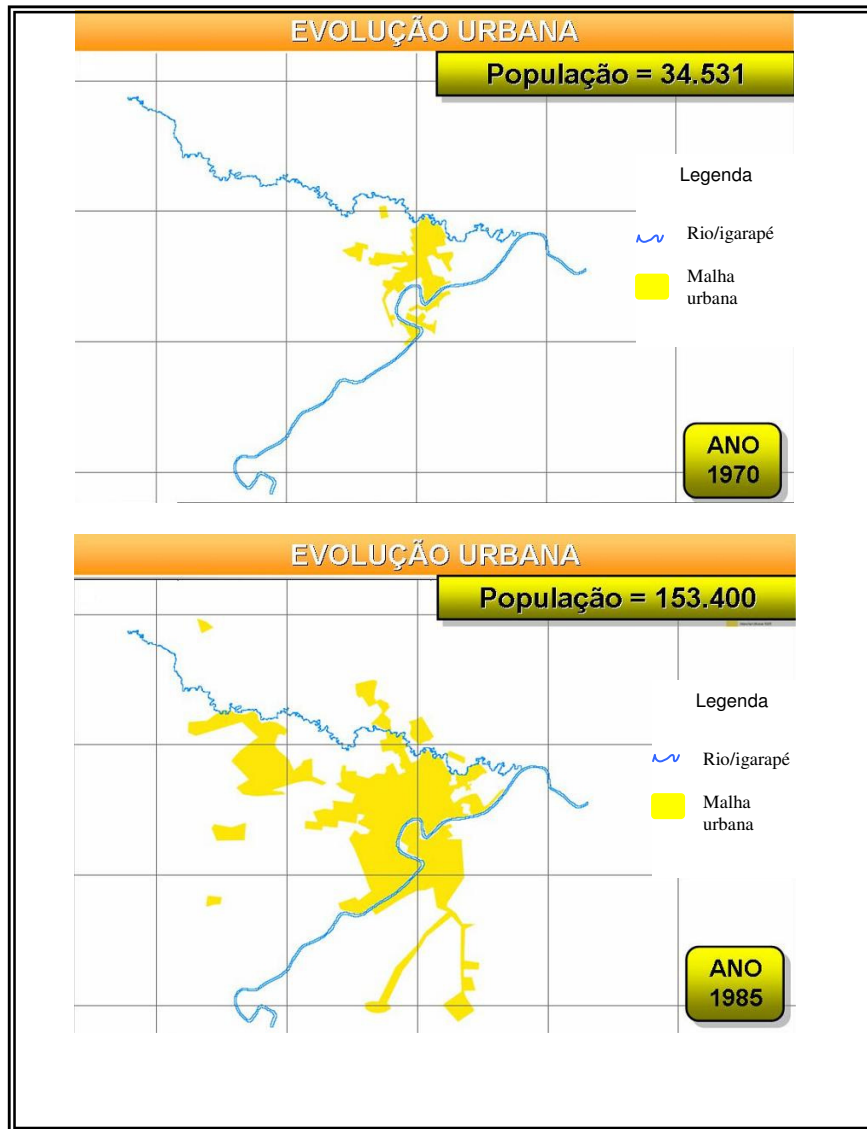
No Acre, a compra de terras por empresários “sulistas”, foi acompanhada por graves problemas sociais, em especial o êxodo rural provocado pela expulsão do trabalhador rural de suas terras, que diante da falta de perspectivas se dirige para as cidades, sobretudo Rio Branco, a capital do estado do Acre.

Na década de 1970, os bairros que surgem em Rio Branco, habitados pela população expulsa das áreas rurais, proliferam tanto ao longo do rio, como nos vazios urbanos. Segundo o Plano Diretor de Rio Branco, até 1970 havia na capital cerca de 23 bairros e uma população de 34.531 habitantes. Já em 1996 a cidade passou a apresentar 133 bairros e uma população de 201.347 habitantes, como mostra os mapas de evolução urbana de Rio Branco apresentados a seguir. A forma como ocorreu o surgimento da maioria dos bairros, como por exemplo o Bahia, Triângulo Novo, Palheral, Cidade Nova, Santa Terezinha, Taquari, Vitória, Eldorado, Chico Mendes e Mocinha Magalhães, habitados pela população de baixa renda, exclusão social e territorial do campo, é conseqüência da falta de outra alternativa para este contingente populacional que passou a ocupar terrenos baldios de particulares ou do Estado.

Figura 18 – Evolução urbana de Rio Branco 1948-85

(continua)

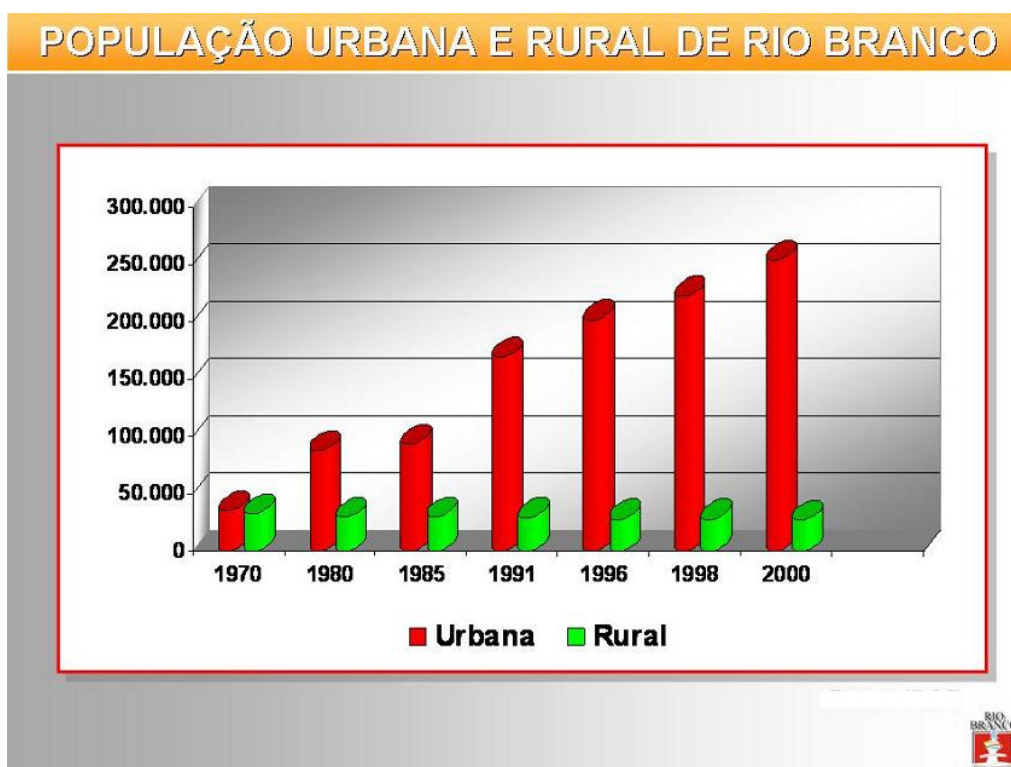




Fonte: Plano Diretor de Rio Branco.

Essa expansão urbana e conseqüentemente o crescimento vertiginoso da população da capital, constatada nos mapas anteriores, é resultado das políticas de investimentos inicialmente adotadas na década de 1950. Os equipamentos instalados pelo governo territorial e as colônias agrícolas serviram como novos pontos de atração e fixação urbana naquele período. Posteriormente, com a crise do extrativismo da borracha e as políticas da Ditadura Militar para a Amazônia no final da década de 1960, contribuíram para um intenso fluxo migratório campo-cidade promovendo uma explosão das cidades acreanas, em especial de Rio Branco que por sua condição de capital atraía a maioria dos seringueiros, castanheiros e ribeirinhos expulsos de suas colocações em todo o estado do Acre.

Figura 19 – Evolução da população urbana e rural de Rio Branco.



Fonte: Plano Diretor de Rio Branco.

A partir das matérias publicadas no jornal Varadouro nas décadas de 70 e 80, as ocupações, em áreas periféricas da cidade, ocorreram em bloco e logo foram violentamente reprimidas. As ocupações nestas áreas não obedeceram a um alinhamento, invadindo as marginais das ruas destinadas ao calçamento para o passeio público ou, até mesmo, invadindo o próprio arruamento. Concomitantemente ou após a conquista da moradia, iniciavam-se as reivindicações, junto ao poder público local, por equipamentos sociais e infra-estrutura.

Esses bairros pobres, habitados pela população expulsa das áreas rurais, revelam uma tendência no crescimento e espraiamento do espaço urbano. Ou seja, esta população passou a instalar-se em áreas periféricas de Rio Branco, formando aglomerados de habitação com características de “favelas”, em lugares impróprios e desprovidos das mínimas condições de habitabilidade, como água, luz, saúde, lazer, drenagem, entre outras, o que mostra o padrão de vida a que foi relegada esta população no processo produtivo regional.

A “opção” de ocupação dessas áreas por este novo fluxo populacional (margens do rio Acre e Igarapés) é explicada por suas baixas condições econômicas para residir na cidade, uma vez que para construir a moradia é necessário ter primeiro a capacidade de pagar pela terra/lote, cujo valor depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infra-estrutura existente nas proximidades da casa/terreno.

Os loteamentos periféricos oficializados ou não devido à falta de condições dos compradores dos lotes, logo após a ocupação, adquirem características de áreas faveladas, seja pela ausência quase completa da infra-estrutura básica, dos equipamentos fundamentais ou pelo aspecto inacabado das residências.

Do ponto de vista da expansão territorial, a partir da migração campo-cidade da década de 70, a cidade passa a apresentar três eixos preferenciais de ocupação, pela população de baixa renda, como pode ser verificada nos mapas de evolução urbana representada anteriormente.

O primeiro eixo diz respeito aos novos bairros periféricos da antiga Zona Ampliada, além do crescimento da Estação Experimental, os bairros do Aviário e São Francisco, anteriormente colônias. Nestes bairros, os órgãos públicos, tais como o INCRA e as companhias imobiliárias vão proporcionar a infra-estrutura básica.

O segundo eixo é formado pelos bairros pobres de ocupação mais antiga, como os localizados na margem esquerda do rio, na proximidade dos barrancos, como os bairros Papouco e

Base, os quais experimentaram uma elevação do número de moradores. O mesmo acontece na outra margem, com o surgimento e expansão acelerada do bairro Cidade Nova, que até 1970 era um alagado em terras da Marinha, e também com o aparecimento do Bairro Triângulo, espécie de continuação do tradicional bairro do Quinze. O bairro Cidade Nova foi um dos primeiros periféricos surgidos no período pós-70 e seu intenso crescimento deveu-se, em parte, à proximidade que mantém com as estradas que ligam a Porto Velho, Xapuri e Brasília, regiões onde a expulsão de trabalhadores rurais foi mais intensa.

E por último, um terceiro eixo de crescimento da cidade é representado pelo que seguiu o caminho do antigo aeroporto, desde o Núcleo Central, através da rua Rio Grande do Sul, que até 1970 era habitada apenas parcialmente, até o chamado Centro de Treinamento. Essa parte se estendia por uma grande superfície de áreas verdes naturais, as quais foram inteiramente derrubadas durante a década de 80. Nessa área se destacam os bairros do Aeroporto Velho, Terminal, Bahia e Palheral, habitados pela população pobre de origem rural. A invasão e a ocupação de áreas ainda segue esse eixo e novos bairros se formam, como é o caso do bairro João Eduardo, nome de um dos líderes locais da comissão de demarcação e distribuição dos lotes.

Cabe ressaltar que um outro fator que contribuiu para a expansão territorial da cidade foram os conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-AC. Desde que foi criada, em 1965, dentro da Política Nacional de Habitação do BNH (Banco Nacional da Habitação), até a década de 90, a Cohab-AC instalou 21 conjuntos habitacionais em Rio Branco, concentrados nas proximidades das antigas áreas agrícolas da Zona Ampliada. Neste caso, o Estado quando cria o BNH, enseja amplos benefícios ao capital financeiro e ao capital imobiliário. O modelo desenvolvimentista adotado pelo regime militar vai implementar várias políticas materializadas na implementação de diferentes planos de desenvolvimento econômico e urbano.



Figura 20- Anúncio de construtora imobiliária vinculada no Jornal Varadouro.

Fonte: Jornal Varadouro, maio de 1977.



Figura 21 - Anúncio de construtora imobiliária vinculada no Jornal Varadouro.
Fonte: Jornal Varadouro, agosto de 1977.

A política habitacional⁴⁰ implantada também beneficiou outros setores do capital industrial, na medida em que esses conjuntos habitacionais convertem-se em grandes consumidores de produtos industriais das mais variadas linhas, num emaranhado de negócios que contemplam, ao mesmo tempo, a indústria (tijolos, telhas madeiras, fios, fusíveis, relógios marcadores de consumo energia, tubos e conexões) e o comércio.



Figura 22 - Anúncio de empresa de construção civil vinculada no Jornal Varadouro.
Fonte: Jornal Varadouro, agosto de 1977.

⁴⁰ A política habitacional brasileira foi desencadeada após a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Federal de Habitação (Sefhau) em 1964, com o objetivo de solucionar o déficit habitacional existente no Brasil naquele momento.

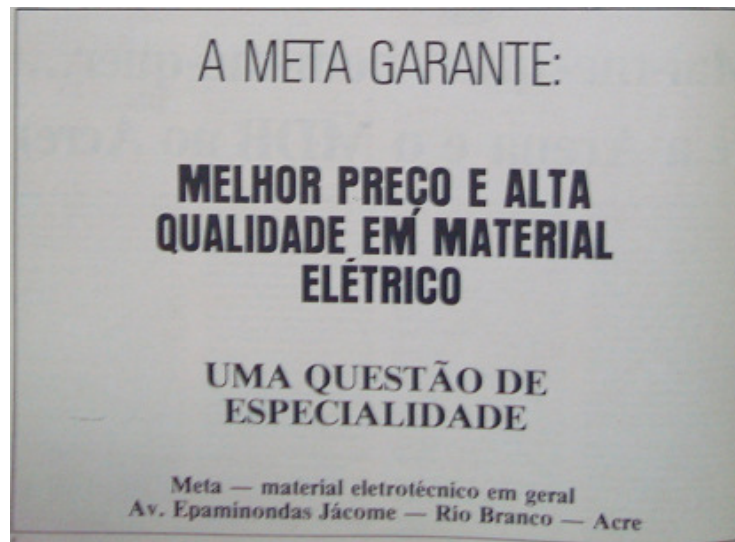


Figura 23 - Anúncio de empresa de material elétrico vinculado no Jornal Varadouro.

Fonte: Jornal Varadouro, março de 1979

Alguns conjuntos habitacionais, em Rio Branco, foram construídos por empresas particulares, como Bela Vista, Castelo Branco, Guimard Santos, Tucumã, Rui Lino e Manoel Julião. No Acre, a política habitacional oficial contribuiu para a solução dos problemas habitacionais e de desenvolvimento urbano através da construção de novas unidades, deixando em segundo plano a regularização e urbanização da cidade informal, os loteamentos irregulares e a recuperação de áreas insalubre situadas no centro e periferia da cidade.

Vários segmentos das massas trabalhadoras brasileiras ficaram fora dessa política habitacional, principalmente aqueles de menor capacidade econômica, inclusive os sub-empregados e os desempregados.

Desde 1999, entretanto, estão sendo realizadas diversas intervenções na malha urbana de Rio Branco, especialmente nas vias estruturantes, que estão modificando e melhorando os fluxos internos da cidade, bem como o acesso aos bairros mais distantes do centro. Além disso, obras de revitalização do centro mais antigo da cidade e de implantação de equipamentos como o Parque da Maternidade parecem apontar o início de um novo período da história da formação urbana de Rio Branco, o que só poderá se constatado mais corretamente no futuro.

3.5 As Atividades Urbanas

O Acre, até meados da década de 60 tinha uma economia voltada ao extrativismo vegetal da borracha e uma organização social com características peculiares a esse tipo de atividade econômica, desenvolvida desde o final do século XIX. As atividades econômicas que eram desenvolvidas no espaço no espaço urbano diziam respeito essencialmente ao comércio de produtos extrativos e de manufaturados que abasteciam os seringais. Estes eram exercidos principalmente por sírio-libaneses.

Esta atividade ganha um maior impulso a partir da década de 1970, com as firmas comerciais do Centro-Sul que se instalaram em Rio Branco, como as concessionárias de venda de carros, de autopeças e assistência técnica e ampliação do setor bancário. Este avanço empresarial para a região e para o Estado foi acompanhado por um grande fluxo migratório. A implantação de projetos de colonização e assentamentos agrícolas, fazendas de gado, exploração madeireira, garimpagem, construção de barragens e hidrelétricas, construção de rodovias, distritos industriais, entre outros, provocou, segundo Benchimol (2009), o deslocamento da fronteira humana, econômica e social, que se desdobra do centro-sul e do planalto central em direção à região amazônica.

A consequência desse novo processo de povoamento na Amazônia e no estado do Acre contribuiu para o surto de muitas tensões sociais, conflitos de terras, disputas de posse, invasões de

áreas indígenas, mas também contribuiu para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária e mineral, além da criação de novos centros de produção industrial.⁴¹

O comércio varejista expande-se com joalherias, boutiques, lojas de eletrodomésticos, entre outros. Instalam-se também casas que comercializam implementos agrícolas, fruto das necessidades de insumos introduzidos pelos fazendeiros para formação de pasto e criação de gado.

Segundo Morais (2000), na década de 80 os estabelecimentos comerciais eram compostos na grande maioria pelo comércio de alimentos, bebidas e fumo, seguindo em menor número por comércio de tecidos, vestuário e armarinhos.

O comércio de auto-serviço, principalmente o supermercado, também é decorrência da expansão e diversificação das funções urbanas da década de 80. Este consegue redirecionar o estilo de consumo em Rio Branco, uma vez que há, sob a propriedade de um único empresário ou grupo e em um único local, a comercialização de produtos anteriormente dispersos no espaço da cidade, que se constituíam de comércios de pequenos capitais, tais como padarias, açougues, peixarias, bazar, quitandas e mercearias.

As franquias vêm aumentando na cidade; elas são expansão de redes de distribuição de comércio e serviços ancorados na força das marcas e nos padrões de consumo nacional. As primeiras lojas de franquias, em Rio Branco, foram as distribuidoras de combustíveis, as engarrafadoras de bebidas e as concessionárias de veículos.

A partir do final da década de 80, outras lojas são instaladas na cidade, tais como: Água de Cheiro, L'Água de Fiori, O Boticário, Anglo Vestibulares, CNA, Fisk, Objetivo, Colcci, Pakalolo, Lewis, Localiza Rent a Car e recentemente, Bob's.

Segundo Becker (1985), dotadas de serviços administrativos, bancários, de educação e saúde menos precários devido à sua de centros de regiões tradicionais, as capitais dos estados de Rondônia, Roraima e Acre, “tornam-se também bases da nova circulação do capital, informação e da população, mas bases relativamente isoladas e onde a circulação da população dominante é a intra-regional, em coerência com o menor dinamismo das sub-regiões que comandam.” (BECKER, 1985, p. 362). Esta relação regional pode-se ser percebida a partir do mapa da rede urbana brasileira datada de 1966 e representada pelo anexo 1.

De acordo com Oliveira (1985), o comércio nas firmas e lojas de Rio Branco atende à demanda local, ou seja, são estabelecimentos voltados para o comércio de alimentos, utilidades domésticas, aparelhos eletrônicos, mobiliário, roupas, calçados, entre outros, tendo diversificado pela facilidade de transporte (a partir da implantação da BR 364) e em função da nova classe média gerada nos setores mais modernos da economia acreana. Segundo o Governo do Estado do Acre (1999), em 1999 o comércio passa a ser “o maior arrecadador de tributos do estado”.

A análise dos mapas em anexo permite constatar que houve uma evolução das relações econômicas, sociais e de serviços do estado do Acre e, sobretudo, da cidade de Rio Branco, com as demais capitais amazônicas e brasileiras. Percebe-se que a capital acreana evolui de um simples centro sub-regional no ano de 1966, atingindo o grau de capital regional em 1978, evoluindo, em 1993, para uma relação de grau forte para médio com as demais cidades do estado, deixando de estabelecer relações regionais exclusivas com Manaus, aumentando sua área de atuação à São Paulo (anexos 1,2 e 3).

De acordo com a classificação adotada pelo IBGE, Rio Branco se enquadra como Capital regional c, as quais se “relacionam com estratos superiores da rede urbana” brasileira. De acordo com este órgão governamental, esta classificação compreende 39 cidades de porte mediano distribuídas por todo país e com uma média populacional de 250.000 habitantes, como pode ser verificado no mapa da rede urbana brasileira (anexo 4). A observação deste mesmo mapa (Evolução Urbana – Brasil – 2007 permitiu perceber as grandes transformações ocorridas nas regiões Norte e Centro-oeste. Dentre estas, merece destaque o fato de que sobretudo “Manaus, que, em período anterior, já dividira a extensa área abrangida por Belém, tem sua área dividida pela ascensão de Porto Velho, que incorporando a rede de Rio Branco, passa a vincular-se, preferencialmente, não mais a Manaus, mas a São Paulo e a Brasília. A rede de Manaus perde território e novos centros consolidam-se, adensando-se as ligações pelo fracionamento municipal.” (IBGE, 2008).

A atividade industrial em Rio Branco começou a se desenvolver no início da década de 70, a partir do estímulo das políticas públicas implementadas pelos militares. Esta atividade destinava-se

⁴¹ Em 1976, o Governador Geraldo Mesquita, assinou atos de concessão de estímulos fiscais a empresas do estado, nos termos da Lei 316/69, regulamentada pelo decreto 115/70, tendo sido beneficiadas a Cerâmica Stº Antônio S/A, A C. Sabóia – fábrica de sabão, Miragina S/A Indústria e Comércio, M. F. Castro Filho – Cerâmica Fontenele, todas localizadas na capital do estado do Acre.

basicamente ao abastecimento do mercado local e está, ainda hoje, associada às indústrias de beneficiamento de madeira, visto que na segunda metade da década de 1990, verifica-se no estado, e sobretudo na cidade de Rio Branco, um processo de diversificação industrial voltado à indústria de produtos cujas as matérias-primas são de origem da floresta, tais como, a indústria de preservativos de Xapuri⁴², beneficiamento de couro vegetal, além da indústria moveleira e olarias.

“O Governo busca, através de instrumental próprio, estimular a iniciativa privada, seja com a implantação de órgãos como a CODISACRE, COLONACRE, CAGEACRE e outros que formam o complexo de apoio institucional ao binômio Governo-Empresa, seja pela concessão de favores fiscais afetos ao ICM, que é a maior fonte de receita própria do Estado.” (BOLETIM INFORMATIVO ACS, 1976 p. 8)

Para promover este setor, o Governo do Estado do Acre criou, em 1975, a CODISACRE (Cia de Desenvolvimento Industrial do Acre), que foi a instituição responsável pela instalação da DIRB (Distrito Industrial de Rio Branco). Seu objetivo era a criação de empregos diretos e indiretos, uma vez que os bairros periféricos da cidade estavam crescendo em decorrência do êxodo rural que aumentava o fluxo de população em direção à cidade de Rio Branco; a substituição de importação, pois os preços dos produtos importados tornavam-se altíssimos dado ao isolamento geográfico do Acre em relação aos centros fornecedores e a precariedade das rodovias inter e intraestaduais no período do inverno, o que provocava a escassez dos mesmos; e a diversificação de produtos industrializados, no sentido de evitar que o setor industrial ficasse concentrado em apenas dois ou três ramos. Esta diversificação criaria indústrias de apoio e a expansão das empresas, por sua vez, iria requerer cada vez mais força de trabalho. Por outro lado, a diversificação na industrialização significaria, necessariamente, a substituição de importações por produtos cujos preços seriam mais acessíveis.

Segundo Morais (2000), em 1975, a maioria dos estabelecimentos industriais da cidade de Rio Branco estavam relacionados à produção de alimentos, seguida dos produtos cerâmicos e posteriormente do ramo madeireiro. Posteriormente expandem-se as indústrias oleiro-cerâmicas, pela grande demanda do setor de construção civil (basicamente a habitação, como os conjuntos habitacionais) e a madeireira-mobiliário.

O ramo de maior destaque hoje ainda é o associado ao beneficiamento e comercialização de madeiras para suprir o mercado interno na fabricação de móveis, bem como para a construção civil.

⁴² Inaugurada em 2008, a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri iniciou com um projeto do Governo do Estado do Acre que buscava alternativas para a diversificação do processo de industrialização de produtos extrativistas, e desta forma, valorizar o potencial florestal do Estado e das famílias que vivem na floresta. O fortalecimento dos órgãos dedicados à pesquisa, como a Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac) ampliou os estudos de viabilidade técnica e econômica que, iniciados em 2000, contaram com a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Instituto Nacional de Tecnologia, e o Ministério da Saúde. Em maio de 2003, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva assina protocolo de intenções com o Governo do Estado para a Implantação da Fábrica de Preservativos Masculinos em Xapuri. O empreendimento tem fornecedores em 700 colocações geo-referenciadas e com banco de dados socioeconômicos: sabe-se exatamente quem são, onde estão e como vivem os extrativistas que fornecem látex para a fábrica. Sua área de cobertura chega a um milhão de hectares. A produção de camisinhas, que os testes comprovaram ser de melhor qualidade que a fabricada com látex de cultivo, será toda vendida ao Ministério da Saúde. São produzidos aproximadamente 100 milhões de unidades de preservativos ao ano, destinados aos programas nacionais de combate às DST/Aids.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As combinações de elementos físicos, biológicos e humanos que Cholley buscou destacar como sendo de interesse para a análise geográfica, foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. A idéia de “complexo de combinações” defendida por este representante da escola geográfica francesa mais uma vez revelou-se extremamente valiosa para o estudo da realidade enfocada. O clima, predominantemente equatorial com altos índices pluviométricos e temperaturas elevadas, as matas formadas por variadas espécies de árvores, a impressionante rede hidrográfica, enfim o exuberante quadro natural, somado à presença de uma mão-de-obra indígena adaptada ao ambiente a qual mais tarde se juntaram os nordestinos, exerceram um papel fundamental na origem e evolução da formação social da região, que reúne diversidades de espécies animais e vegetais, tão cobijadas por organismos nacionais e internacionais.

Nos primórdios da colonização, a presença de ingleses, franceses, holandeses e de lusitanos, que lutavam pelo domínio político e econômico na região, fez surgir os primeiros núcleos de ocupação organizados pela Igreja e assumidos pela Coroa Portuguesa. A economia esteve inicialmente voltada à coleta de produtos naturais, bastante valorizados no exterior, as “drogas do sertão”. Daí decorre a importância da mão-de-obra gentílica, pois ela tinha o conhecimento da mata e de onde retirar a riqueza oferecida por ela. As aldeias missionárias foram responsáveis pela formação de uma rede urbana embrionária na Amazônia, a qual vai se consolidar no período correspondente ao ciclo da borracha, durante o qual as cidades de Manaus e Belém ganharam destaque no cenário econômico nacional e internacional.

Desde o início da colonização portuguesa da Amazônia, assim como durante o governo imperial do Brasil, houve uma política de defesa, evitando possíveis ameaças à soberania, seja da coroa lusitana, seja da brasileira, sobre a região. Porém, sob as pressões internacionais, o governo brasileiro acabou por abrir o Amazonas à navegação estrangeira a partir da segunda metade do século XIX. Grandes empresas estrangeiras, principalmente inglesas, importadoras de bens e exportadoras de borracha, estabeleceram suas filiais em Belém e Manaus, e fixaram os preços no mercado internacional. Financiaram os seringalistas, donos ou posseiros das áreas onde se encontrava o produto extrativo, a borracha. A presença de casas de comércio é bastante forte nesse período, pois cabiam a elas o papel de exportar toda a produção de borracha dos seringais acreanos, e abastecê-los com produtos como arroz, carne seca, feijão, entre outros.

Pode-se considerar que as relações de trabalhos nos seringais se caracterizaram por um sistema semi-servil, no qual o seringueiro, através da dívida de adiantamento, ficava preso ao senhor do seringal, garantindo desta forma, a mão-de-obra necessária à extração e beneficiamento da borracha. A origem da cidade de Rio Branco está ligada a esse sistema econômico, visto que sua gênese remete à fundação do seringal “Empreza” por Neutel Maia. A atividade comercial desempenhou um importante papel para “Empreza”, pois foi esta atividade que abriu as portas do seringal, deixando de ser um espaço particular do seringalista, para abrigar gente de diferentes ofícios e diferentes origens. Assim, com a elevação do seringal “Empreza” à vila e posteriormente à cidade e a transferência de sua sede política e administrativa para a margem oposta do rio Acre - uma área a salvo das inundações causadas pelas suas cheias - a capital do Território Federal do Acre passa a receber financiamentos para melhorias urbanas, sendo que a partir do fim da década de 1920, a cidade passa a possuir suas primeiras construções em alvenaria.

No primeiro surto da borracha estrutura-se no Acre uma formação sócio espacial, que revela a existência de duas classes dominantes: a dos comerciantes, ligados ao sistema de exportação e importação, representado, principalmente, pelas grandes casas aviadoras de Manaus e Belém, e a dos senhores de terras, ou seja, de seringais. Neste período ocorre uma presença marcante do capital inglês, inclusive com empresa de navegação do Amazonas.

Com a retomada do segundo surto da borracha, o governo Federal se interessa pela reativação dos antigos seringais e mais uma vez a região passa a receber migrantes procedentes dos estados nordestinos. Nota-se neste período já a presença efetiva dos interesses dos EUA na região.

O processo histórico e geográfico de desenvolvimento econômico-social da região amazônica, sobretudo o Acre, levou à aplicação das idéias de Ignácio Rangel acerca da história da dualidade brasileira (Rangel, 1981), especialmente no que se refere à terceira dualidade. Enquanto no Brasil surgia uma burguesia industrial aliada aos senhores feudais (como sócios maiores), compondo a estrutura sócio-política pós revolução de 1930, no Acre ainda permanecia, de certa forma, a antiga estrutura - característica da época do seu nascimento como formação brasileira - a

segunda dualidade (1888/1889), representada pela aliança de uma burguesia comerciante (sócio maior) com os senhores de terras/ latifundiários feudais, os seringalistas.

Com o advento do período militar, no país, o Estado impôs na região uma política baseada no estímulo ao desenvolvimento econômico, investindo em programas e projetos, financiando empresas públicas e privadas e culminando num êxodo populacional para aquela área.

O Acre, na década de 70, conheceu o processo de pecuarização dos seringais. Ou seja, através da suspensão do crédito dos seringais, de incentivos fiscais para empresários do sul do país que tivessem capital para investir e da substituição da floresta tropical por pastos para a criação de gado, o sistema tradicional de vida do Acre foi subitamente desarticulado. Os resultados obtidos não poderiam ter sido piores: pronunciado êxodo rural em direção às cidades que se transformaram em bolsões de pobreza, intenso desmatamento e exploração madeireira, especulação fundiária que pouco resultou em termos de investimento em atividades produtivas e finalmente na constatação da inadequação das terras à esse novo modelo de exploração.

Logo foi necessário reverter essa linha de atuação, que durante sua curta existência causou estragos até hoje visíveis na economia e na sociedade acreana. Em contrapartida, foi essa intensa degradação ambiental e socio-econômica que levou ao surgimento dos primeiros sindicatos de seringueiros e ao desenvolvimento de formas de luta bastante específicas, como a realização de “empates” para evitar a derrubada da floresta para formação de pastos. É claro que o preço foi cobrado em muitas vidas perdidas em meio à luta.

Nos últimos anos, verificou-se uma gradativa intervenção na malha urbana de Rio Branco, tais como pavimentação de rodovias, criações de novas malhas viária com o intuito de desafogar o trânsito da capital e revitalizar áreas esquecidas durante décadas, que veio modificando e melhorando os fluxos internos da cidade. O crescimento urbano da capital aliado ao crescimento de serviços na cidade contribuiu com o passar dos anos com a evolução das relações econômicas e de serviços do estado do Acre e, sobretudo, da cidade de Rio Branco, com as demais capitais amazônicas e brasileiras.

A história política e econômica do Acre é única em todo o país. Não só no sentido restrito da idéia, a noção de que cada estado, ou região brasileira é único em sua identidade e percurso histórico, mas no sentido mais amplo, segundo o qual apesar de apresentar pontos comuns com a história da maioria dos estados brasileiros, que correspondem aos grandes traços da história do Brasil. O nome Acre surgiu de “Aquiri”, que significa “rio dos jacarés” na língua nativa dos índios Apurinãs, os habitantes originais da região banhada pelo rio que deu o nome ao estado. Os exploradores da região transcreveram o nome do dialeto indígena, dando origem ao nome Acre. Os primeiros habitantes da região eram os índios, até 1877, quando imigrantes nordestinos arregimentados por seringalistas para trabalhar na extração do látex, devido aos altos preços da borracha no mercado internacional, iniciaram a abertura de seringais. Este período foi decisivo para o desenvolvimento do Acre e este desenvolvimento, por sua vez, está relacionado ao crescimento da indústria automobilística e, conseqüentemente, à II Revolução. Industrial deflagrada na Europa e nos Estados Unidos.

Este território, antes pertencente à Bolívia e ao Peru, foi aos poucos sendo ocupado por brasileiros. Os imigrantes avançaram pelas vias hidrográficas do rio Acre, Alto-Purús e Alto-Juruá, o que aumentou a população de local de brancos em cerca de quatro vezes em um ano.

Buscando garantir o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos sobre a extração da borracha e a fundação da cidade de Puerto Alonso. Após conflitos armados a cidade foi retomada por brasileiros e rebatizada como Porto Acre. A revolta dos brasileiros diante destas medidas resultou em conflitos que só tiveram fim com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, no qual o Brasil adquiriu o território do Acre. Na região de fronteira com o Peru também houve controvérsias quanto aos limites territoriais. Em setembro de 1903, os peruanos foram expulsos das áreas ocupadas, sendo resolvido o impasse territorial em 8 de setembro de 1909, tendo como representante nas negociações o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores.

Contudo, não é possível desconsiderar o conteúdo nacional que se manifesta nas mesmas instituições tão características regionalmente. Talvez essa tenha sido uma das grandes fontes de erro da historiografia acreana, a de considerá-la uma ilha em meio à floresta amazônica. Seus processos e agentes históricos não podem ser dissociados daqueles que compõem o que se entende por nação. Até porque foi exatamente o fator “nacionalidade” que levou o Acre a realizar revoluções que culminaram com sua independência em relação à Bolívia e Peru e posterior anexação ao Brasil.

O trabalho permitiu concluir também que a expansão da mancha urbana de Rio Branco está intrinsecamente relacionada às políticas adotadas pelos governos militares iniciada na década de 1960 na Amazônia. O desmatamento promovido pelas madeireiras e a transformação dos seringais em fazendas levaram ao êxodo milhares de famílias que há décadas habitavam a floresta, dela dependendo para obter o seu sustento que contribuiu para um intenso fluxo migratório para Rio Branco.

É necessário, entretanto, chamar atenção para o fato de que tanto o fenômeno das “invasões”, quanto as conseqüências das políticas públicas de habitação implementadas neste período precisam ser melhor estudadas para esclarecer esses processos e sua importância na formação da cidade. Por outro lado duas características desse período, no que se refere à formação urbana da cidade, parecem bastante claras. A primeira é que apesar da “invasão” se constituir como um novo mecanismo espontâneo e desordenado de abertura de bairros, ele deve ter se orientado em linhas gerais pela localização das colônias agrícolas e dos bairros que já estavam em formação na época em que ocorreram. Ou seja, os bairros oriundos de colônias agrícolas ou equipamentos urbanos que surgiram no período anterior continuaram atuando como focos de atração e fixação dos moradores de baixa renda da cidade.

A segunda característica diz respeito ao fato de que muitos dos fenômenos sociais que estavam ocorrendo na área florestal do estado passaram a acontecer também em Rio Branco. É o caso, por exemplo, dos confrontos entre lideranças populares e grileiros de terras como os que levaram ao assassinato de João Eduardo em 1981, como já tinham levado a morte de Wilson Pinheiro em 1980 e ainda iria levar ao atentado a Chico Mendes em 1988, deixando claro que o nível de tensão social tanto nas florestas quanto nas cidades acreanas era extremamente alto então.

Já a partir de 1999 diversas intervenções na malha urbana de Rio Branco se realizavam especialmente nas vias estruturantes, aquelas que fazem a ligação desses bairros ao centro da capital, que estão modificando e melhorando os fluxos internos da cidade, bem como o acesso aos bairros mais distantes do centro. Além disso, obras de revitalização do centro mais antigo da cidade e de implantação de equipamentos como o Parque da Maternidade parecem apontar o início de um novo período da história da formação urbana de Rio Branco, assim como também o fortalecimento industrial do Estado, por meio de investimentos da indústria local principalmente aquelas voltadas à economia extrativa de produtos florestais.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **A Amazônia: Do discurso à Práxis**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.
- BECKER, Bertha K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 36, abr/jun, 1974.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1994.
- BECKER, Bertha K. Fronteira e urbanização repensadas. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 47 (3-4), 1985.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 2009.
- BEZERRA, Maria José et al.(coord.) **Cidade de Rio Branco – marca de um tempo: história, povo e cultura**. Rio Branco: Globo, 1993.
- CASTRO, Ferreira de. A selva. In: CASTRO, Ferreira de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958. Vol. 1. p. 85 – 301.
- CHOLLEY, André. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. **Boletim Geográfico**, nº 179 e 180. CNG: Rio de Janeiro, 1964
- COÊLHO, Eunice Mariano. **Acre: o ciclo da borracha (1903-1945)**. 1982.108 p. Desertação de Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 21 de maio de 1982.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 49. N. 3, 1987.
- EURONEX. Disponível em: <<http://www.euronext.com/editorial/wide/editorial-2304-PT.html>>. Acesso em 22 de novembro de 2007.
- FARHAT, Emil. **Dinheiro na estrada: uma saga de imigrantes**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1987.
- FIGUEIREDO, Tte. Cel. Lima. O Acre e suas possibilidades. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, p. 173-215. abr. 1940. IBGE.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed São Paulo: Nacional, 2006
- GALVAO, Roberto. Aspectos da Economia da Borracha no Território do Acre. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 18, n.2, p. 153-173. abr.-jun. 1955. IBGE.
- GOULART, José Alípio. **O mascate no Brasil**. Rio de Janeiro, Conquista. 1967.
- GOVERNO do Estado do Acre. **Levantamento das Atividades Econômicas Desenvolvidas na Cidade de Rio Branco**. Rio Branco: Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Turismo: 1999.
- GOVERNO do Estado do Acre. **Boletim informativo ACS**. Ano 1, n.3, maio de 1976.
- GOVERNO do Estado do Acre. **Casa Natal cinquenta anos de história**. Fundação Elias Mansour. Rio Branco, 2000.
- GUERRA, Antonio Teixeira. Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial Seringal empresa (Território do Acre). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 4 p. 545-576, out.-dez. 1951. IBGE.
- GUERRA, Antonio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Acre. **Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, n.11, p. 79-117, 1955. IBGE.
- GUERRA, Antonio Teixeira; CARVALHO, Eloísa de. **Geografia do Brasil** (Roteiro de uma viagem). Rio de Janeiro, p. 11-48, 1960. IBGE
- GUIA GEOGRÁFICO: PAÍSES DA AMÉRICA. Disponível em: <<http://www.paises-america.com/mapas/bolivia.htm>> . Acesso em 30/11/2007
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 2008. **Rede de Influência das Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>. Acessado em 31 de agosto de 2010.
- LIMA, Araújo. A exploração amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 3, p. 371-418, jul.-set. 1943. IBGE.
- MAMIGONIAN, Armen (Org.). O pensamento de Ignácio Rangel. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1997.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e “A formação social como teoria e como método”. In: Souza, Maria Adélia A. de (org.). **O Mundo do Cidadão – Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a Industrialização Brasileira. **Cadernos Geográficos** n. 2. Florianópolis: DGC/UFSC, 2000

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. In. **Revista Geosul**. n. 3. 1º semestre de 1987. UFSC, Florianópolis.

MARQUES, Gabriel. **Ruas e tradições de São Paulo**. 1966 (in Truzzi, 1997)

MARTINS, Elson. **Um novo Mercado velho**. Rio Branco: FEM/Departamento de Patrimônio Histórico, 2007.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-AC, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais**. Dissertação de Mestrado em Geografia. CFH/UFSC, 2000.

MORAIS, Raimundo. **Na Planície Amazônica**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

NEVES, Marcus Vinícius et al. **O capitão e as seringueiras**. Rio Branco, FGB/Bobgraf, 1996.

NEVES, Marcus Vinicius. 105 anos. **Jornal Página 20**. Rio Branco, 30 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/pagina20/30092007/historia.htm>>. Acessado em 15 de outubro de 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1990

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O sertanejo, o Brabo e o Posseiro: os cem anos de andanças da população acreana**. Rio Branco: Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **A Geografia e as Bases da Formação Brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. FFLCH/USP, 1997.

PLANO DIRETOR DA CIDADE DE RIO BRANCO. Disponível em: <<http://www.riobranco.ac.gov.br/v3/>>. Acesso em 17 de julho de 2007.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **Rio Branco 104 anos**. Rio Branco, 1986.

RANGEL, Ignácio. História da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, 1981.

RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e antimilagre. In: **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROJAS, Luisa Iñiguez et al (org.). **Espaços e doenças: um olhar sobre o Amazonas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3a ed., 1a reimpr. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, Marcos Aurélio da. Dualidades Rangelianas e expansão territorial(ista) na construção nacional brasileira. In: **Revista de Geografia Econômica**. n. 2 Florianópolis, 2009.

SODRÉ, Nelson Wernec. **Formação histórica do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Mauricélia et al. **Catálogo da exposição dez vezes seis**. Rio Branco, FGB/Bobgraf, 1996.

SOUZA, Marcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

TOLMASQUIM, M. T. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel. In: **Revista de Economia Política**. Vol. 11, n.4, 1991.

TOCANTINS, Leandro. **Estado do Acre: geografia, história e sociedade**. Rio de Janeiro, Philobiblion; Rio Branco, Assessoria de Comunicação, 1984.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1979.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Geosul: revista do departamento de geociências**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

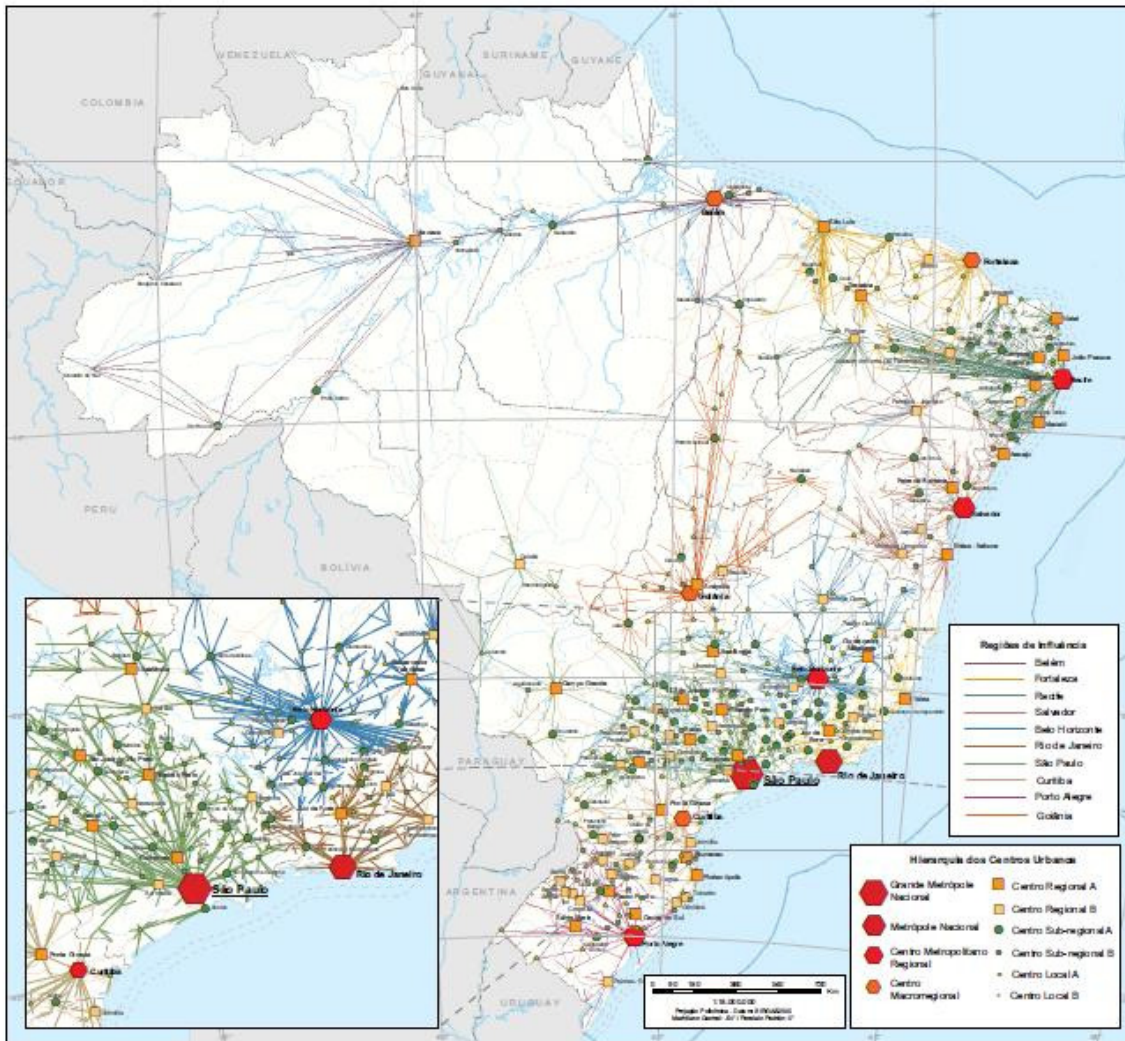
VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

VARADOURO. **A briga pela posse começa com o capataz.** Rio Branco: agosto de 1977.
WEIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: CNG, 1958.

ANEXOS

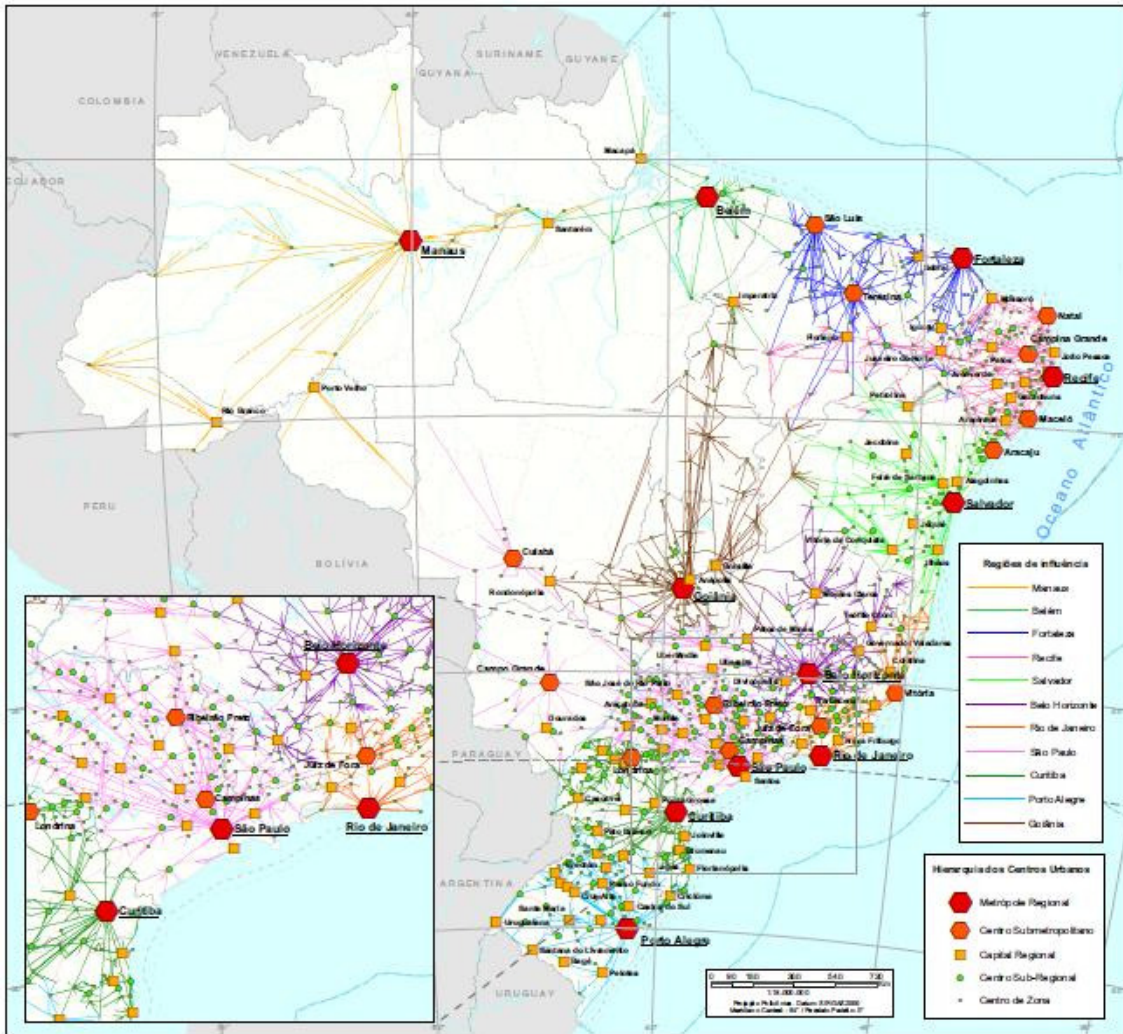
Anexo 1

Mapa 47 - Rede urbana - Brasil - 1966



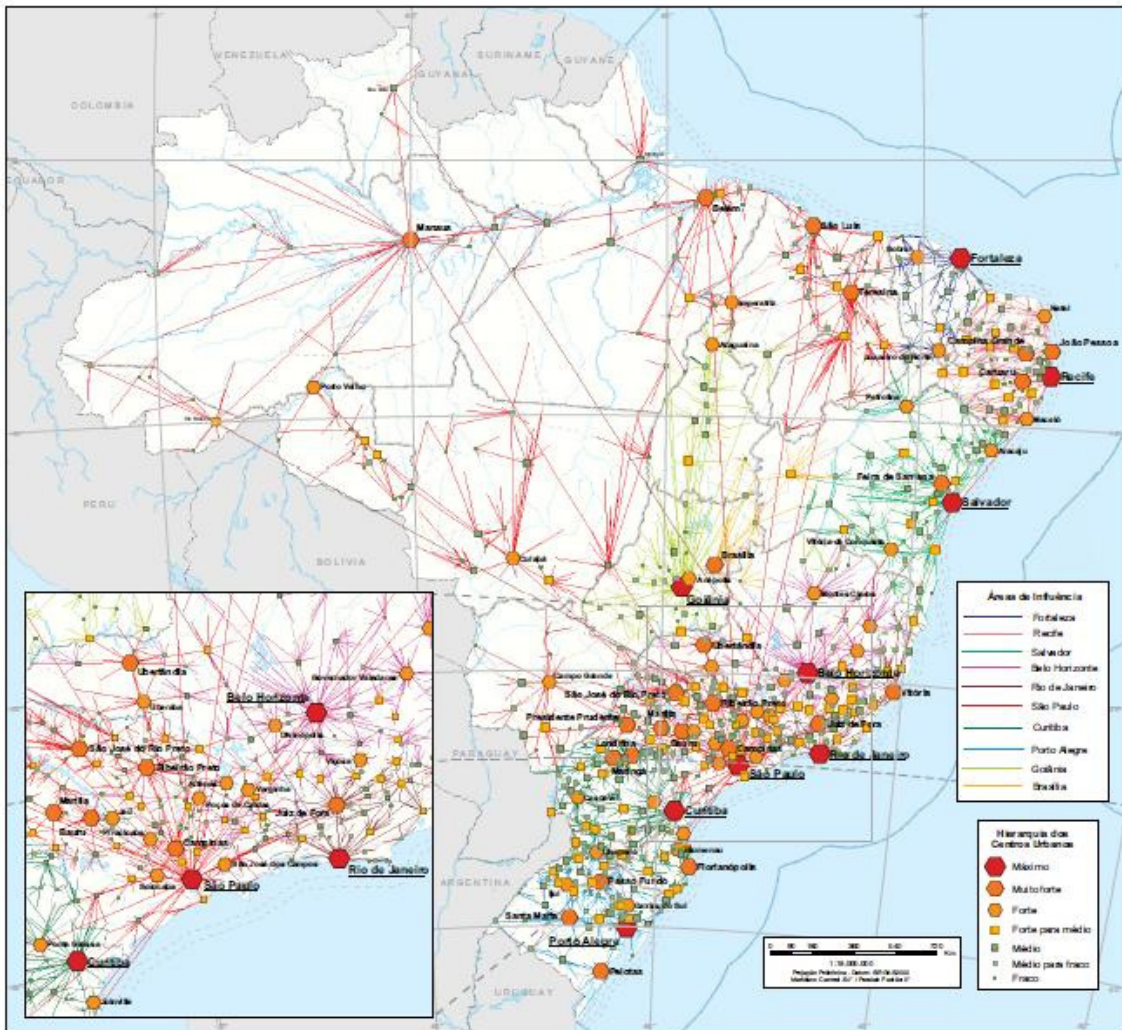
Anexo 2

Mapa 48 - Rede urbana - Brasil - 1978



Anexo 3

Mapa 49 - Rede urbana - Brasil - 1993



Anexo 4

Mapa 1 - Rede urbana - Brasil - 2007

